
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

Rafael Henrique Teixeira da Silva

**PATRIMÔNIO E POÉTICA EM SÃO CRISTÓVÃO (SE):
ENTRE A RAZÃO E A IMAGINAÇÃO**

Rio Claro-SP
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

RAFAEL HENRIQUE TEIXEIRA DA SILVA

**PATRIMÔNIO E POÉTICA EM SÃO CRISTÓVÃO (SE):
ENTRE A RAZÃO E A IMAGINAÇÃO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Rio Claro-SP
2018

910.13 Teixeira da Silva, Rafael Henrique
T266p Patrimônio e poética em São Cristóvão (SE) : entre a razão
 e a imaginação / Rafael Henrique Teixeira da Silva. - Rio
 Claro, 2018
 199 f. : il., figs., gráfs., tabs., fots., mapas

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
 Instituto de Geociências e Ciências Exatas
 Orientadora: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

 1. Geografia urbana. 2. Patrimônio. 3. Poética. 4. Itinerário
 geográfico. 5. São Cristóvão. I. Título.

DOUTORADO

RAFAEL HENRIQUE TEIXEIRADA SILVA

PATRIMÔNIO E POÉTICA EM SÃO CRISTÓVÃO
(SE): ENTRE A RAZÃO E A IMAGINAÇÃO

Tese de Doutorado apresentada Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Bernadete A. Caprioglio de Castro
IGCE/UNESP, Rio Claro - SP

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira Godoy
IGCE/UNESP, Rio Claro - SP

Prof. Dr. Eduardo José Marandola Jr.
FCA/UNICAMP, Limeira - SP

Prof. Dr. Julio César Suzuki
FFLHC/USP, São Paulo - SP

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira
Centro de Ciências/UFC, Fortaleza - CE

Resultado: Aprovado

Rio Claro, SP, 22 de Fevereiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

À Camila Benatti, companheira da vida acadêmica e pessoal. Seu apoio e candura foram essenciais para a existência deste trabalho. Sem você, todos esses anos de estudos não teriam o mesmo sentido.

À minha família, em especial à Elisabete Russo Greilberger, figura materna sempre presente. Graças à sua proteção, ao afago de suas mãos e à doçura de suas palavras, tive forças para trilhar caminhos sinuosos e alcançar êxito.

À minha avó, Elisabeth Gonçalves Machado, minha primeira mentora. Seus valiosos ensinamentos ultrapassaram o meio universitário, foram lições para essa e outras vidas.

A minhas irmãs, Regina e Alessandra Greilberger, pelo amor e presença constante em minha vida.

Aos meus tios e tias: Mário, Josi, Marcos, Daniela, Andrea e Marcelo, pelo apoio incondicional.

À minha orientadora, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro, mestra da sabedoria e engrandecedora de miudezas. Sem seu suporte, confiança e liberdade de pensamento, não seria possível realizar este trabalho.

Aos mentores e mestres que ao longo de todos esses anos contribuíram muito para minha formação: Leandro Brusadin, Eduardo Brito Henriques e Herculano Cachinho.

Ao Professor Horacio Capel, pela enorme receptividade desde o primeiro contato e pelo nível de cobrança extremamente elevado que me levou a superações.

Aos professores, que pela sua dedicação e ensinamentos ficaram marcados em minha trajetória: Everaldo Costa, Paulo Godoy, Eduardo Marandola, Maria Augusta Mundim Vargas e Christian Dennys de Oliveira.

Aos amigos da Pós-Graduação Cristina de Moraes, Tiago Cavalcante, Raiane Florentino e Eder Varussa, pelas conversas, paciência e companheirismo que foram essenciais ao longo desses quatro anos.

Aos amigos de Barcelona, Silvio e Priscila, Magno Jr. e Eva, que conseguiram transformar uma experiência acadêmica em meses formidáveis.

Às instituições que frequentei, pela qualidade do ensino e pela ótima formação proporcionada: UFOP, IGOT (Universidade de Lisboa), UNESP e Universidade de Barcelona.

Ao Thiago Fragata, poeta maior de São Cristóvão. Abriu-me as portas da cidade e pavimentou os caminhos que me possibilitaram ter acesso a pessoas, textos, documentos e, principalmente, a alma sancristovense.

À Marcia Arevalo, amiga de longa data que me apresentou São Cristóvão. Serei eternamente grato pelas várias conversas sobre o patrimônio e a recepção bondosa em sua casa.

Às pessoas de São Cristóvão que de alguma forma participaram e foram essenciais para a elaboração dessa Tese de doutorado: Aglaé Fontes, Alda Cruz, Anair Reis, Erundino Prado, Danielle Pereira, Gladston Barroso, Henrique Braga, Junior Macário, Júlio Andrade, Kleckstane Farias, Luanda Andrade, Maria Lourdes Silva, Nivaldo Oliveira, Passinho, Seu Jorge e Sócrates Prado (*In memoriam*).

À CAPES e ao CNPQ, pelo suporte financeiro que possibilitou o desenvolvimento profissional e a elaboração da Tese.

Como acreditar, com efeito, que se tem a vida, toda a vida, a vida em profundidade, num acontecimento passageiro, na intensidade relativa de uma escolha psíquica excepcional. O *vivido* conserva a marca do efêmero se não puder ser *revivido*. E como não incorporar ao vivido a maior das indisciplinas que é o vivido *imaginado*? O vivido humano, a realidade do ser humano, é um fator do ser imaginário. Teremos que provar que uma poética da vida vive a vida revivendo-a, aumentando-a, separando-a da natureza [...] passando do valor para mim ao valor para as almas congêneres, aptas à valorização pelo poético.

Gaston Bachelard

RESUMO

No presente trabalho perguntaremos pelo originário do patrimônio, ou seja, sua essência. Buscamos, com isso, jogar luz sobre essa palavra de modo a transpassar a superfície e atingir as profundezas do seu ser. Essa escavação transcorre numa localidade específica, a cidade de São Cristóvão – Sergipe, por meio da realização de itinerários geográficos. Numa geografia em ato, os itinerários geográficos foram entendidos como a indicação de um percurso a seguir e o respectivo esboço das experiências reais e imaginadas, pessoais e coletivas, que compreenderam os trajetos propostos. Tal diligência foi possível através da utilização de uma linguagem poética, subjetiva, profunda. Linguagem que adentra o texto em momentos específicos em que o movimento é realizado rumo ao aprofundamento, em vez da objetivação. Se não podemos afirmar categoricamente que alcançamos a essência do patrimônio, podemos dizer que ela encontra-se velada entre a vontade e a imaginação. Assim, o patrimônio de São Cristóvão revelou-se como uma necessidade do sancristovense em criar, em ultrapassar-se. Patrimônios que transbordam para o mundo enquanto afirmações da existência e da capacidade criadora. Se o patrimônio realmente possui valores excepcionais universais, para verdadeiramente compreendê-lo, precisamos agregar o extraordinário ao excepcional. Por isso, caminhamos no limite entre a sensação e o devaneio, reunindo a beleza da vida sancristovense traduzida em cores, sons e palavras.

Palavras-chave: Patrimônio; Poética; Itinerário Geográfico; São Cristóvão.

ABSTRACT

In the present work we will ask for the origins of heritage, that is, its essence. We seek to shed light on this word in order to pierce the surface and reach the depth of its beings. This excavation takes place in a specific locality, the city of São Cristóvão-Sergipe, through the accomplishment of geographical itineraries. In a geography as an act, the geographical itineraries were understood as the indication of a route to be followed and the respective sketch of the real and imagined, personal and collective, experiences that embrace the paths proposed. Such diligence was possible through the use of a poetic, subjective, profound language. A form of language that enters the text in specific moments, in which, the movement is made towards the deepening instead of the objectification. If we cannot state categorically that we attained the essence of heritage, at least we can say that it is veiled between will and imagination. Thus, the heritage of São Cristóvão was revealed as a necessity of creation, of overcoming. Heritage that overflows to the world as an affirmation of existence and creative capacity. If heritage truly possesses universal exceptional values, in order truly understand it, we must add the extraordinary to the exceptional. Therefore, we walk in the limit between sensation and *reverie*, bringing together the beauty of local resident's life translated in colors, sounds and words.

Keywords: Heritage; Poetic; Geographical itinerary; São Cristóvão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- CEHOP** – Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas
- COHAB** – Companhia de Habitação Popular de Sergipe
- FASC** – Festival de Arte de São Cristóvão
- FUNDACT** – Fundação Municipal de Cultura e Turismo João Bebe-Água
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICOMOS** – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PIB** – Produto Interno Bruto
- SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- SAHUDE** – Sociedade para o Avanço Humano e Desenvolvimento Ecosófico
- SUBPAC** – Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico Cultural
- UMESC** – União Municipal de Estudantes de São Cristóvão
- UFBA** – Universidade Federal da Bahia
- UFS** – Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE GÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução Populacional de São Cristóvão (1950-2015)	84
Gráfico 02 – Estado de Conservação da Praça São Francisco: Edifícios Públicos e Religiosos (2009).	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Tipologias das Formas Urbanas nas Colônias da Espanha.	58
Quadro 02 – Evolução do número de engenhos na capitania de Sergipe	73
Quadro 03 – Bens Tombados Pelo IPHAN em São Cristóvão	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização do Município de São Cristóvão-Sergipe	4
Figura 02 – Vista aérea de São Cristóvão-Sergipe	6
Figura 03 – Imagens do Parque Natural de <i>Landes de Gascogne</i>	22
Figura 04 – Muro de pedra seca na Escócia.	29
Figura 05 – Mudanças na localização de São Cristóvão-SE.....	43
Figura 06 – Área de Proteção da Praça São Francisco em São Cristóvão/Sergipe..	53
Figura 07 – Tipologia das malhas urbanas coloniais das cidades lbero-americanas.	57
Figura 08 – Povoação de São Cristóvão, Capitania de Sergipe (1631)	64
Figura 09 – Forte Holandês localizado na divisa entre Alagoas-Sergipe (1631).....	65
Figura 10 – Reconstrução da torre do Convento e Igreja de São Francisco	74
Figura 11 – Campanha em Prol da Candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial	89
Figura 12 – Itinerário 1 - Aracaju a São Cristóvão	99
Figura 13 – Cristo na entrada de São Cristóvão.....	100
Figura 14 – Itinerário 2 - Afetividade e interioridade	102
Figura 15 – Antiga Fábrica São Cristóvão, atual Intergriffe's	103
Figura 16 – Imagens do Mercado Municipal Lauro Rocha de Andrade	107
Figura 17 – Ladeira Epaminondas / Ladeira da Poesia.	110
Figura 18 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória.....	112
Figura 19 – Casa da Queijada	113
Figura 20 – Casarão de Balcão Corrido - Espaço Cultural.	114
Figura 21 – Fotocopiadora de Seu Irênio.	116
Figura 22 – Vesta Viana e alguns de seus quadros.	117
Figura 23 – Vista panorâmica da Praça São Francisco.	118
Figura 24 – Casa do Folclore e Biblioteca Municipal.	120
Figura 25 – Caceteira do Mestre Rindu.	121
Figura 26 – Residência de Seu Jorge do Estandarte.	123
Figura 27 – Igreja do Rosário dos Homens Pretos	124
Figura 28 – Itinerário 3 - Resistência e abertura.	126
Figura 29 – Nascimento da obra de Gal.	127
Figura 30 – Intervenção artística ao lado do Museu de Arte Sacra.	129

Figura 31 – Erosão em São Cristóvão.	131
Figura 32 – Vista do Apicum-Merém.	132
Figura 33 – À esquerda: Mangaba; À direita: Umbu.	133
Figura 34 – Luteria de Passinho.	135
Figura 35 – Oficina Filhos da Maré.	137
Figura 36 – Porto da Banca às margens do rio Paramopama.	138
Figura 37 – Esculturas em madeira de Thiago Fragata.	142
Figura 38 – Itinerário 4 - Limites e conexões.	144
Figura 39 – Estação Ferroviária de São Cristóvão.	146
Figura 40 – Terminal de Integração Prefeito Gileno Barreto.	147
Figura 41 – Apresentação da The Baggios na Praça São Francisco.	150
Figura 42 – Ateliê de Nivaldo de Oliveira.	153
Figura 43 – Intervenção artística de Nivaldo Oliveira.	153
Figura 44 – Nivaldo Oliveira em processo de produção da xilogravura.	155
Figura 45 – Escultura feita a partir de material reciclado.	157
Figura 46 – Multidões na obra de Nivaldo de Oliveira.	158
Figura 47 – Festa de Nosso Senhor dos Passos.	160
Figura 48 – Rio Vaza-Barris.	162
Figura 49 – Ilha Grande - São Cristóvão.	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. GEOGRAFIA E PATRIMÔNIO	14
1.1 <i>PATRIMOINE</i> E AS SUBMERSÕES FRANCÓFONAS NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS	16
1.2 <i>CULTURAL HERITAGE</i> NAS PROFUNDEZAS DO PENSAMENTO ANGLO-SAXÃO	22
1.3 PREÂMBULO PARA UMA GEOGRAFIA DO PATRIMÔNIO: UM MERGULHO EM ÁGUAS PROFUNDAS	30
2. A CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO-SE: DE CAPITANIA A PATRIMÔNIO MUNDIAL	38
2.1 FUNDAÇÃO E PRIMEIROS ANOS: SERGIPE DEL-REI.....	39
2.2 UNIÃO IBÉRICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS	44
2.3 INVASÃO E DOMÍNIO HOLANDÊS NA CAPITANIA DE SERGIPE	62
2.4 RETOMADA E RECONSTRUÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO: AS BASES DA CAPITAL DA PROVÍNCIA	68
2.5 A CIDADE DIVIDIDA: MUDANÇA DA CAPITAL E A CHEGADA DAS FÁBRICAS DE TECIDO E DA VIA FÉRREA	75
2.6 RÉQUIEM OU RESSURGIMENTO: A INSCRIÇÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL E DA HUMANIDADE.....	79
3. POR UMA POÉTICA DO PATRIMÔNIO	92
3.1 ONDE NÃO PUDES AMAR NÃO TE DEMORES... SÃO CRISTÓVÃO, CIDADE POESIA	97

3.2 DESBRAVANDO UM MUNDO... SÃO CRISTÓVÃO E OS DEVANEIOS DA VONTADE.....	124
.3 DINAMICIDADE DO ARREBOL... SÃO CRISTÓVÃO ENTRE-MEIOS	143
ONTOLOGIA POÉTICA DO PATRIMÔNIO	165
REFERÊNCIAS.....	171

INTRODUÇÃO

As primeiras palavras, os primeiros parágrafos de qualquer texto demonstram-se um trabalho extremamente delicado e circunspecto. Seu caráter indelével não deixa transparecer ideias, conceitos, perspectivas, que por incontáveis vezes foram retificadas. Tantas vezes, que já perdemos a conta. O leitor anseia por uma redação precisa, clara, sem rodeios e, de preferência, que lhe pareça associada aos seus próprios questionamentos.

Para que um ensaio complete seu sentido, ele deve ser entendido como um diálogo, como a construção de um caminho. Tenhamos consciência de que o caminho aqui trilhado não é o único que poderia ser percorrido, mas é o caminho pelo qual conseguimos levantar questões essenciais e buscar indícios para suas respostas. Assim, o leitor tem de se deixar levar por essas questões e estar disposto a uma abertura que presume, desde o início, um diálogo consigo mesmo. Aos cientistas, pedimos licença para desviar de uma ciência positiva e de seus desejos de objetividade. Aos filósofos, solicitamos que se desfaçam do anseio pelo ponto de vista fixo e absoluto.

Se todo perguntar é um buscar, **perguntaremos na Tese pelo originário do patrimônio, sua essência.** Trata-se, então, de jogar luz a essa palavra de modo a transpassar a superfície e atingir as profundezas do seu ser. O que buscamos no perguntar pela essência do patrimônio não é totalmente desconhecido, ainda que seja, neste momento, inacessível. Nesse sentido, devemos escavar pelo originário do patrimônio, e não pelo seu começo¹, nossa diligência é por suas fontes propulsoras, por sua verdade atemporal, não por seu princípio histórico.

Tal busca ocorreu em dois momentos que resultaram na união de duas pontas do conhecimento. Entre a informação precisa e a apreciação poética. O primeiro baseado na Geografia, na História, na Arquitetura, nas ciências rígidas e disciplinas acadêmicas. E o segundo, fundado na imaginação e na experiência propulsoras de subjetividades e intimidades não acessíveis pelo conhecimento científico. Uma leitura do patrimônio pela via onírica, propiciada pela escrita poética, que visou fazer o leitor experimentar, presenciar, tocar os encantos do patrimônio.

Entende-se que já existem inúmeros trabalhos que tratam das propriedades, funções, da estrutura e organização do patrimônio. Assim sendo, buscamos pela

¹ JASPERS, Karl. **Introducción a la Filosofía.** Trad. Miguel Turón Stein. Barcelona: Círculo de Lectores, 1989.

poética patrimonial embebida em lugares, paisagens e territórios por nós atravessados. Nos dias correntes, as vias predominantes de resguardo do patrimônio residem no tombamento e no registro. Acredita-se que esses meios prezam por uma imobilidade que vai contra a própria criação e existência do patrimônio. Pois, no momento de sua concepção, o patrimônio é fonte da imaginação criadora, imaginação que exige uma vontade de transformar. Para existir, o patrimônio precisa vibrar², necessita da espontaneidade da mutação, da transformação, do aprendizado³.

Por meio da institucionalização seu caráter dinâmico é obscurecido, suplantado. As entidades encarregadas do patrimônio valorizam o aspecto contemporâneo deste, apregoando que se mantenha perpetuamente o mesmo estado que se encontrava no momento de sua chancela. Em meio a essas descobertas surge uma pergunta: se nos dirigimos às origens do patrimônio, como receber o ímpeto de sua imaginação criadora?

O caminho encontrado para buscar esclarecer essa questão é ambíguo. Se o patrimônio é um antes-de-nós e um depois-de-nós, amamos o passado para nos ligar às memórias do patrimônio e imaginamos excessivamente para delas nos desligar. Desse modo, visamos abordar o patrimônio estático, engessado, que é sustento do espírito, mas, sobretudo, o patrimônio vivo e dinâmico, que é alimento da alma.

Essa escavação transcorre numa localidade específica, a cidade de São Cristóvão, no estado de Sergipe. Na antiga capital buscamos traçar itinerários geográficos que ultrapassem uma descrição profunda dos seus patrimônios. Assim, colocamos em movimento nossa imaginação para irmos além da percepção, libertando nossos devaneios para as possibilidades escondidas nos entremeios dos cinco sentidos.

Como e onde tudo começou – Estado, Sergipe; Cidade, São Cristóvão.

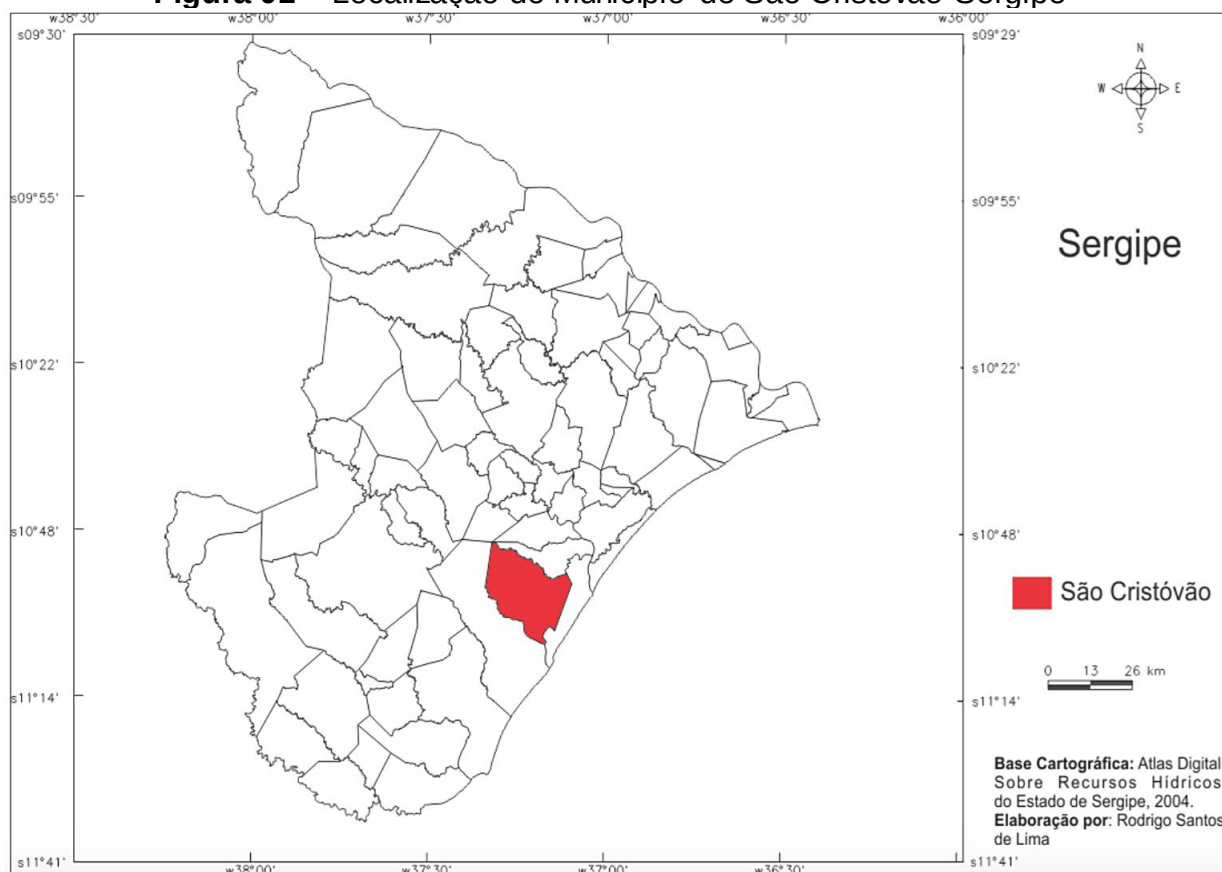
Situado na porção leste do Nordeste brasileiro, o Estado de Sergipe (Figura

² BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Editora Ática, 1994.

³ MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

01) possui uma área de 22.050 km², limitando-se ao norte com Alagoas, ao sul e oeste com a Bahia e ao leste com o Oceano Atlântico. Ele surgiu para nós, no primeiro momento, como uma oportunidade de realizar o mestrado na UFS⁴, o que não foi concretizado. À época, a preferência ainda era pela Antropologia, o que mudaria ao percorrer os terrenos baixos e as várzeas do litoral de Sergipe. Não chegamos a conhecer as planícies do norte sergipano, nem o planalto semiárido da região noroeste. Eles foram apreendidos somente pela leitura de textos e pelas imagens dos livros.

Figura 01 – Localização do Município de São Cristóvão-Sergipe



Fonte: Atlas Digital sobre os Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, 2011.

Foi no ano de 2010, em Aracaju, que fomos envolvidos pelo clima tropical e as altas temperaturas que permanecem praticamente ao longo de todo ano. O despertar geográfico veio por meio da experiência sensível de Sergipe enquanto

⁴ Universidade Federal de Sergipe.

espaço aberto⁵. Se no primeiro encontro entramos em contato com as bacias do Rio Sergipe e do Rio Vaza-barris, não deixamos de sonhar com as composições hidrográficas do Rio Real, do Rio Japaratuba, do Rio Piauí e, principalmente, do Rio São Francisco. Não apenas por ser a bacia hidrográfica mais importante do estado⁶, mas pelos meses que passamos conhecendo todo seu percurso, de Pirapora a Bom Jesus da Lapa, de Xique-Xique a Piaçabuçu.

Numa exposição poética do São Francisco⁷, viajamos pelo seu curso d'água conhecendo histórias de pescadores e caixeiros-viajantes, lendas da Mãe d'água e da Pisadeira, sentindo a preocupação, nos relatos, com a construção de barragens e o processo de salinização que afeta populações próximas ao desague do rio. A exposição foi uma anunciação profética de nosso destino, depois dela Sergipe não sairia mais de nossas vidas.

O menor estado da federação possui uma população pequena, de aproximadamente dois milhões de habitantes, porém riquezas imensuráveis. A predominância da população urbana levou a concentração de metade da população na região metropolitana de Aracaju⁸. Apesar disso, a cidade ainda possui características interioranas, de receptividade, proximidade, consideração.

Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão compõem a região metropolitana, e foi a partir do contato com a última que nosso interesse foi despertado. Localizada próxima da capital, São Cristóvão (Figura 02) é reconhecida por seus monumentos históricos, apesar de seus belíssimos patrimônios transcenderem a tangibilidade.

⁵ BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Trad. Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014a.

⁶ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades, 2016. [online]. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/>, Acesso em: 10 de maio de 2016.

⁷ No primeiro semestre de 2011 o autor trabalhou como monitor na Exposição "Rio São Francisco Navegado por Ronaldo Fraga: Cultura Popular, Moda e História", que ocorreu no Pavilhão das Culturas Brasileiras (Parque do Ibirapuera – São Paulo/SP).

⁸ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades, 2016. [online]. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/>, Acesso em: 10 de maio de 2016.

Figura 02 – Vista aérea de São Cristóvão-Sergipe

Fonte: GOVERNO DE SERGIPE, 2006, p. 15.

Elaboração: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Assentada sobre uma colina 20 km acima da enseada do Rio Vaza-Barris, a antiga capital do estado está situada a 25 km de Aracaju. Atualmente, a cidade conta com uma população estimada de 87 mil habitantes⁹, que não correspondem com a vida pacata vivenciada nos arredores do centro histórico. Entre fragmentos da mata atlântica e manguezais, procuramos conhecer a cidade e seus patrimônios a partir do chão. Algumas leituras foram fundamentais para estabelecer um ponto de partida, mas somente conhecemos suas densidades por meio do contato direto com pessoas, ruas e esquinas.

⁹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades, 2016. [online]. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/>, Acesso em: 10 de maio de 2016.

Entre a razão e a imaginação

Escrevemos este trabalho a partir de dois polos supostamente opostos. A adoção de uma única vertente limitaria nossa busca por apreender¹⁰ a essência do patrimônio, por isso não sucumbimos a trajetórias unívocas e metodologias sectárias. A partir de uma dialética bachelardiana, razão e imaginação são aqui apresentadas como opostos contraditoriamente unidos. Seria o nosso trabalho um convite ao contrassenso? Assim como o dia e a noite, nossa perspectiva é antagônica e complementar. Ora realizada sob o signo de um *animus*, ora sob o signo de uma *anima*.

Celebramos, então, a união de duas vertentes supostamente contrastantes: a razão e a imaginação. A primeira está disposta na forma de capítulos e itens que recorrem aos fundamentos geográficos do estudo do patrimônio e à uma análise da configuração territorial de São Cristóvão. Enquanto a segunda é desfrutada, de modo sedutor, na construção de itinerários geográficos e relatos poéticos do patrimônio sancristovense. A riqueza maior reside na segunda, mas sem a primeira seria impossível que ela se manifestasse.

O patrimônio é tanto imaginação quanto razão, assim “[...] como a vida é vida, ainda quando morte”¹¹. Então, como conciliar razão e imaginação em uma Tese de Doutorado? Seria uma forma de se desapegar totalmente da ciência? Afinal, o resultado de nosso trabalho não é a elaboração de uma contribuição textual inédita? Não visa à obtenção de uma titulação? Não se dá por meio de uma perscruta exhaustiva? Ora, é claro que não procuramos uma forma de conhecimento que cheire a inseticidas¹², mas apesar das tentativas, talvez não estejamos assim tão distantes dela.

Se os princípios racionais já foram quebrados há tempos pela física quântica e pela teoria da relatividade, também temos de superá-los por meio da atividade

¹⁰ BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaio sobre as imagens da intimidade. Trad. Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

¹¹ Trecho de “Parolagem da Vida”, poema de Carlos Drummond de Andrade.

¹² BASTIDE, Roger. A propósito da poesia como método sociológico. [1946] In: QUEIRÓZ, M. I. P. (org). **Roger Bastide**. São Paulo: Ática, 1983.

imaginante¹³. Por isso em alguns momentos nos aproximamos do objetivismo e em outros mergulhamos no subjetivismo. Recorremos à união dos extremos para conquistarmos o direito de sonhar o patrimônio, por meio de uma imaginação que é a força da unidade de nossa alma¹⁴.

Se a palavra patrimônio é prova emergente de uma ambivalência entre racional e imaginário, nosso trabalho não poderá fugir de uma dialética que se estabelece opondo-se¹⁵. Procuramos, assim, construir uma geografia íntima¹⁶ que admita razão e paixão¹⁷, racionalidade e devaneio, no sentido de uma ontologia¹⁸ poética do patrimônio.

Ser poético do patrimônio

Em nosso trabalho, a palavra patrimônio é escrita com “p” minúsculo e não possui adjetivações restritivas. Não é histórico, cultural, material ou imaterial. Os adjetivos serão aqui utilizados com outra finalidade e buscados no próprio patrimônio, tomado por várias tonalidades. Em consonância com o pensamento enfatizado por Gaston Bachelard, visamos utilizar uma linguagem poética que possui maior liberdade sobre as coisas, indo além da razão. O patrimônio vive melhor entre o delírio do verbo e a mobilidade dos adjetivos, elementos de que a escrita positiva

¹³ BACHELARD, Gaston. **A terras e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Trad. Maria E. A. P. Galvão. 4ª ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013a.

¹⁴ BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

¹⁵ BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Trad. Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa-PT: Edições 70, 2006.

¹⁶ BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaios sobre a imaginação da matéria. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013b.

¹⁷ MARANDOLA JR., Eduardo. Natureza e sociedade: em busca de uma geografia romântica. **Revista Terceiro Incluído**, v. 7, p. 11-21, 2017.

¹⁸ A ontologia é entendida aqui como o acolhimento da existência de uma interrogação do ser que pode ser resolvida de diferentes formas. Ao ser menos comprometida com o passado, a ontologia, diferente da metafísica, revela-se menos ligada a uma única solução do problema do ser (ABBAGNANO, 2012, p. 848).

carece. Buscamos, assim, ao adentrar o reino poético¹⁹, uma revolução geográfica e filosófica.

Não podemos deixar de mencionar a grande influência em nós exercida pela poesia de Manoel de Barros. Da profundidade e riqueza subtraídas de seu linguajar poético, nos desencontramos e reencontramos. Sua poesia (en)levou-nos a desvendar as cifras da sinfonia patrimonial. Pudemos transver²⁰ patrimônios por detrás de pessoas, lugares, paisagens e territórios. Praticados pelo silêncio, alcançamos as vozes do chão, a fala das águas, o mutismo das pedras e as origens do ser²¹.

Em São Cristóvão, perguntamos pelo ser poético da palavra patrimônio. Cinco sílabas e dez letras compõem as fontes de nossos sonhos, numa ambivalência do real e do imaginário. Na antiga capital sergipana sonhamos em grego e em latim: *klironomiá*²², *patrimonium*²³. Para além de sua origem buscamos pelo seu ser poético.

Quando dita em alto e bom som, a palavra “**pa-tri-mô-ni-o**” começa aberta às desventuras do mundo. Na sílaba “**pa**”, ela ganha fôlego e inicia-se aspirando a imensidão. A vogal “**a**” demonstra toda sua delicadeza e um livre-arbítrio cantarolado. Numa só emissão de voz, “**tri**” é o elo que vai articular a palavra com seus opostos. Um local de cruzamentos que faz parte da viagem como um momento do movimento. Ao fechar-se lentamente, o início do retorno a casa se dá na expiração “**mô**”, e, assim, a recuperação de suas forças. A penúltima sílaba, “**ni**”, conserva as virtudes da localidade de origem. Finalmente em “**o**” todas as possibilidades já estão encerradas... até que a palavra seja pronunciada novamente.

O patrimônio é obra da vontade criadora que reside em si mesmo. Enquanto sua compreensão ficar presa a conceitos e definições pré-estabelecidas estaremos sempre um passo atrás de compreender sua essência. Ao devolver seu ser poético

¹⁹ BACHELARD, Gaston. **Fragmentos de uma poética do fogo**. Trad. Norma Telles. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990a.

²⁰ BARROS, Manoel de. **Livro sobre o nada**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016b.

²¹ BARROS, Manoel de. **Meu quintal é maior do que o mundo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 128.

²² A palavra patrimônio derivada do idioma grego.

²³ A palavra patrimônio derivada do latim.

à palavra patrimônio, não temos pressa. Por isso, flexibilizamos nossa linguagem e providenciamos meios para demonstrar a versatilidade e mobilidade de uma poética patrimonial.

A construção dos nossos itinerários

De imediato, podemos nos perguntar de que modo pretendemos buscar a essência do patrimônio. Se nossas percepções sobre a abordagem patrimonial se mantêm corretas, temos de buscar novos meios e formas de interrogar²⁴ pelo originário do patrimônio. Nesse sentido, percorremos o espaço geográfico de São Cristóvão à procura de manifestações do seu patrimônio, reveladas numa cumplicidade do homem com a terra²⁵. Nos esforçamos por apreender acontecimentos elementares da vida dos sancristovenses em comunhão com sua terra e, assim, tentar compreender o papel do patrimônio na construção das ligações concretas e afetivas²⁶ deles com o meio.

A partir da necessidade de compreensão geográfica do mundo²⁷, elaboramos itinerários geográficos numa verdadeira geografia em ato. Geografia que precede a ciência objetiva, que é vontade de explorar e desbravar. Um desejo de atravessar o espaço e penetrar terras desconhecidas²⁸. Desse modo, nossos percursos foram compostos por nossas vivências e imaginações, pelos detalhes e descrições de trajetos²⁹, por conversas formais e informais com pessoas de São Cristóvão, através de imersões em diversas formas de expressões artísticas da cidade.

Por meio, sobretudo, de caminhadas pela cidade, tecemos nossos itinerários fundados na motricidade e na atribuição de valores apreendidos na espacialidade da

²⁴ BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Trad. Remberto F. Kuhnen, Antônio da Costa e Lúcia V. S. Leal. São Paulo: Nova Cultura, 1988b.

²⁵ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem.

²⁸ WRIGHT, John K. *Terrae incognitae: the place of the imagination in geography*. **Annals of the Association of American Geographers**. 37 (1), p. 1-15, 1947.

²⁹ ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem**: poética da geografia. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

existência humana. Um ato de caminhar como anúncio, que suspeita, arrisca, transgride³⁰ e imagina. Trajetórias que falam de São Cristóvão com o sotaque de nossas origens. Que é abertura a um novo universo³¹ e coloca em movimento a possibilidade de conhecimento geográfico³².

Nossos itinerários não foram pré-estabelecidos, não delimitaram um percurso a ser percorrido antes da elaboração textual. Eles surgiram num momento simultâneo de reflexão e transcrição de nossas experiências e devaneios patrimoniais em São Cristóvão. Ao serem construídos pelo devir e pela permuta, eles se distanciaram da forma como são construídos os roteiros turísticos e se aproximaram do modo como são elaboradas as rotas culturais³³. Tais rotas são vias de comunicação – independente dos tipos – caracterizadas pelo intercâmbio e por dinâmicas próprias. São reverberações da transferência de pessoas, ideias, conhecimentos e valores entre pessoas.

Entre caminhos e vias, nossos métodos tornaram-se literalmente os locais dos quais partimos, por onde passamos e com quem compartilhamos. Com o intuito de demonstrar nossos itinerários, elaboramos cartografias dos movimentos experimentados e imaginados. Nelas, são enfatizadas ações e locomoções que criam uma matriz de nossas experiências e histórias em São Cristóvão. Elas contribuem para criar uma apreensão aprofundada³⁴ dos patrimônios nos espaços que atravessamos.

Nessa senda, tentamos ir além das medidas e coordenadas, incluindo trajetos, contextos e significados em nossos mapas. Ao entendê-los como processos, abarcamos o lembrado, o contemplado e o imaginado. Sabemos que os

³⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

³¹ COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Trad. Ida Alves. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

³² MARANDOLA JR., Eduardo. Natureza e sociedade: em busca de uma geografia romântica. **Revista Terceiro Incluído**, v. 7, p. 11-21, 2017.

³³ CAPEL, Horacio. **Patrimonio: la construcción del pasado y del futuro**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2014.

³⁴ CAQUARD, Sébastien. Cartography I. **Progress in Human Geography**, v. 37, n. 1, p. 135–144, 2013.

mapas são incapazes de apresentar a completude de nossas experiências³⁵ e imaginações. Contudo, eles ajudam a fazer as ligações dos patrimônios que conectam nossos itinerários geográficos. Uma autobiografia gráfica e poética, que não é apenas recordação, é também criação. Sendo assim, contemplamos outras formas de pensar e comunicar os fenômenos revelados ao longo de nossos itinerários, que foram possíveis pelo engajamento, o entrosamento, a incorporação³⁶ de lugares, paisagens e territórios no âmago de nosso ser.

Nos meandros do percurso

Para além da introdução e das palavras finais, a Tese de doutorado foi dividida em três capítulos. No capítulo **Geografia e Patrimônio**, foram apresentados os principais pensamentos acerca do patrimônio, de acordo com duas grandes escolas geográficas: a francesa e a anglo-saxã. Este delineamento possibilitou apreender as principais investigações e abordagens existentes sobre o tema. Os questionamentos expressos foram necessários por se acreditar que as propostas desenvolvidas por outros autores se limitam a formulações já conhecidas e desgastadas, não buscam pelas regiões ainda não mapeadas do patrimônio.

No capítulo **A cidade de São Cristóvão-SE: de capitania a Patrimônio Mundial**, abordamos o processo de fundação de São Cristóvão-SE e os acontecimentos mais relevantes na formação da configuração territorial e patrimonial da cidade. Desse modo, foram traçadas sua evolução histórica e suas principais transformações espaciais, desde o marco representado pela mudança de capital até o seu ressurgimento enquanto Patrimônio da Humanidade pela UNESCO³⁷.

Posteriormente, o capítulo **Por uma poética do patrimônio**, vem arrematar nossa proposta. Nesse sentido, buscou-se pensar o ser poético do patrimônio a partir da criação de quatro itinerários geográficos. O primeiro deles nos conduz entre a atual e a antiga capital, de Aracaju a São Cristóvão. O segundo apresenta locais,

³⁵ SEEMANN, Jörn. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 69-91.

³⁶ SEEMANN, Jörn. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 69-91.

³⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

em São Cristóvão, que nos suscitam profundos sentimentos de interioridade e afetividade. O terceiro itinerário geográfico aponta resistências e aberturas que moldam o espaço e o cotidiano na cidade. O último itinerário buscou apreender os limites e conexões que transbordam através das vivências e dos sentidos entre artistas de São Cristóvão e locais específicos da cidade.

A Introdução, assim como o restante da Tese, está terminada e eis a vereda trilhada. Não há mais como retomar. E, entretanto, cada leitura é um recomeço, um recomeço como um ato íntimo. Se as palavras não podem ser reescritas, que o direito de reiniciar seja sentido no espírito e na alma do leitor.

1. GEOGRAFIA E PATRIMÔNIO

No presente capítulo propõe-se a delimitação do patrimônio em duas das principais escolas de conhecimento geográfico. Elaboramos um inventário das obras fundamentais do mundo geográfico anglófono e francófono. Essas duas escolas foram escolhidas por serem grandes influenciadoras tanto no contexto brasileiro quanto no mundial. Nesse sentido, acreditamos que essas explorações são um processo fundamental para o desenvolvimento de novos rumos e perspectivas renovadas na geografia. Uma geografia que não possui um conjunto de temas e questões pré-definidas³⁸. Se, realmente, a construção de saberes é corolária à um processo de instrução e formação contínuos, é imprescindível que haja um trabalho profundo estabelecido através da retificação de aprendizados prévios e do distanciamento das intuições primeiras – entendidas como obstáculos epistemológicos³⁹.

O interesse por temas culturais, introduzido na geografia a partir dos desdobramentos da geografia humana, culminou no desenvolvimento de uma vertente cultural. De modo similar, as contribuições conduzidas pelas leituras humanistas trouxeram algumas questões centrais mais perto da Terra e do foco para as dimensões sociais e materiais do viver⁴⁰. Contudo, acreditamos que nenhuma das duas perspectivas conseguem abarcar as complexidades do patrimônio. Porém, caminharemos no entremear dessas duas compreensões, sem abandonar outras abordagens que nos interessam, visando culminar numa geografia do patrimônio.

Nesse sentido, no item 1.1, abordamos o estudo do patrimônio no campo e domínio geográfico de língua francesa, levando em consideração seu estágio de desenvolvimento e a demora em investir nesta temática, se comparada a outras áreas de conhecimento. Em sequência, no ponto 1.2, nos aproximamos dos estudos patrimoniais realizados no âmbito da geografia anglo-saxã, a qual demonstra uma vasta bibliografia sobre o assunto, porém muito voltada para as funções, a organização e a estrutura do patrimônio. Num remate parcial, no item 1.3 buscamos pensar algumas ideias sobre como desenvolver uma geografia do patrimônio dinâmica e renovada.

³⁸ TUAN, Yi-Fu. **Humanist Geography**: An individual's search for meaning. Virginia: George F. Thompson Publishing, 2012b.

³⁹ BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

⁴⁰ TUAN, Yi-Fu. **Humanist Geography**: An individual's search for meaning. Virginia: George F. Thompson Publishing, 2012b.

1.1 PATRIMOINE E AS SUBMERSÕES FRANCÓFONAS NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Ao submergir no mundo francófono dos estudos geográficos patrimoniais, temos que o seu surgimento se deu de modo gradativo. Ao realizar um levantamento da produção científica e de eventos acadêmicos sobre o patrimônio, o autor francês Vincent Veschambre⁴¹ afirma que a introdução da geografia no tema se deu de forma tardia, se contraposta a outras ciências sociais. No início da década de 1980, favorecido por uma verdadeira ebulição dos temas patrimoniais, a produção acadêmica foi estimulada num novo sentido, que não eram mais aqueles relacionados à gestão, legislação ou administração econômica do patrimônio.

Toda esta comoção em torno do patrimônio tinha grande influência da realização do Ano do Patrimônio, pelo Ministério da Cultura na França. A projeção midiática ajudou na construção de uma consciência nacional de supervalorização do patrimônio, principalmente pela instituição do ato comemorativo⁴². Assim, a trajetória burocrática corriqueira dos “anos temáticos” não foi seguida, sendo constatado um grande alvoroço no interesse pelo patrimônio, que atingiu tanto os grandes centros universitários quanto o público genérico nos mais longínquos rincões franceses⁴³.

A intensa produção bibliográfica sobre patrimônio difundida ao longo das décadas de 1980 e 1990 é atribuída a essa “descoberta” científica do tema, inicialmente abordado sobretudo por historiadores, sociólogos e economistas. Nesse sentido, são publicadas obras de impacto incomensuráveis por P. Nora e F. Choay, dedicadas respectivamente à memória dos locais e ao surgimento do conceito de patrimônio e os processos de mudança nas abordagens da restauração.

O envolvimento incipiente dos geógrafos franceses no temário patrimonial auxiliou no sentido da elaboração de novas concepções sobre o mesmo. Contudo, esse período foi marcado pela falta de obras de referência no âmbito geográfico e do posicionamento do mesmo enquanto objeto de estudo da disciplina. Uma mudança

⁴¹ VESCHAMBRE, Vincent. Patrimoine: Un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales. *Annales de géographie*, N. 656, p. 361-381, 2007/4.

⁴² NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Trilce, 2008.

⁴³ GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae*, v.3, p. 27-46, 2012.

nesse sentido começou a ocorrer no início da década de 1990, com a organização de eventos, conferências e publicações em periódicos franceses.

É com Guy Di Méo que algumas reflexões mais aprofundadas são desenvolvidas, inaugurando novas conjunturas possíveis para a abordagem geográfica do patrimônio. Posteriormente à sua consagração – como o primeiro geógrafo francês a publicar um artigo com a palavra “patrimônio” no título num periódico de geografia – o autor traçou relações conceituais entre território e patrimônio, postulando uma proximidade entre os dois, o que legitimaria a abordagem geográfica do patrimônio⁴⁴.

Contemporâneo a este processo, ocorre a inclusão do termo patrimônio no dicionário “*Les mots de la géographie*”⁴⁵. Porém, assim como as reflexões iniciais sobre o tema, nas suas primeiras versões o dicionário não se restringe aos aspectos espaciais do patrimônio, atingindo uma compreensão sucinta e evasiva deste fenômeno. Somente anos após à primeira publicação, seria reproduzida uma definição retificada mais extensa e complexa, neste momento sob a tutela genérica das ciências sociais. Essa relação com os aspectos sociais e políticos do patrimônio demonstrou algumas possibilidades de como a geografia poderia se inscrever neste campo de estudos compartilhado com as ciências sociais.

Em seus trabalhos iniciais sobre o tema, os geógrafos mantiveram uma posição discreta enquanto outras áreas passaram por reflexões teóricas e metodológicas aprofundadas. Pesquisas envolvendo as relações do patrimônio com o espaço e o tempo suprimiram a presença de geógrafos, ao longo que o tema se desenvolvia no ceio da diversidade disciplinar de múltiplas ciências, dentre as quais temos: etnologia, sociologia, história, filosofia, comunicação, psicanálise, direito, arquitetura, economia, etc. A falta de visibilidade experimentada pelos geógrafos pode ser relacionada, especialmente, à demora da geografia em se aproximar dos temas patrimoniais e à negligência da disciplina frente às ciências sociais na França.

Na virada para o século XXI, ocorre uma ascensão dos trabalhos geográficos sobre o patrimônio em teses, dissertações e artigos, conjuntamente com o aparecimento do neologismo “patrimonialização” na disciplina. A partir do avanço do

⁴⁴ DI MÉO, Guy. Patrimoine et territoire: une parenté conceptuelle. **Espaces et Sociétés**, n°78, p. 15-34, 1995.

⁴⁵ BRUNET, R. (ed.) **Les mots de la géographie**. Paris: Reclus-La Documentation française, 1992.

tema e dos seus conceitos correlatos – como memória e identidade –, os geógrafos se depararam com a questão do significado e dos lugares. Desse modo, a geografia estende o seu campo de abordagem para o material e o ideal⁴⁶.

Sob esta perspectiva, o patrimônio passa a ser compreendido e analisado como uma construção social, e o espaço aparece enquanto suporte das práticas simbólicas. Esta nova concepção contribuiu para que a geografia passasse a ser contemplada pelas ciências sociais de maneira mais consolidada.

Segundo Gravari-Barbas⁴⁷, apesar da geografia ter se aproximado tardiamente das abordagens patrimoniais, ela conseguiu apreender o patrimônio a partir de uma lógica social que direciona o olhar para questões que envolvem diferentes grupos sociais. Nesse sentido, Di Méo⁴⁸ enfatizou a importância de não considerar o patrimônio como um objeto em si, mas sim como um caminho para compreender melhor as relações e construções territoriais. Para o autor torna-se crucial perceber que a memória e a identidade, enquanto agentes territoriais que operam intrinsecamente no estímulo da valorização patrimonial, são dimensões de fundamental relevância para o patrimônio material e imaterial. Nessa lógica, o patrimônio é considerado um componente essencial das construções territoriais. Apreendido como um mecanismo de intercâmbios culturais, o território passa a ser identificado como um patrimônio transmissível, como um patrimônio-território⁴⁹.

Os avanços procedidos por Di Méo, mormente no que tange a compreensão da centralidade do patrimônio na construção territorial – definindo o território como um “patrimônio transmissível”⁵⁰ –, não foram suficientes para que seu trabalho fosse isento de críticas. Em apreciações sobre seu trabalho, foram levantadas questões sobre divergências e conflitos inerentes aos territórios patrimonializados. Ao focalizar intensamente as convergências construídas, deixou-se de lado as inconsonâncias existentes na construção do patrimônio e do território.

⁴⁶ VESCHAMBRE, Vincent. Patrimoine: Un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales. In: **Annales de géographie**, n° 656, p. 361-381, 2007/4.

⁴⁷ GRAVARI-BARBAS, Maria. "Le "sang" et le "sol". Le patrimoine, facteur d'appartenance à un territoire urbain". **Géographie et Cultures**, n. 20, pp 55-67, 1996.

⁴⁸ DI MÉO, Guy. Patrimoine et territoire: une parenté conceptuelle. **Espaces et Sociétés**, n°78, p. 15-34, 1995.

⁴⁹ Ibidem

⁵⁰ Ibidem.

Num outro viés mais crítico, ao abordar o tema do patrimônio marítimo, F. Peron⁵¹ antecipa um posicionamento analítico centrado nos fenômenos de exclusão, marginalização e exploração de grupos sociais, no que concerne à apropriação do patrimônio. Numa linha de pensamento similar, Gravari-Barbas⁵² mostra-se sensível às questões de poder e instrumentalização do patrimônio por grupos sociais. A perspectiva da autora é a de que o patrimônio passou a ser reconhecido como um recurso e um objeto político, por meio do qual grupos específicos legitimam-se e apropriam-se do espaço.

O acompanhamento do processo que inseriu o patrimônio no campo geográfico na França expõe uma busca pela renovação no interior da disciplina. Por conseguinte, é possível identificar pelo menos três tipos de abordagens geográficas do patrimônio no país: uma voltada à questão do planejamento e desenvolvimento dos territórios; outro com foco nas paisagens e nas representações, associadas à geografia social e à geografia urbana; e uma última dirigida para questões de identidade, estreitamente incorporada pela geografia cultural e, em menor grau, à geografia histórica⁵³.

Independente dessa divisão da abordagem na disciplina é possível identificar que houve um longo processo de ajustamento do tema, que foi se transformando ao longo da construção de compreensões geográficas. Se no começo da inserção patrimonial existia uma relação estreita com a noção de território e a identificação de grupos sociais⁵⁴, interrogações surgiram sobre os motivos de sua proteção na qualidade de álibi para uma despolitização das políticas urbanas⁵⁵. No decorrer dos anos o patrimônio foi incorporado às reflexões relativas à apropriação simbólica dos

⁵¹ PERON, Françoise (Org.). **Le patrimoine maritime**. Construire, transmettre, utiliser, symboliser. Les héritages maritimes européens. Rennes: PUR, 2002.

⁵² GRAVAI-BARBAS, Maria. Politiques patrimoniales locales : quelle marge de manœuvre pour une gouvernance patrimoniale? Le cas d'Angers et du Havre. **Pouvoirs Locaux**, Les nouveaux espaces du patrimoine, n. 63, p. 84-93, 2004.

⁵³ VESCHAMBRE, Vincent. Patrimoine: Un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales. In: **Annales de géographie**, n° 656, p. 361-381, 2007/4.

⁵⁴ GRAVARI-BARBAS, Maria. "Le "sang" et le "sol". Le patrimoine, facteur d'appartenance à un territoire urbain". **Géographie et Cultures**, n. 20, pp 55-67, 1996.

⁵⁵ MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**, n. 24, p. 220-228, 1996.

espaços e às lutas e conflitos inerentes a este processo⁵⁶, bem como o reconhecimento dos bens patrimoniais como um instrumento político e ideológico, constitutivos do fenômeno da patrimonialização e de uma verdadeira “alquimia patrimonial”⁵⁷.

Sob a égide dos autores mencionados até o momento, destacam-se ainda a elaboração de teses de doutoramento em geografia que abrem novas perspectivas para a disciplina ao percorrer diferentes caminhos geográficos sobre o tópico. Ao debater a emergência de espaços públicos a partir de “lugares patrimônio”, C. Damery⁵⁸ destacou a relevância substancial das relações afetivas da comunidade com o meio. A autora identificou ressonâncias geográficas que se dão através de relações emocionais do indivíduo com o meio, destacando a fundamentalidade da incorporação das comunidades na avaliação de projetos sobre o patrimônio, como uma forma de superar as contradições impostas pelas instituições governamentais. Damery⁵⁹ pergunta ainda pela finalidade das instituições responsáveis pelo patrimônio, ao pleitear pela consulta pública sobre salvaguarda dos bens, e ressaltar a associação de formas de arte contemporânea com o patrimônio enquanto uma forma de estimular as pessoas a entrarem em contato direto com o mesmo.

Outra tese de geografia⁶⁰ a abordar o tema em questão é a de A. Pottier⁶¹, que busca identificar e analisar, por meio de ações e discursos dos atores envolvidos, os valores implicados nos processos patrimoniais. Ao estudar uma área

⁵⁶ VESCHAMBRE, Vincent. **Traces et mémoires urbaines, enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition**. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2008.

⁵⁷ DI MÉO, Guy. Processus de patrimonialisation et construction des territoires. **Regards sur le patrimoine industriel, Actes du colloque de Poitiers** “Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes : connaître pour valoriser”, Poitiers-Châtelleraut, Geste éditions, p. 87-109, 2008.

⁵⁸ DAMERY, Claire. **Espace public, patrimoine et milieu affectif**: exemples du Marais d'Orx et du Domaine d'Abbadia. 2008. 501 f. Tese (doutorado) de l'Université de Pau et des Pays de l'Adour Mention géographie (option aménagement). Institut de Recherche sur les Sociétés et 222 l'aménagement. École Doctorale Sciences Sociales et Humanités. Société, Environnement et Territoire. França, 2008.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ É interessante ressaltar que ambas teses mencionadas foram orientadas por Vincent Berdoulay, professor de geografia na *Université de Pau et des Pays de l'Adour*. Apesar de seus interesses acadêmicos serem voltados majoritariamente para evolução do pensamento geográfico, as teorias e práticas do espaço público e o desenvolvimento sustentável, o autor tem se destacado na orientação de teses que tangem o patrimônio.

⁶¹ POTTIER, Aude. **La forêt des Landes de Gascogne comme patrimoine naturel? Echelles, enjeux, valeurs**. 2012. Tese (doutorado) de l'Université de Pau et des Pays de l'Adour. França, 2012.

natural protegida, a autora argumenta que cada vez mais “áreas comuns” estão sendo declaradas patrimônio em contraposição com o discurso de instituições oficiais, nas quais prevalece a busca pelo “valor excepcional” dos bens. Pottier⁶² aponta que a floresta *Landes de Gascogne* (Figura 03) possui uma carga de valores naturais, culturais e sensíveis que geram uma complacência em preservar o bem. Deve-se ressaltar aqui dois pontos de convergência com nosso trabalho colocados pela autora em suas conclusões, ao questionar as bases que fundamentam a compreensão do patrimônio – apesar de não aprofundar sobre a essência do mesmo – e ao buscar apreender o patrimônio segundo o entendimento das pessoas profundamente envolvidas com um bem específico.

As contribuições apresentadas pela escola francesa sobre os estudos geográficos patrimoniais demonstram que houve um crescente interesse no tema e a incorporação definitiva do assunto na agenda da disciplina no país. É possível identificar uma forte influência interdisciplinar nos trabalhos realizados e o favorecimento de elementos materiais – sejam estes naturais ou construídos – e mais facilmente localizáveis. Alguns avanços são evidentes, mormente em perspectivas que levam em consideração as emoções, as relações afetivas com o meio e a compreensão do patrimônio a partir da comunidade nele envolto. Talvez essa seja uma maneira encontrada para superar a escassez de pesquisas sobre o que seria a compreensão de alguns autores do “patrimônio imaterial”, pouco encontrado nas investigações em geografia. Um ponto que poderia ter sido abordado outrora é se essa resistência em abordar o dito “patrimônio imaterial”, atirado para o oblívio, se deve à dificuldade dos geógrafos em “espacializá-lo”⁶³.

⁶² POTTIER, Aude. **La forêt des Landes de Gascogne comme patrimoine naturel? Echelles, enjeux, valeurs**. 2012. Tese (doutorado) de l'Université de Pau et des Pays de l'Adour. França, 2012.

⁶³ ARAGÃO, Raimundo. **A cidade como evento-espetáculo**: reflexões sobre turismo e patrimônio nos festejos de centenário de Juazeiro do Norte/Ceará. 2012. 244 f. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2012.

Figura 03 – Imagens do Parque Natural de *Landes de Gascogne*.



Fonte: POTTIER, 2012, p. 332.

Sem embargo, apesar de não se identificar posicionamentos autenticamente revolucionários dos geógrafos franceses sobre o patrimônio, destaca-se o aumento da produção acadêmica sobre o mesmo, a formação de um grupo robusto de geógrafos que se interessam pelo patrimônio e a produção de grelhas de leitura geográficas que colocam as relações entre o espaço e o patrimônio sob perspectivas que outras áreas das ciências sociais desconsideram.

Continuamos num segundo ato, na busca pela construção de um novo conhecimento geográfico do patrimônio, que como dito anteriormente, só pode se dar em contraposição a conhecimentos prévios. Nesse sentido, serão abordados os trabalhos da geografia anglo-saxã sobre o tema do patrimônio.

1.2 CULTURAL HERITAGE NAS PROFUNDEZAS DO PENSAMENTO ANGLO-SAXÃO

Ao atravessar um oceano de críticos e pesquisadores que hoje debatem sobre o fenômeno do patrimônio na geografia anglo-saxã, não poderíamos deixar de começar por D. Lowenthal, que é apontado como um dos fundadores do movimento em torno dos estudos patrimoniais. Ao publicar o que é considerado por muitos sua

obra prima⁶⁴, o geógrafo humanista entrega neste trabalho uma intensa exploração da história e natureza da consciência temporal do ser humano. Em busca das razões pelas quais a sociedade contemporânea tem procurado retomar ou apagar seu passado, o autor afirma que este passou a ser valorado enquanto fonte de orientação, liberdade, identidade, familiaridade e enriquecimento.

Lowenthal⁶⁵ reitera que os elementos do passado são, cada vez mais, chamados à memória. O autor acredita que o mundo hodierno é definido pela ânsia e o impulso em preservar o passado, em tempos onde as mudanças ocorrem numa velocidade fantástica. Porém, a inabilidade em reconhecer diferentes contextos históricos e sociais, e uma cultura centrada obcessivamente no presente, levaram a uma grande incompreensão do passado, que tornou-se um lugar estranho e desconhecido.

Nesse sentido, credita-se a Lowenthal o pioneirismo do interesse pela memória e o patrimônio na geografia anglo-saxã, que nos anos subsequentes prosperou na geografia histórica⁶⁶. Vale lembrar que apesar do enorme impacto causado pelo trabalho do autor, muitos investigadores não foram persuadidos por sua fundamentação teórica e metodológica. Assim, desde a década de 1990, o patrimônio passa a ser abordado a partir de suas funções utilitárias, especialmente suas atribuições econômicas e políticas, e as relações desses domínios com as identidades locais⁶⁷.

O *frisson* internacional em torno do patrimônio e a noção de que a sociedade contemporânea passou a ser pautada pelo mercado, levou alguns autores a entender o patrimônio como um produto elaborado de acordo com a demanda de seus consumidores. Tais publicações que exploraram o patrimônio como “[...] a *contemporary commodity purposefully created to satisfy contemporary*

⁶⁴ LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

⁶⁵ LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country - revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

⁶⁶ HARDY, Dennis. Historical Geography and Heritage Studies. **The Royal Geographical Society**. Vol. 20, N. 4. p. 333-338, 1988.

⁶⁷ ASHWORTH, Gregory e LARKHAM, Peter. (eds.) **Building a new heritage** – Tourism, culture and identity in the new Europe. Londres: Routledge, 1994.

consumption”⁶⁸, foram difundidas, inclusive destacando o papel das instituições de proteção e resguardo patrimonial na manutenção, reposição e aprimoramento de bens⁶⁹. Essa associação teve continuidade nos trabalhos que alinharam a criação e comercialização de “produtos patrimoniais” com o intuito de estruturar o turismo urbano, por meio da criação de modelos aplicados por planejadores urbanos e gestores turísticos⁷⁰.

Com a passagem para os anos 2000, surge o livro “*A Geography of Heritage: power, culture and economy*”⁷¹, uma clara inspiração para o título da tese, mas que não se estendeu muito além da questão nominal. Além de traçar as relações entre geografia e patrimônio, os três geógrafos autores da obra planejam analisar a pluralidade do uso e consumo do patrimônio, as tensões que surgem do reconhecimento institucional do mesmo e a interação do patrimônio com a identidade em diferentes escalas. Contudo, o termo “geografia do patrimônio” utilizado pelos autores, parece ter sido mais uma aposta na divulgação do livro⁷² do que a criação de uma nova abordagem na disciplina. As justificativas apresentadas por Graham *et al.*⁷³ para a aplicação da terminologia são de que o patrimônio: seria inerentemente um fenômeno espacial; de fundamental importância para a geografia cultural e a geografia econômica, devido ao seu foco na significação e representação da identidade; e, pertinente ao desenvolvimento regional, ao planejamento urbano e ao turismo. Apesar do reconhecimento das contribuições

⁶⁸ ASHWORTH, Gregory. From History to Heritage - From Heritage to Identity. In: ASHWORTH, Gregory e LARKHAM, Peter. (eds.) **Building a new heritage** – Tourism, culture and identity in the new Europe. Londres: Routledge, 1994, p. 16.

⁶⁹ TUNBRIDGE, John e ASHWORTH, Gregory. **Dissonant Heritage**: The management of the Past as a Resource in Conflict. Chichester: Wiley, 1996.

⁷⁰ ASHOWRT, Gregory e TUNBRUDGE, John. **The touristic-historic city**: retrospect and prospect of managing the heritage city. Londres: Roulegde, 2000.

⁷¹ GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Gregory; TUNBRIDGE, John. **A Geography of Heritage**: Power, Culture and Economy. Londres: Arnold, 2000.

⁷² SILVERMAN, Helaine. What's in a name? “A Geography of Heritage” Revisited. **International Journal of Heritage Studies**, Vol. 19, N. 4, p. 388-294, 2013.; TUNBRIDGE, John; ASHWORTH, Gregory; GRAHAM, Brian. Comments on Comments. **International Journal of Heritage Studies**. V. 19, N. 4, p. 14-16, 2012.

⁷³ GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Gregory; TUNBRIDGE, John. **A Geography of Heritage**: Power, Culture and Economy. Londres: Arnold, 2000.

para os estudos patrimoniais, os autores não auxiliaram na construção de uma autêntica geografia do patrimônio, como veremos.

Nosso argumento é corroborado pelos próprios autores, numa publicação considerada como uma evolução de seus pensamentos. Sete anos após a primeira obra em conjunto, Ashworth *et al.*⁷⁴ ignoraram completamente a tentativa anterior de criar uma nova vertente geográfica patrimonial, procurando diretamente investigar as formas como as representações plurais do passado são refletidas na criação de patrimônios plurais e de identidades locais. Ao indicar que o tema central do livro se estabelece no enredamento entre patrimônio, identidade e lugar, os autores prenunciam a frustração em tentar situar o patrimônio no âmago da disciplina geográfica. Apesar dos percalços encontrados para a construção de uma abordagem vanguardista, a tentativa de fundar uma geografia do patrimônio não caiu por terra, como será demonstrado mais adiante.

Já no sentido de tentar superar algumas dessas dificuldades apresentadas, David C. Harvey⁷⁵ busca ir além dos problemas e conflitos associados ao patrimônio, no sentido de realizar uma análise histórica espessa do desenvolvimento processual do mesmo. O autor acredita que o patrimônio não deve ser descrito simplesmente como um produto da economia pós-moderna, mas sim como um processo não-maniqueísta. Por esse ângulo, o patrimônio é visto como uma condição humana onnipresente e compreendido como uma construção discursiva com consequências materiais⁷⁶. Alguns questionamentos interessantes levantados em seus trabalhos são especulações em torno da ligação cada vez mais próxima das pessoas com a internet, o que poderia de fato mudar radicalmente a relação das gerações futuras com o seu patrimônio e suas memórias retrospectivas.

Com o amadurecimento do interesse pelo patrimônio, cresceu também o número de geógrafos entusiasmados pelo assunto, reconhecendo que o patrimônio é parte constitutiva na manifestação de lugares, territórios e paisagens. Consequentemente, os estudos geográficos do patrimônio foram associados a uma

⁷⁴ ASHWORTH, Gregory; GRAHAM, Brian; TUNBRIDGE, John. **Pluralising Pasts**. Heritage, Identity and Place in Multicultural Societies. Londres: Pluto Press, 2007.

⁷⁵ HARVEY, David C. Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. **International Journal of Heritage Studies**, Vol. 7, N. 4, p. 319-338, 2001.

⁷⁶ HARVEY, David C. A history of heritage. In GRAHAM, B.J. e HOWARD, P. (eds.) **The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity**. Aldershot: Ashgate Publishing, p. 28-56, 2008.

variada gama de temas, que perpassam pela sustentabilidade de áreas naturais⁷⁷, pelo patrimônio marítimo em cidades com importantes portos comerciais⁷⁸, além de abordagens que percorrem a conservação das paisagens urbanas consagradas⁷⁹ e os impactos dos visitantes nos sítios históricos⁸⁰. Independente da perspectiva teórica e metodológica, o que dá coesão a essas diferentes abordagens geográficas do patrimônio é a necessidade de compreender os processos de espacialização do patrimônio. Nesse sentido, muitos geógrafos buscam pensar como este se conecta aos lugares, paisagens e territórios e os significados associados a este processo⁸¹.

A formação dessa corrente heterogênea de estudos patrimoniais também atingiu a produção de teses e dissertações em departamentos de geografia. Assim, em uma das primeiras teses defendidas sobre o tema, M. Crang⁸² busca explorar a progressiva ansiedade em desvendar o papel do passado na Grã-Bretanha. O autor tem seu foco principal na forma como os sentidos do passado são produzidos e sobre como as pessoas comuns compreendem o passado. Apesar de inserir seu trabalho no espectro de uma geografia cultural do patrimônio, Crang⁸³ não deseja construir reivindicações disciplinares⁸⁴. As principais contribuições de sua tese são no sentido de não tratar o patrimônio como um conjunto de objetos, mas como maneiras de organização de eventos e práticas, pelas quais as pessoas se identificam por meio de um processo conjunto de participação ativa.

⁷⁷ HOWARD, Peter e PINDER, David. Cultural heritage and sustainability in the coastal zone: experiences in south west England. **Journal of Cultural Heritage**. V. 4, p. 57-68, 2003.

⁷⁸ ATKINSON, David. Heritage. In: ATKINSON, D.; JACKSON, P.; SIBLEY, D. e WASHBOURNE, N. **Cultural Geography: A Critical Dictionary of Key Concepts**. Londres: I.B. Tauris, p. 141-150, 2005.

⁷⁹ WHITEHAND, Jeremy. e GU, Kai. Conserving urban landscape heritage: a geographical approach. **Procedia - Social and Behavioural Sciences**. V. 2, N. 5, p. 6948-6953, 2010.

⁸⁰ ASHWORTH, Gregory. Do tourists destroy the heritage they have come to experience? **Tourism Recreation Research**. V. 34, N. 1, p. 79-83, 2009.

⁸¹ ATKINSON, David. Pensar los espacios de la memoria y la identidad. **Patrimonio y Territorio**. Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Santiago de Chile, 12-25, 2014.

⁸² CRANG, Michael. **The production of spaces for the past: a cultural geography of the heritage industry in England**. 1995. 402 f. Tese (doutorado) University of Bristol, Faculty of Social Sciences, Bristol. 1995.

⁸³ CRANG, Michael. **The production of spaces for the past: a cultural geography of the heritage industry in England**. 1995. 402 f. Tese (doutorado) University of Bristol, Faculty of Social Sciences, Bristol. 1995.

⁸⁴ Foi a primeira menção encontrada da nomenclatura “geografia do patrimônio”, independente do fato do autor não ter a intenção em construir uma nova abordagem geográfica.

Já outros trabalhos partem de um panorama mais operacional, explorando práticas e princípios de preservação do patrimônio. Ao trilhar sua pesquisa a respeito das competências e práticas instituídas pela UNESCO – através da chancela de “patrimônio mundial” ratificada pela organização – C. Turk⁸⁵ busca analisar os fenômenos desencadeados pela governança internacional de sítios inscritos. A autora acredita que os atores envolvidos na institucionalização internacional do patrimônio, produzem novas identidades aos lugares inscritos por intermédio de intervenções e discursos que moldam o espaço em questão. De imediato, em outro trabalho de cunho funcionalista, procurou-se investigar e explicar a lacuna existente entre pessoas em seu local de residência e o contexto patrimonial da localidade. Desenvolvida por E. Kamel⁸⁶, a pesquisa formatou uma série de princípios para guiar as ações e a conservação do patrimônio.

Também são encontradas investigações que se objetivam a tratar as relações do patrimônio com a identidade e o nacionalismo. Nesse sentido, J. Adams⁸⁷ revelou a importância dos festivais de cultura alemã em cidades texanas, nos Estados Unidos. A autora procurou entender a interdependência entre identidade, lugar e a ênfase que se dá a etnicidade na sociedade norte-americana. Adams⁸⁸ argumenta que a cultura dissipada através destes festivais é um meio de criar, redescobrir e manter a identidade por intermédio da produção de espaços com essa finalidade. Ao alinhar elementos similares, porém de uma maneira bem mais complexa, Bainbridge⁸⁹ empenhou-se em desvendar um patrimônio oculto nas práticas culturais inglesas em terreno italiano, durante a “Era Vitoriana” de ascendência britânica. Com o olhar lançado às Dolomitas – cadeia montanhosa dos alpes italianos –, o autor analisa a partir da literatura baseada nos viajantes britânicos o despertar da atenção

⁸⁵ TURK, Catherine. **Managing the Meaning of Tongariro World Heritage Site**: Conservation, Culture and Government. 2005. 156 f. Tese (dissertação de mestrado) University of Edinburgh, Edinburgh. 2005.

⁸⁶ KAMEL, Ehab. **Decoding Cultural Landscapes**: guiding principles for the management of interpretation in cultural world heritage sites. 2011. 320 f. Tese (doutorado) University of Nottingham, Nottingham. 2011.

⁸⁷ ADAMS, Joy. **Going Deutsch**: Heritage Tourism and Identity in German Texas. 2006. 294 f. Tese (doutorado) University of Texas at Austin, Faculty of the Graduate School, Austin. 2006.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ BAINBRIDGE, William. **Heritage in the Clouds**: Englishness in the Dolomites. 2014. 574 f. Tese (doutorado) Durham University, Department of Geography, Durham. 2014.

para esta área natural. De modo um tanto ufanista e presumivelmente descomedido, Bainbridge⁹⁰ pressupõe que a contemplação britânica e a “inglesidade” ressaltaram as genuinidades estéticas, além de colaborar na redescoberta desta paisagem cultural italiana e na definição dos critérios para inscrição dos alpes como patrimônio mundial.

Para finalizar a presente compilação de trabalhos acadêmicos deve-se fazer menção à intrigante tese de M. Paterson⁹¹ que visa ir à descoberta das geografias sociais, culturais e históricas que emolduram o ofício de erigir muros em alvenaria seca⁹² na Escócia. O objetivo de sua tese é examinar criticamente o patrimônio social e cultural diversificado dos muros de pedra seca (Figura 04) e das técnicas artesanais de sua construção. A autora baseia sua fundamentação teórica na combinação entre Teorias Não-Representacionais⁹³ e fenomenologia, além de uma metodologia específica para compreender as dimensões emocionais, corporificadas e materiais deste ofício artesanal. Ao se engajar diretamente na prática estudada, a autora incorporou apelos para explorar abordagens experimentais e participativas de pesquisa. Por meio desta imersão, Paterson⁹⁴ reconfigurou a forma como tradições artesanais e realizações contemporâneas de paisagens históricas são compreendidas.

⁹⁰ BAINBRIDGE, William. **Heritage in the Clouds: Englishness in the Dolomites**. 2014. 574 f. Tese (doutorado) Durham University, Department of Geography, Durham. 2014.

⁹¹ PATERSON, Mhairi. **‘Set in Stone?’ Building a New Geography of the Dry-Stone Wall**. 2015. 287 f. University of Glasgow, School of Geographical and Earth Sciences, Glasgow. 2015.

⁹² Conhecido em inglês como *Dry-stone wall*, é um método de construção de estruturas usando somente pedras, sem a utilização de qualquer tipo de argamassa que sirva de liame.

⁹³ Teorias “Não-Representacionais” ou “Mais-que-representacionais” são abordagens que surgiram na geografia com a tendência de desafiar a premissa tradicional da geografia cultural, que se baseia amplamente na extração de significados e interpretação de valores a partir de uma variedade de formas de representação. O pensador chave desta teoria é o geógrafo Nigel Thrift, para o qual tal abordagem visa a compreensão do mundo em termos de afetividade ao invés de representação. Como um crítico da abordagem construtivista na “nova geografia cultural”, Thrift (1996; 1997; 2007) acredita que estas limitam o escopo do estudo, além de reduzir a natureza e a paisagem ao status de construção social.

⁹⁴ PATERSON, Mhairi. **‘Set in Stone?’ Building a New Geography of the Dry-Stone Wall**. 2015. 287 f. Tese (doutorado) University of Glasgow, School of Geographical and Earth Sciences, Glasgow. 2015.

Figura 04 – Muro de pedra seca na Escócia.



Fonte: PATERSON, 2015, p. 16.

Segundo a autora, o que poderia ser compreendido historicamente como um símbolo de expropriação – originariamente construído para contenção de animais e a divisão de propriedades rurais – invoca, na verdade, um sentido de conforto e rusticidade. A propósito, o artifício é detalhado pela sua capacidade de influenciar o bem-estar físico e mental de seus praticantes. Para Paterson⁹⁵, a atividade possui um papel importante nas ligações afetivas com o lugar e envolve um legado emocional e paisagístico entre profissionais, diletantes e curiosos. Em última análise, os muros de pedra seca são evidenciados pela capacidade de expressão de mudanças ambientais e culturais, lembrando a todo momento que a vida humana e as práticas cotidianas são cúmplices na criação da paisagem, assim como estas fazem parte dos que a concebem.

Similarmente ao ocorrido na escola francesa, houve na geografia anglo-saxã um despertar de interesse na década de 1980 seguido de um processo gradual de produção acadêmica sobre o patrimônio. Porém, segundo às circunstâncias apresentadas, a inserção de temas patrimoniais nessa escola geográfica parece não ter encontrado tantos obstáculos para sua afirmação. Pelo contrário, geógrafos como D. Lowenthal, D. Atkinson e D. Harvey tornaram-se referências em cursos de conservação de bens culturais e de outras ciências – dentre as quais, a história, a antropologia, a arqueologia, a arquitetura, etc. – que também tematizam o patrimônio como objeto de estudo.

Se o estudo do patrimônio teve seu princípio na disciplina associado à geografia humanista, *a posteriori*, a geografia cultural e a geografia histórica tomaram a frente da produção de conhecimento na área. De um modo geral, no que

⁹⁵ PATERSON, Mhairi. **‘Set in Stone?’ Building a New Geography of the Dry-Stone Wall**. 2015. 287 f. Tese (doutorado) University of Glasgow, School of Geographical and Earth Sciences, Glasgow. 2015.

diz respeito ao estudo do patrimônio na geografia anglo-saxã, fica evidente a concentração das pesquisas sobre questões relacionadas à identidade e às características utilitárias do patrimônio, esquecendo-se de outras esferas pertinentes ao tema. Por ora, deve-se destacar a natureza autocentrada dos trabalhos apreciados, nos quais raramente encontram-se referências ou menções à autores que não pertencem a anglofonia.

Ao encerrar esta breve análise crítica de duas das principais escolas do pensamento geográfico, surgem algumas indagações para o prosseguimento da Tese. O patrimônio pode ser visto somente como um utensílio político, social ou econômico? A essência do patrimônio estaria ligada a estes elementos? O que compõe o patrimônio em verdade? O patrimônio em sua quintessência, pode ser apreendido a partir das geograficidades? Quais seriam as vantagens dessa aproximação? Ela poderia abrir novas possibilidades para o estudo geográfico do patrimônio? A partir das respostas a essas perguntas poderemos construir um novo conhecimento sobre o patrimônio, conhecimento este que é, em sua essência, geográfico.

1.3 PREÂMBULO PARA UMA GEOGRAFIA DO PATRIMÔNIO: UM MERGULHO EM ÁGUAS PROFUNDAS

Assim como ao banhar-se no estuário do rio Vaza-barris é preciso ficar atento aos crustáceos afiados encobertos pela lama e pela opacidade peculiar a este ambiente aquático de transição, o estudo do patrimônio pode não ser algo tão simples como parece. Muitos de seus elementos são obscurecidos e conduzidos a um estado de letargia, devido às abordagens utilizadas na sua compreensão. As dificuldades apresentadas por um tema intrinsecamente geográfico, atualmente, encontram-se encerradas na compreensão hodierna do patrimônio enquanto elemento cultural ou natural, tangível ou intangível.

A relevância do estudo geográfico do patrimônio é uma realidade manifesta também no contexto brasileiro⁹⁶. Apesar de uma certa demora na difusão desta

⁹⁶ Escolheu-se por não aprofundar novamente sobre o estudo geográfico do patrimônio no Brasil, devido ao fato de já ter sido realizado um levantamento do tipo previamente. Sobre o assunto ver: TEIXEIRA DA SILVA, Rafael H. A temática do patrimônio nos periódicos eletrônicos de geografia do Brasil. **Ar@cne**. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales. [En línea. Acceso libre]. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 199, 1 de agosto de 2015. <<http://www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-199.pdf>>.

temática no Brasil, hoje a mesma encontra-se em amplo desenvolvimento no campo da geografia. Respalado pela progressiva produção científica, a organização de grupos de pesquisa em departamentos de geografia e a criação de grupos de trabalho sobre patrimônio em eventos de geografia, o tema vem se afirmando neste campo científico⁹⁷.

A crescente produção acadêmica nacional sobre o patrimônio natural, geológico, paleontológico e geomorfológico encaminha-se como um dos principais expoentes do tema no campo geográfico. Os estudos sobre o patrimônio urbano e arquitetônico também se apresentam de modo expressivo na área, abarcando questões de refuncionalização urbana, apropriação territorial, conflitos socioterritoriais, dentre diversos outros assuntos referentes a este domínio. Para além das vertentes supracitadas, encontram-se diversos trabalhos nos últimos quinze anos que se efetivam a partir da análise da paisagem, da educação e interpretação patrimonial, do turismo e dos significados simbólicos, imateriais e intangíveis atrelados ao mesmo⁹⁸.

Uma compilação dos estudos geográficos do patrimônio foi realizada anteriormente com o intuito de justapor algumas abordagens difundidas pelas principais escolas de pensamento da disciplina. Na presente etapa da Tese procuramos pensar algumas bases para uma geografia do patrimônio fundamentada pela busca de sua essência.

Nesse sentido, a primeira menção encontrada do termo foi citada por M. Crang⁹⁹, ao analisar em sua tese a produção de espaços voltados para o passado e para o patrimônio. Ao mesmo tempo que o autor diz não reivindicar a construção de uma nova abordagem geográfica, o mesmo expõe algumas pistas do que esta

⁹⁷ TEIXEIRA DA SILVA, Rafael H. A temática do patrimônio nos periódicos eletrônicos de geografia do Brasil. **Ar@cne**. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales. [En línea. Acceso libre]. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 199, 1 de agosto de 2015. <<http://www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-199.pdf>>.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ CRANG, Michael. **The production of spaces for the past: a cultural geography of the heritage industry in England**. 1995. 402 f. Tese (doutorado) University of Bristol, Faculty of Social Sciences, Bristol. 1995.

poderia ser. Nesse sentido, Crang¹⁰⁰ insiste nas particularidades e especificidades dos lugares na manutenção e produção de discursos que fortalecem essa relação.

Num segundo momento, o autor ressalta os aspectos simbólicos que reincidentem sobre as descobertas contemporâneas da própria terra pátria. Em síntese, Crang¹⁰¹ enxerga a geografia do patrimônio não em termos de imagens regionais ou representações da paisagem, mas através da criação de espaços internacionais, sejam eles institucionalizados, discursivos ou visuais. Todavia, seu discurso apresenta uma postura um tanto quanto confusa, pois ao invés de estabelecer a fundação de um novo horizonte investigativo, o autor preocupou-se em negar certas perspectivas e elementos relacionados ao patrimônio.

Como referido anteriormente, uma segunda tentativa de cunhar uma geografia do patrimônio foi ensaiada por Graham *et al.*¹⁰², ao compreender o patrimônio como um fenômeno essencialmente espacial que desempenha um papel crucial na significação, representação e identidade dos lugares. Para os autores, essa abordagem estaria submetida às esferas contemporâneas da geografia cultural e da geografia econômica, sendo que suas principais preocupações encontram-se relacionadas com questões de localização e escala do patrimônio. Suas atenções estão voltadas mormente às formas como o passado é lembrado e representado de modo oficial e popular, e as implicações que tais ações têm nas ideias e na construção dos sentimentos de pertença.

A escassa fundamentação teórica entregue por Graham *et al.*¹⁰³, além das relações um tanto primitivas com os elementos geográficos e da submissão à outras vertentes geográficas, demonstram o caráter evanescente da tentativa de constituição de uma nova tendência, que acaba sendo reproduzida por outros geógrafos¹⁰⁴. Talvez a maior contribuição da obra tenha sido em despertar o

¹⁰⁰ CRANG, Michael. **The production of spaces for the past: a cultural geography of the heritage industry in England.** 1995. 402 f. Tese (doutorado) University of Bristol, Faculty of Social Sciences, Bristol. 1995.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Gregory; TUNBRIDGE, John. **A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy.** Londres: Arnold, 2000.

¹⁰³ GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Gregory; TUNBRIDGE, John. **A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy.** Londres: Arnold, 2000.

¹⁰⁴ HARVEY, David C. Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. **International Journal of Heritage Studies**, Vol. 7, N. 4, p. 319-338, 2001.; LOPEZ,

interesse e divulgar os estudos do patrimônio na geografia, contudo torna-se excessivamente custoso afirmar que os autores conceberam uma geografia do patrimônio.

Entre os autores que também tentaram elaborar uma “geografia do patrimônio mundial”¹⁰⁵ é relevante ressaltar o geógrafo alemão T. Schmitt¹⁰⁶, que chama a atenção para o aumento do interesse nos estudos relativos ao tema nas últimas décadas. O autor afirma que esse fato se deve ao aumento da atenção sobre as dimensões sociais do patrimônio. Essa atração atual também está aliada a outros eventos, como a adoção da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003. A partir disso, há uma notória mudança do foco na literatura dos estudos patrimoniais, na qual novas abordagens passaram a ser desenvolvidas sob o enfoque do patrimônio enquanto construção social e territorial.

Ao tentar se aproximar da geografia, o autor revela a importância da dimensão da escala nas análises da governação cultural, na qual a reconstrução do controle das instituições e atores no espaço social acontecem em escalas distintas. Nesse sentido, Schmitt¹⁰⁷ busca compreender a cultura e os seus significados a partir de códigos e símbolos. Sob esta ótica encontra-se uma dimensão existencial: um poema, um ritual, uma paisagem que toca o sentimento de uma pessoa de uma maneira peculiar. Em sua interpretação, esse sentido existencial não é analisado por grande parte dos estudos culturais, sendo que o autor se aproxima do patrimônio a partir da perspectiva das ciências sociais e da geografia cultural.

Na tentativa de definir a geografia do patrimônio numa publicação recente, o geógrafo italiano Mario Neve¹⁰⁸ pressupõe suas bases assentadas sobre os conceitos de lugar, rede e *milieu*. O autor acredita ainda ser necessário definir a

Lucrezia. **La imagen de Santiago de Compostela y del camino en Italia**. Una aproximación desde la geografía cultural. 2012. 630 f. Tese (doutorado) Universidade de Santiago. Faculdade de Xeografía e Historia. Departamento de Xeografía. 2012.

¹⁰⁵ Expressão utilizada pelo autor.

¹⁰⁶ SCHMITT, Thomas. Global cultural governance: decision-making concerning world heritage between politics and science. **Erdkunde**. V. 63, N. 2, p. 103-121, 2009.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ NEVE, Mario. Learning from places: steps to a geography of cultural heritage. IN: **Creative Cities and Sustainability**. Szombathely: Savaria University Press, p. 31-57. 2014.

forma como a informação é transmitida através de mapas, os quais seriam as principais ferramentas visuais para a representação dos lugares. Assim, Neve¹⁰⁹ se estende em demasiado sobre os conceitos de lugar e patrimônio, deixando poucos vestígios sobre uma interpretação particular a respeito da geografia do patrimônio. Concordamos com o pensamento do autor de que a geografia, assim como a arte, contribui de diversas formas para aprimorar a epistemologia, todavia sua publicação suscita mais dúvidas do que certezas na construção de uma nova abordagem.

No caso dos geógrafos francófonos¹¹⁰, independente da supressão da nomenclatura, pode-se dizer que eles avançaram no sentido de definir a tônica de uma geografia do patrimônio. Inclusive com o ímpeto de identificar qual a posição do geógrafo nos projetos e instituições de patrimônio¹¹¹, em comparação com outras áreas de conhecimento que debatem a questão. É possível também verificar uma interação interdisciplinar constante e um posicionamento voltado para a compreensão de processos identitários relacionados ao patrimônio.

A falta de um consenso na definição da geografia do patrimônio, além das diversas abordagens teóricas e metodológicas que desorientam estudantes e pesquisadores interessados no tema, são alguns dos motivos que nos levaram a buscar uma interpretação própria. Os trabalhos mencionados apresentam contribuições ao oferecer alguns indícios sobre o ponto de partida para a construção de uma linha de pensamento. Dentre os aspectos levantados, torna-se evidente a importância epistemológica da disciplina na construção de novas interpretações e compreensões do patrimônio. Questões a serem exploradas para que possamos falar numa geografia do patrimônio.

Colocamos em obra neste instante a dinamicidade necessária para a fundação de um conhecimento, que não pode ser nunca contemplativo e ocioso¹¹².

¹⁰⁹ NEVE, Mario. Learning from places: steps to a geography of cultural heritage. IN: **Creative Cities and Sustainability**. Szombathely: Savaria University Press, p. 31-57. 2014.

¹¹⁰ DI MÉO, Guy. Patrimoine et territoire: une parenté conceptuelle. **Espaces et Sociétés**, nº78, p. 15-34, 1995.; GRAVARI-BARBAS, Maria. "Le "sang" et le "sol". Le patrimoine, facteur d'appartenance à un territoire urbain". **Géographie et Cultures**, n. 20, pp 55-67, 1996.; VESCHAMBRE, Vincent. Patrimoine: Un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales. **Annales de géographie**, N. 656, p. 361-381, 2007/4.

¹¹¹ HERTZOG, Anne. Les géographes et le patrimoine. **EchoGeo**, N. 18, p. 2-7, 2011.

¹¹² BARBOSA, Elyana e BULCÃO, Marly. **Bachelard**: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

Nesse ofício de retificação, devemos afastar a passividade e acomodação com que muitas vezes o patrimônio é tratado no âmbito geográfico. Aliás, é preciso ter em mente que nossa tentativa de construção é apenas uma dentre outras possíveis. As divergências indicadas nos autores apontados podem ser reformuladas e reinventadas, de maneira a obter um escopo geográfico e patrimonial mais abrangente.

Enquanto a geografia do patrimônio se limitar ao caráter de utensílio do mesmo, ao tratar suas funções, estruturas e organizações, a disciplina continuará na retaguarda para sua compreensão. Por este motivo passamos nas últimas décadas por uma interminável dilatação patrimonial, que originou-se no monumento, perpassando o monumento histórico¹¹³ e o seu entorno, até atingir as áreas urbanas e naturais, avançando por entre os patrimônios industriais, ferroviários, marítimos, e por fim, alcançando os elementos intangíveis¹¹⁴, que também são compreendidos nas paisagens culturais¹¹⁵ e nos itinerários culturais¹¹⁶.

Em uma analogia com a ideia de paisagem¹¹⁷, o patrimônio também já foi enxergado como algo que se descortina como uma coisa simples e através de um único ponto de vista. Assim como a primeira, o patrimônio passou há pouco tempo a ser entendido menos enquanto objeto, atravessando modificações que o direcionaram para dimensões de valores, discursos e outros aspectos relacionados à vida do homem. De modo similar ao patrimônio, as paisagens estão diretamente

¹¹³ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP/Estação da Liberdade, 2001.

¹¹⁴ O chamado “patrimônio imaterial ou intangível” abarca as tradições e formas de vida de grupos e indivíduos adotado pela Convenção da Unesco para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em 2003, com o sentido de proteger as memórias e manifestações culturais contidas em práticas, costumes, saberes, línguas e festas, transmitidos e recriados coletivamente.

¹¹⁵ Podemos dizer que “[...] considera-se *paisagem cultural* as interações significativas entre o homem e o meio ambiente natural, visto que esse encontro gera certos bens culturais para a humanidade” (CASTRIOTA e CARDOSO, 2012, p. 3).

¹¹⁶ Os itinerários culturais são entendidos como toda via de comunicação de qualquer tipo, fisicamente determinada e caracteriza por possuir uma dinâmica e funcionalidade histórica própria. Deve ser resultado de movimentos interativos de pessoas e intercâmbios de bens, ideias e valores entre diferentes povos e regiões (CAPEL, 2014).

¹¹⁷ BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Trad. Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2014a.

ligadas à percepção do mundo e às “paisagens internas”¹¹⁸ de indivíduos e grupos, que ajudam a moldar o mundo.

Para que se efetive uma geografia do patrimônio é imprescindível explorar seus elementos poéticos e o caráter de intermediação que este possui na subsistência do homem. O saber geográfico explora aqui a clarificação do patrimônio que envolve as expressões refletidas nas relações entre os homens, e destes com o mundo. Se a geografia perdura, como afirma Dardel¹¹⁹, como uma dimensão originária da existência humana, então ela vai jogar luz sobre a apreensão patrimonial, que encontra-se no cerne desta relação.

Uma geografia do patrimônio não pode caminhar no sentido da celebração do passado, mas sim com a intenção de explorar os **instantes poéticos** do patrimônio. Se não há habitação humana da Terra que não seja geográfica, devemos percorrer em busca dessas dimensões existenciais. O ser humano se efetua como tal nesta relação telúrica, na qual o patrimônio – seja ele materializado ou não – é o reflexo desta realização.

Apoiado no entusiasmo de A. Magalhaes¹²⁰, a noção de uma geografia do patrimônio deve estar relacionada prontamente com os fazeres populares, inseridos numa dinâmica viva do cotidiano. Tem de recair sobre as nuances de comportamentos, as criações, as formas de percepção da realidade que não são inertes, e das quais fortuitamente encontram-se representações eloquentes. Uma geografia do patrimônio carece de estar atenta a uma existência não cristalizada, no cerne de uma realidade que deve ser preservada devido à sua vitalidade, fragilidade e capacidade de indicar a formulação de sentimentos culturais coletivos.

A geografia do patrimônio é uma ação e uma prática antes de ser uma reprodução científica, é, ainda, uma exploração dos acontecimentos elementares da vida humana em comunhão com a Terra. Ela deve tratar dos desdobramentos da realização humana na relação com o mundo. Nessa acepção, não devemos nos prolongar sobre teorizações a respeito da mesma, mas buscar **itinerários**

¹¹⁸ DANSEREAU, Pierre. **Inscape and Landscape**: The Human Perception of Environment. New York, Columbia University Press, 1975.

¹¹⁹ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

¹²⁰ MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

geográficos possíveis que permitam apreender o papel do patrimônio na construção das ligações concretas, afetivas e simbólicas que as pessoas tem com o meio.

2. A CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO-SE: DE CAPITANIA A PATRIMÔNIO MUNDIAL

No presente capítulo pretende-se discutir o processo de fundação da cidade de São Cristóvão e, por conseguinte, do estado de Sergipe, percorrendo os acontecimentos históricos mais relevantes e o processo de configuração territorial e patrimonial até a contemporaneidade. Pautado na premissa de que todo processo de colonização prolonga-se sobre um outro espaço com o propósito de anexá-lo¹²¹, o primeiro item ficou à cargo da fundação da capitania e dos obstáculos iniciais encontrados para a conquista do território sergipano. Levando em consideração que as características da organização sociopolítica de cada Estado é reverberada nas instituições coloniais por estas geradas, tencionou-se no ponto 2.2, verificar as consequências predominantes da União Ibérica refletidas no Brasil e, sobretudo, em São Cristóvão, que teve sua natividade e florescimento durante o período referido. A importância de abordar em pormenores o período da União Ibérica, está intrinsecamente ligada à conjuntura que fundamentou, em grande parte, a eleição da Praça São Francisco como patrimônio mundial.

Tendo em conta que a atual configuração do território brasileiro foi resultado de um longo processo de conquista territorial, no ponto 2.3 buscou-se salientar a defesa da região contra invasões holandesas. Posteriormente, no ponto 2.4, foram expostas as particularidades que levaram a elevação de Sergipe a capitania independente, período no qual são edificadas as principais construções religiosas da localidade.

No item 2.5, destacou-se a produção fragmentada da cidade, devido à chegada da linha férrea e à instalação das fábricas de tecido no município, além do declínio econômico relacionado à mudança da capital para Aracaju. Por fim, no item 2.6, debruçou-se sobre a institucionalização do patrimônio cultural da cidade. nesse sentido, o caminho escolhido foi o de detalhar os acontecimentos que levaram a nomeação da Praça São Francisco como patrimônio mundial e os aspectos culturais mais marcantes da cidade.

2.1 FUNDAÇÃO E PRIMEIROS ANOS: SERGIPE DEL-REI

¹²¹ MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annabule, 2005.

O território sergipano compreendia, inicialmente, o trecho que se estendia da barra do Rio São Francisco à ponta da Bahia de Todos os Santos. Essa área que compunha previamente a Capitania da Bahia, foi doada por D. João III à Francisco Pereira Coutinho em 5 de abril de 1534¹²². O hiato de mais de trinta anos, da chegada dos portugueses até o início da colonização, deve-se ao foco lusitano no comércio das Índias. Com a morte do donatário, o direito de posse da Capitania foi herdada pelo seu filho, Manuel Pereira Coutinho, que pela insuficiência de recursos para administrá-la acabou por devolver a sesmaria à Coroa portuguesa¹²³. Foi constituída assim, a capitania de Sergipe del Rei, que teve sua conquista realizada por ordem régia e às custas da coroa¹²⁴.

A iniciativa da Coroa portuguesa, de ocupar esta área entre as capitanias de Pernambuco e Bahia, pautava-se na necessidade de apoderar-se e dar uma finalidade às terras conquistadas mas, sobretudo, de interligar geograficamente dois fundamentais núcleos produtores de cana de açúcar do século XVI – Bahia e Pernambuco. Outros fatores que influíram na colonização do território sergipano foram a proteção da colônia às margens dos Rios Itapicuru e Real, a obtenção de mão-de-obra barata e a ocupação das pastagens que visavam atender a expansão dos rebanhos de gado.

Malgrado a dificuldade de comunicação marítima entre Olinda e Salvador e as recorrentes investidas francesas que ali se refugiavam para mercadejar, outro fator que impôs grande dificuldade à conquista deste território foi a resistência indígena. O contato realizado na primeira missão do Padre Gaspar Lourenço foi pacífico, dando a entender, ilusoriamente, que não haveria maiores dificuldades para a colonização. Entretanto, a tentativa de colonização via cristianização mostrou-se vagarosa e ineficaz. Apercebidos da intenção dos colonos em escravizá-los, os indígenas passaram a investir contra as comitivas portuguesas que pretendiam controlar as terras sergipanas.

¹²² FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.

¹²³ Manoel Coutinho devolveu a capitania ao rei, que a comprou de seu donatário mediante o acordo do pagamento de quatrocentos mil reis de juro por ano, através da redizima da mesma capitania. In: VARNHAGEN, Francisco. **História Geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal. São Paulo: Melhoramentos, v.1, 1927, p. 236.

¹²⁴ MENEZES, A. V. C. **O estado e a organização do espaço semi-árido sergipano**: o projeto sertanejo. Tese de doutorado em Geografia na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 1998.

Na região estavam numerosamente assentados grupos nativos Tupinambá, Caetés e Kiriri. Ademais, outros povoados menores também se encontravam em Sergipe, como os Boimé, Karapotó, Aramuru, Romari e Kaxagó¹²⁵. Dentre as tribos supracitadas, há documentos que comprovem que os próprios indígenas, em alguns casos, requisitavam a presença de missionários, como uma tentativa de escapar da escravidão, já que a legislação da época proibia que nativos catequisados fossem vendidos como escravos¹²⁶.

Cientes da grande rivalidade existente entre as tribos Tupinambá, os portugueses aproveitavam-se da situação para destruir qualquer tipo de resistência e, ainda, obter vantagem com a escravização dos derrotados. A *guerra justa*, ou seja, toda empreitada realizada contra a ameaça do nativo, era facilmente promovida pelos colonizadores, devido aos meios que estes dispunham. A organização social dos indígenas, composta pela propriedade comum dos meios de produção, a distribuição igualitária, a divisão do trabalho segundo sexo e idade, e a ausência de excedentes de produção, era totalmente antagônica ao sistema escravista compelido pelos lusitanos¹²⁷.

Iniciada em 1575, por Garcia D'Ávila, a conquista de Sergipe encontrou sérios obstáculos na tenacidade da comunidade indígena, sobretudo, devido à construção de alianças entre franceses e tupinambás¹²⁸. Tal situação persuadiu D. Sebastião, décimo sexto rei de Portugal e último representante da Dinastia de Avis, a expedir ordens ao Governador da Bahia para conquistar e explorar estas regiões, poucos anos antes de sua morte na Batalha de Alcácer-Quibir (1578).

Perante a entrega do trono português ao Rei de Castela, Felipe II, são dados prosseguimentos com o objetivo de colonizar a região, que já tinha fama pelas riquezas naturais e a uberdade de seu solo. Sob o comando de Cristóvão de Barros foi formado um exército pujante que ao longo do ano de 1589, dizimou as aldeias

¹²⁵ SANTOS, Lenalda Andrade e OLIVA, Terezinha Alves. **Para conhecer a História de Sergipe**. Aracaju: Opção Gráfica e Editora Ltda., 1998.

¹²⁶ DANTAS, Beatriz Góis. A Missão Indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n.28. 1979-1982, p.65-87; DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana Maria faro Leal. (coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/Banese, 1991.

¹²⁷ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

¹²⁸ ALVES FILHO, Ivan. **História dos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

indígenas que se opunham à ocupação. Com a chegada da expedição vinda da Bahia com vigorosos efetivos militares, são lançadas violentas investidas sobre os nativos, alcançando o número de 2.400 mortes indígenas, em apenas três batalhas. Entrincheirados na várzea do rio Vasa-Barris, perante a liderança de Baepeda, o último cacique da região, cerca de vinte mil homens foram suprimidos no alvorecer de 1590.

Gradativamente, o domínio colonial é instituído sobre os nativos que dominavam as terras entre o Rio Real e o Rio São Francisco. A antropóloga Beatriz Gois Dantas¹²⁹ desperta a atenção para uma questão extremamente importante, intrínseca ao processo de conquista e colonização, que diz respeito ao genocídio, destruição de populações nativas, e ao etnocídio, supressão e assolamento de culturas indígenas, empregado de modo contundente neste período.

Pulverizada toda resistência autóctone, levantou-se um forte junto à foz do rio de Sergipe, atual Cotinguiba, sobre o istmo que forma com o desague do rio Poxim, onde é estabelecido um arraial que se deu o nome de São Cristóvão. Devido a inúmeros motivos que serão explicitados posteriormente, a cidade mudou de localização duas vezes (Figura 05). Em um segundo momento, em virtude das condições topográficas, que prejudicavam a proteção da cidade e de seus habitantes, houve a necessidade de encontrar uma nova sede à outra margem do rio, entre 1594-95¹³⁰.

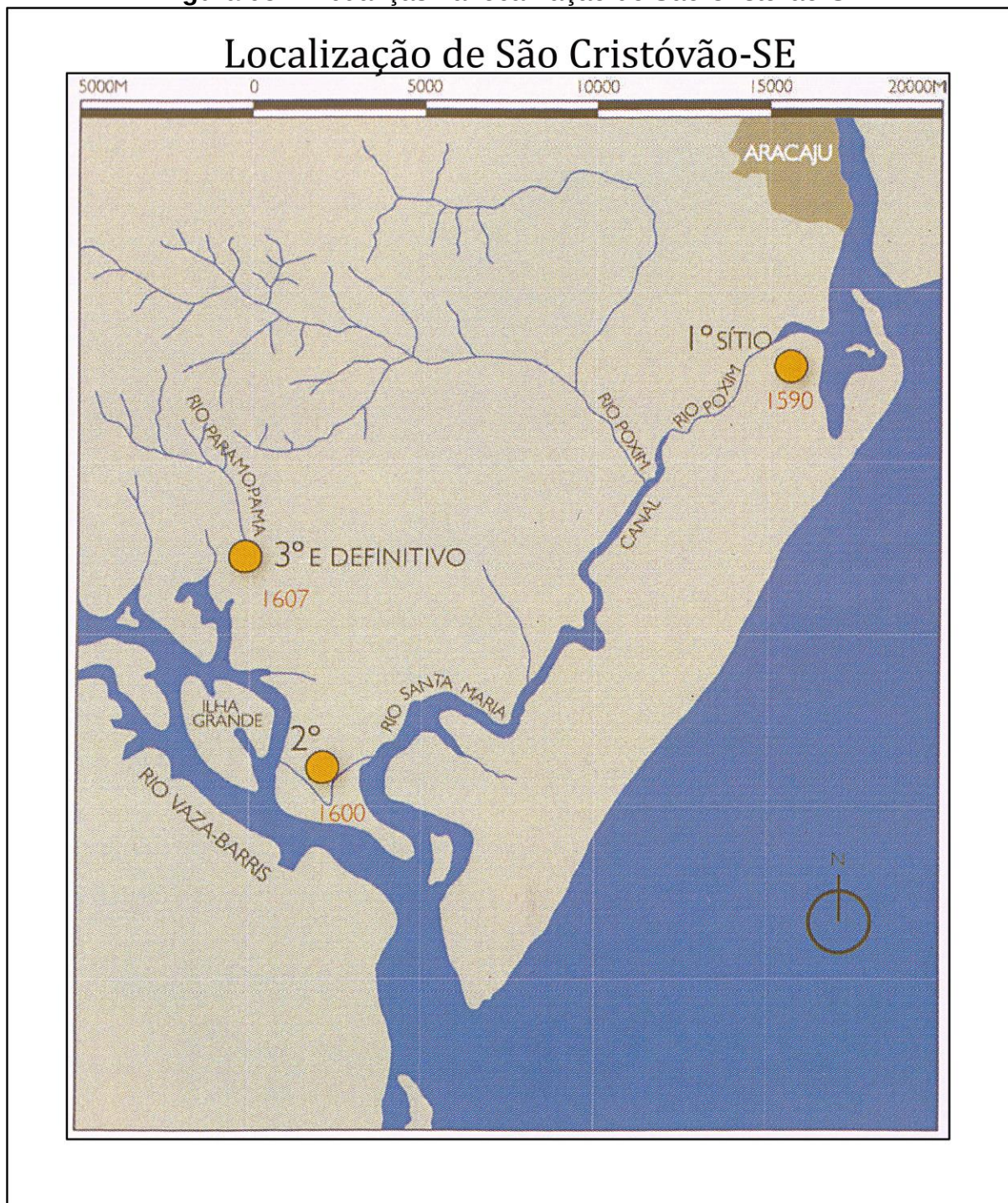
Organizada a nova capitania, Cristóvão de Barros distribuiu as sesmarias entre seu filho e os homens que o acompanharam na expedição, além de nomear Thomé da Rocha para o cargo de capitão-mor da capitania. Este último estruturou os elementos básicos para o funcionamento de uma vila colonial em São Cristóvão, instituindo cargos, edificando e repartindo terras. Toda estrutura político-administrativa estabelecida seguiu as determinações das Ordenações Filipinas em vigor. Mesmo que considerada uma região coadjuvante, se comparada à Bahia e Pernambuco, Sergipe não deixa de experimentar um desenvolvimento deveras notável, no fim do século XVI. À época a capitania esboçava uma produção agrícola

¹²⁹ DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana Maria Faro Leal. (coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/Banese, 1991.

¹³⁰ VARNHAGEN, Francisco. **História Geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal. São Paulo: Melhoramentos, v.1, 1927.

exordial, alguns pequenos engenhos, além de 47 currais de gado, concentrados na faixa litorânea¹³¹. São Cristóvão contava no período com 100 fogos.

Figura 05 – Mudanças na localização de São Cristóvão-SE



Fonte: TELLES, 2006, p. 95. Adaptado: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

¹³¹ ALVES FILHO, Ivan. **História dos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. ; ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: autonomia, poder e cultura política na construção do império brasileiro. Sergipe (1750-1831)**. 2011. 373 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011.

No prelúdio do século XVII, inicia-se na capitania a cultura canavieira, impulsionada pela fertilidade das terras banhadas pelo Cotinguiba. Nesta altura, toda estrutura político-administrativa seguia naturalmente as determinações relacionadas nas Ordenações Filipinas. Em 1607 ocorre a derradeira mudança da sede da capitania a quatro léguas adentro do rio Vaza-barris, na confluência com o Rio Paramopama, local onde a cidade se encontra até os dias de hoje. Apesar das tentativas da metrópole em proibir a formação de grandes potentados, Sergipe del Rei não fugiu à regra do restante da colônia, sendo constatada a formação de propriedades rurais de larga extensão, que se acumularam nas mãos de poucos proprietários, que viriam a exercer forte influência da vida política-administrativa de acordo com seus interesses pessoais¹³².

2.2 UNIÃO IBÉRICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Como dito anteriormente, no período de 1580 a 1640, ocorre a “União Peninsular”¹³³, fato que viria a transformar o destino do Brasil e em especial o de São Cristóvão. O que nos interessa sobre a temporada dos três Filipes no Brasil – para além da influência espanhola na política colonial – é saber quais foram as principais consequências da unificação na política de colonização e seus reflexos na formação socioespacial de São Cristóvão.

Ao aludir alegoricamente às imagens do *semeador* e do *ladrilhador*, Sérgio Buarque de Holanda¹³⁴ expõe sua compreensão sobre algumas das diferenças basilares da colonização e urbanização portuguesa e espanhola na América. Para o autor, ao prezar pela comunicação marítima, a colonização lusitana possuía caráter agrícola e era concentrada na faixa litorânea, enquanto seu modo de urbanização não seria parte de nenhuma elaboração mental complexa. Assim, os núcleos urbanos iam esparramando-se ao léu, sem rigor nem método, arranjando as ruas e

¹³² NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

¹³³ Nome que os espanhóis deram ao período em que dominaram a Península Ibérica, que prolongou-se durante os reinados de Filipe II (I de Portugal), Filipe III e, parte do reinado de Filipe IV, quando a revolução restauradora eleva ao trono português D. João, Duque de Bragança.

¹³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

casas segundo o capricho dos habitantes e as obstruções do relevo. Buarque de Holanda acreditava que diferentemente da portuguesa, a colonização castelhana distanciava-se do litoral, optando pelos interiores e planaltos, em busca de proteção e amenidades climáticas. Quiçá motivado pela carência de uma unidade em seu próprio território, teria existido um cuidado minucioso que conduziu o estabelecimento das cidades espanholas na América, de modo a avalizar a soberania política, econômica e militar das terras conquistadas. Desse modo, o autor acredita que os espanhóis não se subjugaram às tortuosidades morfológicas, compelindo o traçado retilíneo – quase como uma construção demiúrgica¹³⁵ – características das primeiras cidades “abstratas” construídas em nosso continente¹³⁶.

Questão bastante inadequada e reducionista constitui a oposição de cidade colonial portuguesa negligente versus cidade colonial espanhola metódica e planejada¹³⁷, apresentada por Sergio Buarque de Holanda. Uma perspectiva sobre o caráter ensaístico do capítulo “O semeador e o ladrilhador”, se deve ao fato deste não se tratar de um verdadeiro estudo das cidades brasileiras¹³⁸. A ideia de falta de planejamento nas cidades coloniais portuguesas foi igualmente difundida pelo historiador da arte Robert Chester Smith, em uma série de publicações onde não houve um estudo sistemático do tema, mas sim a continua repetição de lugares-comuns. O fato é que até a segunda metade do século passado estudos sobre a história da urbanização e do urbanismo eram praticamente inexistentes. Este quadro vai sendo modificado a partir dos anos 1950, tendo como principal expoente dos estudos da urbanização brasileira Nestor Goulart Reis Filho. Este arquiteto e professor de história e teoria da urbanização e do urbanismo desconstrói a convicção

¹³⁵ Expressão utilizada pelo filósofo e epistemólogo Gaston Bachelard (2013), ao referir-se à importância da vontade humana na construção da paisagem como um estado da alma. BACHELARD, Gaston. **A terras e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças**. Trad. Maria Ermantina A. P. Galvão. 4ª ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013, p. 57-58.

¹³⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 113-142.

¹³⁷ DURÁN ROCCA, Luisa. La malla urbana en la ciudad colonial. **Apuntes** (Pontificia Universidad Javeriana), v. 19, p. 114-127, 2006, p. 118.

¹³⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-Colônia. Introdução. **Anais do Museu Paulista** (Impresso), v. 20, p. 11-40, 2012, p. 16.

arcaica de que não existiam projetos urbanísticos e nenhuma política administrativa portuguesa orientada para a constituição do sistema urbano colonial¹³⁹.

Como é possível depreender de suas leituras, Reis Filho assegura categoricamente:

- 1) que havia projetos urbanísticos no Brasil desde os primeiros tempos da colonização;
- 2) que os padrões desses projetos variaram no tempo, e que portanto é importante que façamos uma história desse urbanismo, para conhecer suas diversas modalidades e compreender melhor o presente;
- 3) que existiam quadros profissionais para a realização dos projetos urbanísticos e desses desenhos, os chamados engenheiros militares;
- 4) que esses profissionais tinham um bom nível de formação¹⁴⁰.

Neste ínterim, tendo em conta que o corpo técnico responsável pela construção de vilas e cidades era unificado, pode-se dizer que todas as cinco cidades e dezoito vilas fundadas¹⁴¹ ao longo dos sessenta anos de unificação das coroas, acabaram por receber, em maior ou menor grau, influência das normas espanholas. Portanto, é difícil falar estritamente em divergências entre a política urbana portuguesa e espanhola, ao ter em mente que o núcleo urbano surge na América com o objetivo de sustentar o sistema de exploração colonial¹⁴². Possivelmente o tom mais adequado às variações na política urbana portuguesa e espanhola estaria celebrado na concepção das normas que orientavam os dois casos. Enquanto Portugal prescrevia regulamentos particulares para cada situação, compreendidos nas Cartas Régias, a Espanha teceu um único corpo legislativo, as Ordenações de Povoações de Felipe II, também conhecidas como “Código Filipino”.

¹³⁹ Atenta-se que o ocorrido se deu com a anuência do próprio Sergio Buarque de Holanda, que foi membro da banca da tese de livre-docência de Nestor Goulart Reis Filho.

¹⁴⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre o livro “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial”. **Anais do Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**, v. 6, n. 3. 2000b, p. 1.

¹⁴¹ Segundo Nestor G. Reis Filho, as nove cidades são: João Pessoa-PB (1583); Natal-RN (1599); São Luís do Maranhão (1613); Nossa Senhora de Assunção de Cabo Frio-RJ (1615); e Belém-PA (1616). As vilas são: São João Batista de Cananeia-SP (1587); São Cristóvão-SE (1590); Cametá-PA (1635); Gurupá-PA (1639); Santo Antônio de Alcântara-MA (1637); Porto Calvo-AL (1636); Penedo do Rio São Francisco-AL (1636); Marechal Deodoro-AL (1636); Angra dos Santos Reis-RJ (1608); Santana de Mogi das três Cruzes-SP (1611); Santana de Parnaíba-SP (1625); São Sebastião-SP (1636); e Santa Cruz de Ubatuba-SP (1637).

¹⁴² SINGER, Paul. Campo y ciudad en el contexto histórico iberoamericano. In: HARDOY, Jorde e SCHAEDEL, Richard (org.). **Las ciudades de América Latina y sus áreas de influencia a través de la historia**. Buenos Aires: SIAP, 1975, p. 201-223.

A despeito do maior refinamento da urbanização espanhola na América, torna-se inegável o reconhecimento de uma política portuguesa iniciada à partir do projeto urbanístico de Salvador¹⁴³, em 1549, inclusive bem anterior às Ordenações Filipinas publicadas em 1573¹⁴⁴. Deve-se mencionar também que apesar de seu pragmatismo metódico, nenhuma cidade americana colocou em prática todos os 148 parágrafos ou normas das Ordenações. Por fim, reitera-se que ambos países ibéricos apresentaram tanto modelos de urbanização espontâneos quanto modelos planejados, sendo que a principal desconformidade entre os dois paradigmas estaria contida em diferenças no dinamismo da economia colonial. A portuguesa direcionada para o campo e a espanhola centrada na cidade.

Ultrapassado o mito da falta de planejamento¹⁴⁵ e a falsa noção de inexistência de uma política urbana portuguesa no Brasil, que será tratada com maior prudência no item seguinte, direcionamos o nosso foco para a influência espanhola em questões culturais, sociais, econômicas e políticas, escassamente estudadas até os dias de hoje.

De início foi definido que independentemente da união das Coroas, seriam mantidas as porções de territórios pertencentes a cada império. Esta resolução não impediu os espanhóis de invalidar as Ordenações Manuelinas, ao subjugar toda América colonial aos princípios firmados nas Ordenações Filipinas. A marca hispânica foi impressa na localização e multiplicação das povoações, bem como na maneira em que se desenvolveram anos depois¹⁴⁶. Além da defesa do território contra invasões inglesas, francesas e holandesas, as características castelhanas

¹⁴³ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

¹⁴⁴ “Aparentemente hasta la década de 1560 ó 1570 no fueran dibujados planos de ciudades señalando el trazado de las calles, las formas de las plazas y los usos principales. El más antiguo que conozco es el de Quito (1573)”. In: HARDOY, Jorge. La cartografía urbana en América Latina durante el periodo colonial. Un análisis de fuentes. In: HARDOY, J.; MORSE, R.; SCHAEDEL, R. (orgs.) **Ensayos histórico-sociales sobre la urbanización en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1968, p. 19-58.

¹⁴⁵ DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Trad. Fernando V. Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

¹⁴⁶ WRIGHT, Antônia Fernanda e MELLO, Astrogildo Rodrigues de. O Brasil no período dos Filipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial**, v.1 – Do Descobrimento a Expansão Territorial. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1972, p.176-189.

foram estampadas no modelo administrativo e no papel central da religião, fundamentais na formação moral, cultural e política do país¹⁴⁷.

Sobre a arquitetura colonial desta época, Santos¹⁴⁸ ressalta a mestiçagem de povos, técnicas e costumes, indispensáveis para o seu desenvolvimento e para a reprodução da hispanidade presente em todas fortificações das principais praças brasileiras. Além de sua representante sergipana, tais povoamentos fortificados também eram encontrados no Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, entre outros.

À sombra das Ordenações, modificações na legislação foram instituídas e acabaram por influir em modos e costumes da colônia brasileira durante mais de três séculos. A legislação filipina em vigor serviu para governar e determinar a vida social, econômica e política no Brasil, ultrapassando o período de União Ibérica, sendo encontradas influências castelhanas até os primeiros anos da Primeira República¹⁴⁹.

No campo da cultura, pode-se dizer que o legado espanhol já existia previamente à união, devido ao processo desencadeado pelo diglotismo existente na Península Ibérica. O intercâmbio linguístico foi sentido na Espanha, em especial até o ano da unificação. Já em Portugal, o gosto pelo castelhano se arrastou ao longo dos séculos XV e XVI, sendo interrompido somente quando o país lusitano recupera sua independência. A literatura e o teatro castelhano, em seu melhor momento literário, penetram Portugal influenciando diretamente em vários escritores portugueses¹⁵⁰. O repertório dramático espanhol se difunde por toda a América hispânica, inclusive no Brasil, como é possível verificar nos versos de Juan Peraza sobre a conquista da Paraíba.

Estaba un puerto tomado
en la costa del Brasil,
de franceses usurpado
y de esta gente guardado

¹⁴⁷ SANTOS, Ricardo Evaristo. **El Brasil Filipino: 60 años de presencia española en Brasil – 1580-1640**. Madri: Editora MAPFRE, 1993.

¹⁴⁸ SANTOS, Ricardo Evaristo. **El Brasil Filipino: 60 años de presencia española en Brasil – 1580-1640**. Madri: Editora MAPFRE, 1993.

¹⁴⁹ Ibidem

¹⁵⁰ Ibidem.

con ánimo varonil.
Y de aquí se provenían
de cuanto Brasil querían,
y tenían tal ganancia,
y grande daños hacían.

[...] Despues de todo allanado,
mandó el General hacer
un fuerte bien artillado,
el cual le hizo trazado
do á todo podía ofender.

[...] El capitán Castrejon
quedó con infantería
española de nación
en su guardia y guarnicion,
que este caro merescia;
Y Fructuoso Barbosa,
persona mui generosa,
quedó por governador
del vecino, y poblador,
que el rey mandó aquesta cosa.
Edificóse en un llano,
con brevedad, la ciudad
por un Pueblo lusitano,
y el fuerte por otra mano,
que les de seguridad.
Y porque el nombre se vea
llámase la Felipea,
y e puerto Parayva,
grande tempo goce y viva
el rey, por que lo posea.

(Juan Peraza, 1584¹⁵¹)

O legado deixado pelas seis décadas de unificação revelam mudanças, acima de tudo, na orientação da colonização. Temos de convir que a penetração do interior, assim como a transposição e conquista do Nordeste, com a derradeira expulsão dos franceses, foram conquistas que seguiam a política espanhola da época, assim como a abertura de caminhos internos e a multiplicação das cidades. Os desígnios políticos do período dos três Filipes constataram a necessidade de possessão efetiva do território brasileiro, mormente, da criação de encadeamentos com o Nordeste e o Norte. Uma nova feição administrativa foi moldada no quadro

¹⁵¹ CESÁREO DURO, Fernandez. **Arca de Noé**. Madri, 1881, p. 465-473.

geral da colônia, transformando drasticamente o elemento humano e a paisagem da colonização¹⁵².

Se de um lado a união das coroas portuguesa e espanhola favoreceu a defesa da costa brasileira e a expulsão de corsários franceses e ingleses, por outro, originou a interrupção de uma aliança devidamente sedimentada com o comércio flamengo. Responsáveis pelo refino e distribuição do açúcar brasileiro em todo norte da Europa, os holandeses visavam reaver suas áreas de produção e o monopólio do comércio açucareiro. Assim, tornam-se compreensíveis os motivos cruciais que levaram à invasão holandesa, tendo seu pontapé inicial no ano de 1624, em Salvador.

3.2.1 Características da urbanização colonial em São Cristóvão

Delineados alguns aspectos da política colonial sob o contexto da União Ibérica, percebeu-se a necessidade de evidenciar as particularidades do modo de urbanização português e espanhol, sendo que ambas características se encontram presentes na formação socioespacial de São Cristóvão. A partir de uma contradição encontrada ao confrontar o Dossiê de Candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial¹⁵³ com o Plano Urbanístico de São Cristóvão¹⁵⁴, que empreendemos uma compreensão pormenorizada da influência portuguesa e espanhola na formação urbana da cidade.

Em ambos documentos da proposição, no dossiê e no anexo III¹⁵⁵, defende-se a ideia de que a formação da Praça de São Francisco (Figura 06) estaria de

¹⁵² WRIGHT, Antônia Fernanda e MELLO, Astrogildo Rodrigues de. O Brasil no período dos Filipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial**, v.1 – Do Descobrimento a Expansão Territorial. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1972, p.176-189.

¹⁵³ GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Anexo I e II. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2006.

¹⁵⁴ SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol. I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980.

¹⁵⁵ GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Anexo I e II. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2006, p. 104.; GOVERNO DE SERGIPE. **Proposal for the inscription of São Francisco Square in São Cristóvão/SE, Brazil, in the world heritage list: the establishment of Franciscan monasteries in the Spanish America and Brazil's**

acordo com as ordenações e resoluções urbanas espanholas, devido às suas proporções – 51 m de largura por 73 m de comprimento – e pelo fato dela dar origem à quatro ruas principais e três ruas secundárias, teoricamente provenientes de suas esquinas. Essa hipótese é outorgada pelo documento de nomeação da UNESCO, onde afirma-se que:

A Praça São Francisco constitui um exemplo singular de um assentamento urbano que combina os padrões de ocupação do solo seguidos por Portugal e as normas definidas para as cidades estabelecidas pela Espanha. Estabelecido de acordo com o comprimento e a largura exigidos pelo Ato IX das Ordenações Filipinas, esta praça incorpora o conceito de Plaza Mayor empregada nas cidades coloniais da América hispânica, ao mesmo tempo inserida no padrão urbano colonial português para cidades tropicais. Por isso, pode ser considerada uma simbiose notável do planejamento urbano das cidades de Portugal e Espanha¹⁵⁶.

Sem demora, passamos à descrição contida no Plano Urbanístico de São Cristóvão¹⁵⁷, o qual afirma que a construção do Convento de São Francisco e, conseqüentemente, da Praça, marcam definitivamente o eixo principal da composição urbana da cidade. Segundo o Plano Urbanístico, a manifestação de um amplo espaço aberto em franca comunicação com a Praça da Matriz (atualmente Praça Getúlio Vargas), seria uma clara determinação do esquema lusitano de composição urbana por meio de múltiplas praças.

Como antecipado previamente, existiu durante muitos anos a presunção por parte de alguns pesquisadores de que as cidades brasileiras teriam surgido de povoações espontâneas, sem qualquer obediência a normas ou planejamento¹⁵⁸.

northeast – comparative analysis. Anexo III. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra- Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2008, p. 7.

¹⁵⁶ Tradução nossa: “The São Francisco Square constitutes a unique example of an urban settlement which merges the patterns of land occupation followed by Portugal and the norms defined for towns established by Spain. Established in accordance with the length and width required by Act IX of the Philippine Ordinances, this square incorporates the concept of a Plaza Mayor as employed in the colonial cities of Hispanic America, while at the same time inserted in the urban pattern of a Portuguese colonial town in a tropical landscape. Hence, it may be considered a remarkable symbiosis of the urban planning of cities of Portugal and Spain”. (UNESCO, 2008)

¹⁵⁷ SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol. I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980, p. 27.

¹⁵⁸ SMITH, Robert C. The arts in Brazil: baroque architecture. In: LIVERMORE, H. V. (ed.). **Portugal and Brazil: an introduction**. Oxford: Clarendon Press, 1953, p. 359-384; SMITH, Robert C. Colonial towns of Spanish and Portuguese America. **Journal of the Society of Architectural Historians**. Volume XIV, Nº 4, 1956; MINDLIN, Henrique. **Modern Architecture in Brazil**. Nova Iorque: Reinhold

Tais “afirmações vulgares”¹⁵⁹ dificultaram que novas pesquisas sobre o tema fossem realizadas. Com relutância em aceitar um possível arcaísmo no modo de urbanismo ultramarino, Luís Silveira¹⁶⁰ assumiu uma posição totalmente contrária às ideias desses autores e afirmou que a relutância em adotar sistemas geométricos regulares seria, em realidade, corolário à extensa experiência lusitana de criação natural das cidades. O autor chega à utópica assunção de que a cidade portuguesa tenderia, organicamente, à cidade perfeita, pois seus elementos estariam inclinados a exercer uma função natural sobrepondo-se ao traçado linear – que revelariam a vivacidade e intelectualidade da urbe.

Numa visão um tanto quanto mais comedida, Reis Filho¹⁶¹ analisa a evolução das formações urbanas no Brasil a partir do prisma da própria evolução do sistema de colonização, relacionando a política urbanizadora em simetria com as dinâmicas adjacentes deste processo. Nesse sentido, deve-se enfatizar que o funcionamento da rede urbana na conquista do território possuiu uma dimensão substancial para o êxito do empreendimento colonizador¹⁶². Ao adentrar questões pertinentes à política urbanizadora colonial, Nestor Reis Filho¹⁶³ atesta que até meantes do século XVII vigorou uma política de descentralização, na qual a responsabilidade da urbanização dos centros menores era dos donatários e colonos. Em consequência da escassez de recursos para levar a cabo a conquista e colonização, porções do território brasileiro foram subarrendados à donatários, que tinha o poder de estabelecer centros urbanos porém, não poderiam ser mais que vilas¹⁶⁴. Por outro lado, os núcleos urbanos maiores permaneceram sob o cuidado da Coroa Portuguesa.

Publisher, 1956; HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

¹⁵⁹ DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Trad. Fernando V. Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997, p. 1.

¹⁶⁰ SILVEIRA, Luís. **Ensaio de iconografia das cidades portuguesas ultramar**. 4 v. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1951.

¹⁶¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

¹⁶² GODOY, Paulo R. T. A cidade no Brasil – período colonial. **Caminhos da Geografia**. V. 12, n. 38, p. 8-15, 2011.

¹⁶³ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

¹⁶⁴ MORSE, Richard. Introducción a La Historia Urbana de Hispanoamérica. In: SOLANO, Francisco (coord.). **Estudios Sobre La Cuidad Iberoamericana**. 2ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 9-53.

Figura 06 – Área de Proteção da Praça São Francisco em São Cristóvão/Sergipe



Fonte: GOVERNO DE SERGIPE, 2006, p. 25. Adaptado: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

Impõe-se neste momento a questão da divisão de conglomerados urbanos coloniais em cidade alta e cidade baixa devido a algumas críticas que essa fragmentação recebeu em virtude de conflitos existentes entre moradores das duas áreas. Recorrente em alguns casos como o de Salvador-BA e de São Cristóvão-SE, a constatação dessa fragmentação, em cidade alta e cidade baixa, pode ter sido acentuada pelo fato de não terem sido levadas em consideração as distintas funções que cada fragmento da cidade possuía e os diferentes períodos de construção. De um modo geral, acredita-se que na maioria dos casos a cidade alta se desenvolveu num primeiro momento e atendia as necessidades de um grupo reduzido de pessoas, contendo primariamente funções militares, administrativas e de residência. Outrora, a cidade baixa surge sob uma conjuntura absolutamente diferente, sendo o principal catalizador para seu desenvolvimento as atividades comerciais e marítimas¹⁶⁵.

A escolha de sítios elevados para erguer novos assentamentos foi uma tendência dos primeiros núcleos urbanos, graças à vantagem defensiva e ao controle mais eficiente das vias de comunicação. O arruamento desses núcleos era adaptado às condições topográficas e tinham a propensão de se estruturar como ligações entre locais de maior interesse no cotidiano do lugar. Assim, uma constante no ordenamento de tais centros era a valorização das praças como pontos de grande importância. Nelas se concentravam as Casas de Câmara, os conventos e as igrejas, o que ocasionava a manutenção de espaços livres onde se realizavam atividades religiosas, cívicas, recreativas e de comércio¹⁶⁶.

Neste contexto, uma leitura que pode vir a contribuir para a melhor compreensão do modo de urbanismo português é o reconhecimento da plasticidade do traçado urbano – que não se traduzida numa conformação amorfa – mantendo

¹⁶⁵ TEIXEIRA, Manoel C. Os modelos urbanos das cidades portuguesas. In: PESSOTTI, Luciene e RIBEIRO, Nelson (orgs.). **A Construção da Cidade Portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD, 2011.; REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.; REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre o livro “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial”. **Anais do Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**, v. 6, n. 3. 2000b.

¹⁶⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

estruturas e hierarquias inerentes à cidade. Nessa acepção, Manoel Teixeira¹⁶⁷ compreende a criação dos espaços urbanos pelos portugueses no limiar entre dois componentes, o vernáculo e o erudito. O primeiro componente, preponderante nos períodos iniciais de desenvolvimento, estaria intrinsecamente ligado às relações que o núcleo estabelece com o território e com a implementação de resoluções urbanísticas em resposta a obstáculos físicos e ambientais. O componente vernáculo traduz-se na adaptação dos percursos segundo o desenho natural do território, na escolha de locais elevados para a construção das edificações mais relevantes e no desenvolvimento de praças ou largos nos centros de articulação e convergência de vias estruturantes da malha urbana. Ao passo que o componente erudito é relativo a referências intelectuais e idealizações teóricas e urbanísticas de seus elaboradores, que acabam por se materializar, frequentemente, em traçados regulares e esquemas geometrizarantes.

Não se sabe ao certo se a composição do modo de urbanismo português realmente pode ser interpretado como um movimento dialético entre componentes vernáculos e eruditos mas, eventualmente, essa perspectiva pode auxiliar na superação da leitura maniqueísta entre traçado urbano planejado e não planejado. O tecnicismo urbanístico normalmente utilizado para a compreensão da evolução socioespacial das cidades coloniais brasileiras parece pouco contribuir para a compreensão da autenticidade e da organicidade sedutora que muitas delas apresentam. Por fim, assim como o faz Reis Filho¹⁶⁸, podemos proferir que as principais características da vida cotidiana e a organização dos núcleos urbanos é reflexo de cada época. Os precedentes históricos e os agentes envolvidos no processo de colonização e urbanização, assim como os objetivos da política metropolitana, refletiram nas configurações singulares da urbanização no Brasil, que não podem ser esclarecidas pelo emprego de modelos criados para análise da urbanização europeia.

De todo modo, prosseguimos neste instante à exposição das características da política de urbanização hispânica na América. A Espanha, assim como Portugal,

¹⁶⁷ TEIXEIRA, Manoel C. Os modelos urbanos das cidades portuguesas. In: PESSOTTI, Luciene e RIBEIRO, Nelson (orgs.). **A Construção da Cidade Portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD, 2011.

¹⁶⁸ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968, p. 188.

encontravam-se neste período num contexto de transição entre a Era Medieval e as recentes tecnologias e conceitos que desabrocharam com a Era Moderna. Assim, inicia-se nos primeiros momentos de colonização castelhana no Novo Mundo um processo de reestruturação territorial e urbana, no qual o reinado implantou um conglomerado urbano e um sistema administrativo semelhante ao da metrópole. A sistematização de um modelo contendo ordenamentos legais e diretrizes para o processo de colonização e urbanização foram expressos nas Ordenações de Povoações de Felipe II (1573) e na Recopilação das Leis das Índias (1681).

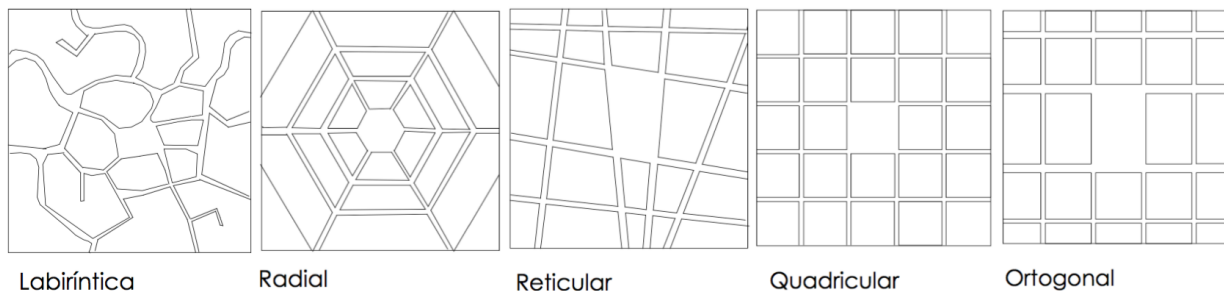
Jorge Hardoy¹⁶⁹ vem esclarecer algumas noções errôneas em relação às formas urbanas das vilas e cidades coloniais da América espanhola. O autor alega que enquanto o modelo clássico de urbanização, de traçado quadricular, prevaleceu em cidades de maior importância, o mesmo não ocorreu nos assentamentos menores que quantitativamente constituem uma porcentagem maior do número total de fundações. O traçado regular era uma maneira de solucionar múltiplos problemas por meio da forma e da ordem, ao longo que facilitava a distribuição dos lotes e quintas entre os fundadores. Realizou-se, na verdade, uma solução prática e funcional de uma empreitada colossal, que foi a conquista e colonização.

Em um estudo detalhado sobre as cidades coloniais ibero-americanas, foi proposta a partir do traçado, da configuração e da tradição urbana ocidental, uma tipologia dos assentamentos da colonização espanhola e portuguesa (Figura 07). Assim, podemos dizer que a malha urbana enquanto elemento fundamental dos assentamento urbanos possui diferentes níveis de condicionamento às determinantes locais e de regularidade geométrica, repetitividade e coordenação modular¹⁷⁰, que podem ser agrupadas em: Labirínticas; Radiais; Reticulares; Quadriculares; e Ortogonais.

¹⁶⁹ HARDOY, Jorge. La Forma de Las Ciudades Coloniales en La América Española. In: SOLANO, Francisco (coord.). **Estudios Sobre La Cuidad Iberoamericana**. 2ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 9-53.

¹⁷⁰ DURÁN ROCCA, Luisa. **A CIDADE COLONIAL IBERO-AMERICANA: A Malha Urbana**. 2002. 280 p. Dissertação (Mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

Figura 07 – Tipologia das malhas urbanas coloniais das cidades lbero-americanas.



Fonte: DURÁN ROCCA, 2002, p. 63.
Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

No tocante às tipologias das formas urbanas das antigas províncias espanholas na América, a imagem acima ajuda a visualizar o sistema de classificação das cidades coloniais elaborado por Jorge E. Hardoy¹⁷¹. Com o intuito de comprovar seu argumento de que os espanhóis não se limitaram a implantar modelos tão somente com traçado quadricular, o autor segmenta as cidades coloniais em seis tipologias (Quadro 01).

O modelo clássico era integrado pelo traçado de ruas perpendiculares e quadras homogeneamente quadrangulares ou retangulares. A praça principal (*plaza mayor*) era formada por um desses quarteirões sem construção, rodeada pela Igreja e pelo *Ayuntamiento* (órgão executivo do município). Dentre as variações existentes do padrão clássico existem ainda o modelo clássico com praça excêntrica próxima ao rio ou mar e o modelo clássico com praça excêntrica sem fator de atração.

¹⁷¹ Autor Argentino, nascido em Buenos Aires onde graduou-se em 1951. Mestre e doutor em Planificação urbana e Regional pela Universidade de Harvard, fundou o instituto Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento da América Latina. Foi pioneiro na difusão da planificação da história urbana na América Latina e ajudou a construir uma nova forma de ensinar arquitetura. Faleceu em Buenos Aires em 1993.

Quadro 01 - Tipologias das Formas Urbanas nas Colônias da Espanha. ¹⁷²		
Classificação	Tipo	Quantidade
1.1	Modelo clássico com praça central	42
1.2	Modelo clássico com praça excêntrica-atração de costa ou rio	6
1.3	Modelo clássico com praça excêntrica-sem fator de atração	8
2.1	Modelo regular com praça central	11
2.2	Modelo regular com praça excêntrica	20
2.3	Modelo regular com duas praças divergentes	3
2.4	Modelo regular com duas praças excêntricas	6
2.5	Modelo regular alargado	3
3	Traçado irregular	10
4	Traçado linear	5
5	Modelo Radial	0
6	Sem esquema definido	20
Total		134

Fonte: HARDOY, 1983.

Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

A normatização utilizada pelos espanhóis para determinar o sítio e as características da praça principal definia que:

La **plaza mayor donde se ha de comenzar la población**, siendo en costa de mar, se debe hacer al desembarcadero del puerto, y si fuere lugar mediterráneo, en medio de la población: su forma en cuadro prolongada, que por lo menos tenga de largo un vez y media de su ancho, porque será mas propósito para las fiestas de a caballo y otras: su grandeza proporcionada al número de vecinos, y teniendo consideración que las poblaciones pueden ir en aumento, no sea menos, que doscientos pies de ancho y trecientos de largo, ni mayor de ochocientos pies de largo, y quinientos y treinta y dos de ancho, y quedara de mediana y buena proporción, si fuere de seiscientos pies de largo, y cuatrocientos de ancho: de la plaza salgan **cuatro calles principales**, una por medio de cada costado; y además de estas, dos por cada esquina: las cuatro esquinas miren a los cuatro vientos principales, porque saliendo así las calles de la plaza no estarán expuestas a los cuatro vientos, que será mucho inconveniente: todo en contorno, y las cuatro calles principales, que de ella han de salir, tengan portales para comodidad de los tratantes, que suelen concurrir; y las **ocho calles** que saldrán **por las cuatro esquinas**, salgan

¹⁷² Jorge Hardoy retirou os dados para elaboração do quadro da seguinte publicação: [Instituto de Estudios de Administración Local. *Planos de ciudades ibero-americanas y filipinas existentes en el Archivo de Indias*, 2 vols., Madrid, 1951]. Desse modo, o autor analisou, com ressalvas às limitações apresentadas pela coleção, 292 planos referentes a 134 cidades de colonização espanhola na América. Os planos correspondentes são do séculos XVI até o século XIX.

libres, sin encontrarse en los portales, de forma que hagan la acera derecha con la plaza y calle¹⁷³. (grifo nosso)

Progredindo na sistematização de Hardoy¹⁷⁴, temos em seguida o modelo regular, que era semelhante ao modelo clássico, porém seu traçado e disposição não dispunham da mesma rigidez. Foi muito empregado previamente à definição do modelo clássico e usualmente apresentava duas praças principais, ainda que com funções distintas, uma voltada para atividades civis e eclesiásticas e outra para questões comerciais. Suas variações incluem além do modelo com praça central, exemplares com praça excêntrica e com duas praças – regulares ou excêntricas.

O modelo irregular é muito comum em centros que cresceram espontaneamente, mormente assentamentos mineiros e portos. Não obstante, o modelo linear se encontra disperso em toda área de colonização que possuía povoados de desenvolvimento espontâneo construídos ao longo de caminhos que interligavam outros arraiais e aldeias indígenas. O modelo radial raramente fora aplicado, sendo que nenhuma cidade de importância foi construída de acordo com seus preceitos. Finalmente, os assentamentos sem esquema definidos não se ajustavam a formas pré-definidas e, em alguns casos, houve uma tendência de introduzir certa regularidade – como no modelo linear – no traçado ao longo das décadas¹⁷⁵.

A localização e a função dos assentamentos teriam sido os fatores mais relevantes no desempenho da legislação castelhana que orientava o traçado e estrutura interna das cidades. Ademais, Jorge Hardoy acredita que a implantação do modelo clássico ocorreu não como uma ideia transplantada da Europa mas, na verdade, como o resultado de um processo progressivo de aperfeiçoamento de conceitos independentes. A legislação definida pelos espanhóis teria, então, respaldado tal processo, não se adiantado à ele¹⁷⁶.

¹⁷³ SOLANO, Francisco. **NORMAS Y LEYES DE LA CIUDAD HISPANOAMERICANA** (1492-1600). Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996, p. 211-212.

¹⁷⁴ HARDOY, Jorge. La Forma de Las Ciudades Coloniales en La América Española. In: SOLANO, Francisco (coord.). **Estudios Sobre La Cuidad Iberoamericana**. 2ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 9-53.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ HARDOY, Jorge. La Forma de Las Ciudades Coloniales en La América Española. In: SOLANO, Francisco (coord.). **Estudios Sobre La Cuidad Iberoamericana**. 2ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 9-53.

Fundada no alvorecer do íterim da união peninsular, acredita-se que São Cristóvão teria sido composta como uma política deliberada do tempo dos Filipes. Assentada na presunção da defesa do território frente à temerária onipresença dos franceses, a administração castelhana traçou e executou a fundação de vilas e cidades e o avanço para o Norte e Nordeste. Para além da conquista e ocupação de São Cristóvão-SE (1580), a penetração se efetivou por meio da ocupação de João Pessoa-PB (1585), Natal-RN (1599), São Luís do Maranhão-MA (1612) e Belém-PA (1616)¹⁷⁷. Saliencia-se que nomeadamente em São Luís e Belém houve uma forte influência castelhana de traçado linear, que no século seguinte se acentuaria em povoados voltados para a exploração aurífera de Minas Gerais e Mato Grosso¹⁷⁸.

Contudo, com base na classificação apresentada por Jorge Hardoy sobre a urbanização colonial espanhola, pode-se afirmar que a Praça São Francisco não se enquadra dentro do modelo clássico de urbanização espanhola descrito no dossiê de candidatura e no documento de nomeação por alguns motivos. Dentre eles, deve-se mencionar que o assentamento de São Cristóvão não começa do complexo Praça e Convento de São Francisco, mas na realidade tem seu início a partir da Igreja da Matriz e da Praça da Matriz – hoje conhecida como Praça Getúlio Vargas. Em segundo, como pode-se observar na Figura 06, a Praça São Francisco possui forma trapezoide, pois apresenta um quadrilátero com dois lados paralelos desiguais, ou seja, não possuem a mesma medida em ambos os lados de sua composição. Por este motivo, também não apresenta as proporções adequadas dispostas nas Ordenações Filipinas e nas Leis das Índias. Por último, como é possível visualizar, não existem quatro ruas principais e quatro secundárias com origem nas esquinas da Praça. Na realidade, existem sete ruas que partem da Praça São Francisco, sendo que duas delas tem seu início no meio deste largo e não em suas esquinas.

A despeito de não se enquadrar dentro do modelo clássico de urbanização espanhola, há a possibilidade de São Cristóvão se encaixar na descrição dos modelos com praça excêntrica ou com duas praças. Por outro lado obrigamo-nos a

¹⁷⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

¹⁷⁸ ARANOVICH, Carmen. Notas sobre urbanización colonial en la América portuguesa. In: SOLANO, Francisco (coord.). **Estudios Sobre La Ciudad Iberoamericana**. 2ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 383-398.

alçar que a construção narrativa é corolária aos processos de tombamento e inscrição de bens patrimoniais. Como exemplo, posto em prática numa escala muito maior e mais severa, temos o processo de transformação do centro de Barcelona num bairro medieval, atribuindo-lhe um valor simbólico vinculado a um projeto burguês, de construção de uma imagem nacional catalã¹⁷⁹. Tal interpretação e uso seletivo do passado dispõe o patrimônio como um produto que vem de uma mescla de lugares, memórias, eventos e personalidades. Por meio desta apuração deliberada que define quais elementos são providos de significado, as instituições de proteção e resguardo do patrimônio tem um papel central, até por assumirem a manutenção, substituição e aprimoramento dos mesmos, ao adicionar ou suprimir características de acordo com seus princípios¹⁸⁰.

Neste momento impõe-se um abreviado adendo. A partir destas constatações, paira no ar uma dúvida. Ao negar um dos argumentos cardeais para a inscrição da Praça São Francisco, não estamos litigando pela perda do título de patrimônio mundial. Contudo, reivindica-se que sejam ativadas outras memórias do lugar – alicerçadas no passado da cidade – que possam surtir o efeito integrador, além de estimular o diálogo. Ao esgueirar-se de imposições institucionais, todo este processo pode resultar na valorização do indivíduo, no reconhecimento da mestiçagem e, por fim, na manifestação de lugares de encontro mais democráticos¹⁸¹.

Alicerçado no tripé assinalado, segue a justificativa de que: em primeiro lugar, deve-se valorizar e ativar memórias condizentes com o passado tanto da parte alta de São Cristóvão como da cidade baixa, pois há na população citadina um sentimento de desvalorização e falta de legitimação no que é apresentado como patrimônio oficial; segundo, o reconhecimento da mestiçagem e de elementos da história mais recente da cidade podem servir como um elo que viria a coadjuvar para a valorização e participação ativa na vida pública do município; enfim, os resultados esperados da devida participação popular seria o afloramento de espaços públicos

¹⁷⁹ CAPEL, Horacio. **Patrimonio: la construcción del pasado y del futuro**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2014.

¹⁸⁰ TUNBRIDGE, John e ASHWORTH, Gregory. **Dissonant Heritage: The management of the Past as a Resource in Conflict**. Londres: Wiley, 1996.

¹⁸¹ CAPEL, Horacio. **Patrimonio: la construcción del pasado y del futuro**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2014, p. 148.

mais democráticos, que contêm com a cooperação dos habitantes na sua transformação, manutenção e fiscalização.

Com base nos argumentos apresentados, antes de passar ao próximo ponto, abona-se que seria necessário um estudo aprofundado sobre a Praça de São Francisco e um contraponto com outras praças da colonização espanhola que não seguiram o modelo clássico. Assim, eventualmente surgirão constatações fidedignas para as inúmeras dúvidas que surgiram sobre o assunto. Tais fatos foram obscurecidos por similaridades na urbanização portuguesa e espanhola – como a forte intervenção do clero, diferentemente da América do Norte, na qual a igreja não desfrutava do mesmo peso institucional¹⁸² –, além do fato de São Cristóvão ter consubstanciado ao longo dos séculos características de ambos países ibéricos.

2.3 INVASÃO E DOMÍNIO HOLANDÊS NA CAPITANIA DE SERGIPE

A epopeia holandesa no nordeste brasileiro tem sua origem na união de Portugal à Espanha em 1580, em consequência do óbito de D. Sebastião no norte da África, dois anos antes. Na ausência de um herdeiro direto à coroa portuguesa, inúmeros postulantes manifestaram seu interesse, saindo vencedor da disputa o monarca espanhol Felipe II. Nesta altura, a Holanda, que até 1579 constituía parte do império castelhano, já havia conseguido sua independência. O relacionamento amigável que existia entre Portugal e Holanda, no qual os batavos contribuíam financeiramente para as realizações ultramarinas lusitanas, foram interrompidas quando o rei espanhol vetou as relações comerciais e decretou o confisco de todos os seus navios, com o intuito de causar prejuízos aos holandeses¹⁸³.

Em represália às ações de Felipe II, os holandeses criaram as Companhias de Comércio, que futuramente lhes dariam o domínio comercial do mundo¹⁸⁴. Nesse sentido, os flamengos viram seu umbral para o apogeu mercantil na América

¹⁸² MEDEIROS, Ana Paula G. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. **Revista Urutágua** (Online), v. 21, p. 57-71, 2010.

¹⁸³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial**, v.1 – Do Descobrimento a Expansão Territorial. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1972, p.235-253.

¹⁸⁴ RODRIGUES, José Honório e RIBEIRO, Joaquim. **Civilização Holandesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940, 168 p.

portuguesa, por possuir pouca prioridade militar e ser considerada o elo frágil do império castelhano. Outros fatores que influíram nesta escolha foram os lucros gigantescos do comércio açucareiro, além do oportuno modo de ocupação português que concentrava os grandes núcleos populacionais ao longo do litoral¹⁸⁵.

Alguns anos após a tentativa frustrada de invadir a Bahia (1624), o foco voltou-se para a capitania de Pernambuco. A primeira fase holandesa no nordeste brasileiro, de 1630 a 1637, foi marcada pela tentativa de assenhorar-se das praças-fortes do litoral e pelo predomínio do espírito mercantil. A partir do advento do Conde Maurício de Nassau em Pernambuco, que chega com a incumbência de governar o Brasil Holandês, instaura-se o segundo estágio do domínio batavo (1637-1644). Identificado como o período áureo da ocupação, a administração nassoviana ficou conhecida, sobretudo, pelo alargamento das conquistas territoriais, o desenvolvimento econômico auferido, o modelo administrativo executado, além do florescimento cultural sucedido.

A justificativa para ocupação da capitania de Sergipe del Rei se deu pois, “[...] situada essa região entre a capitania da Baía e as terras do domínio holandês, era vantajosa para a defesa de nossas fronteiras, abundava de gado e dava mais de uma esperança de minas”¹⁸⁶. Destarte, a ocupação da capitania de Sergipe é evidenciada de modo essencial para a conquista da Bahia, sendo iniciada esta empreitada nos primeiros anos da administração da Maurício de Nassau. Ao derrotar as tropas luso-espanholas à margem do Rio São Francisco, é fundado na atual cidade de Penedo o forte Maurício (Figura 09). Buscando refúgio, as tropas estabelecem seu quartel-general na cidade de São Cristóvão (Figura 08). Sem embargo, os combatentes luso-hispânicos não conseguem conter as investidas holandesas, decidindo por incendiar e devastar quaisquer recursos que pudessem favorecer o inimigo.

¹⁸⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês (1630-1654)**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

¹⁸⁶ BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau**. Rio de Janeiro: Edição do Ministério da Educação, 1940, p. 226.

Figura 08 – Povoação de São Cristóvão, Capitania de Sergipe (1631)



Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart (2000a), p. 50. Detalhe do manuscrito que integra o Atlas de João Albernaz, 1631. Mapoteca do Itamaraty, MRE, RJ, Brasil.

A relevância do território sergipano se dava, sobretudo, para a manutenção fronteiriça do Brasil-Holandês. Limitado à construção de fortes no Baixo São Francisco e nos Rios Real e Vaza-barris, a colonização neerlandesa no Sergipe nunca se efetivou de fato. Em consequência dos altos investimentos necessários para a produção do açúcar, do abandono da população afugentada pela hostilidade da guerra e da escassez do colono batavo, praticamente nula, os planos de Nassau – que desejava fazer Sergipe prosperar novamente – fracassaram.

Durante o ano de 1640, Portugal proclama o duque de Bragança como rei, sob o título de D. João IV, pondo fim a um dos motivos da invasão holandesa no Brasil, que destinava-se a investir contra o Império Castelhana. O terceiro e último período de dominação batava começa com o retorno de Maurício de Nassau ao continente europeu em 1644, e estende-se até 1654, com a derradeira decadência e expulsão dos agressores holandeses. Apesar da libertação de Portugal dos domínios Espanhóis e, ainda, das tratativas entre lusitanos e flamengos com o intuito de interromper os combates, em 1641 Nassau envia tropas que apanham de

surpresa os habitantes de São Cristóvão¹⁸⁷. Instalados na região, os holandeses constroem um forte no Rio Real e dão início a pesquisas mineralógicas.

Durante a temporada de guerras São Cristóvão serviu como ponto de parada estratégica, porém acabava saqueada e devastada a cada evasão de tropas flamengas e luso-brasileiras. Mesmo após a determinação de cessação temporária de hostilidades, Sergipe prosseguiu como campo de batalha entre os inimigos. Entretanto, o regresso de Maurício de Nassau ao continente europeu em 1644, acabou por acelerar a expulsão dos holandeses.

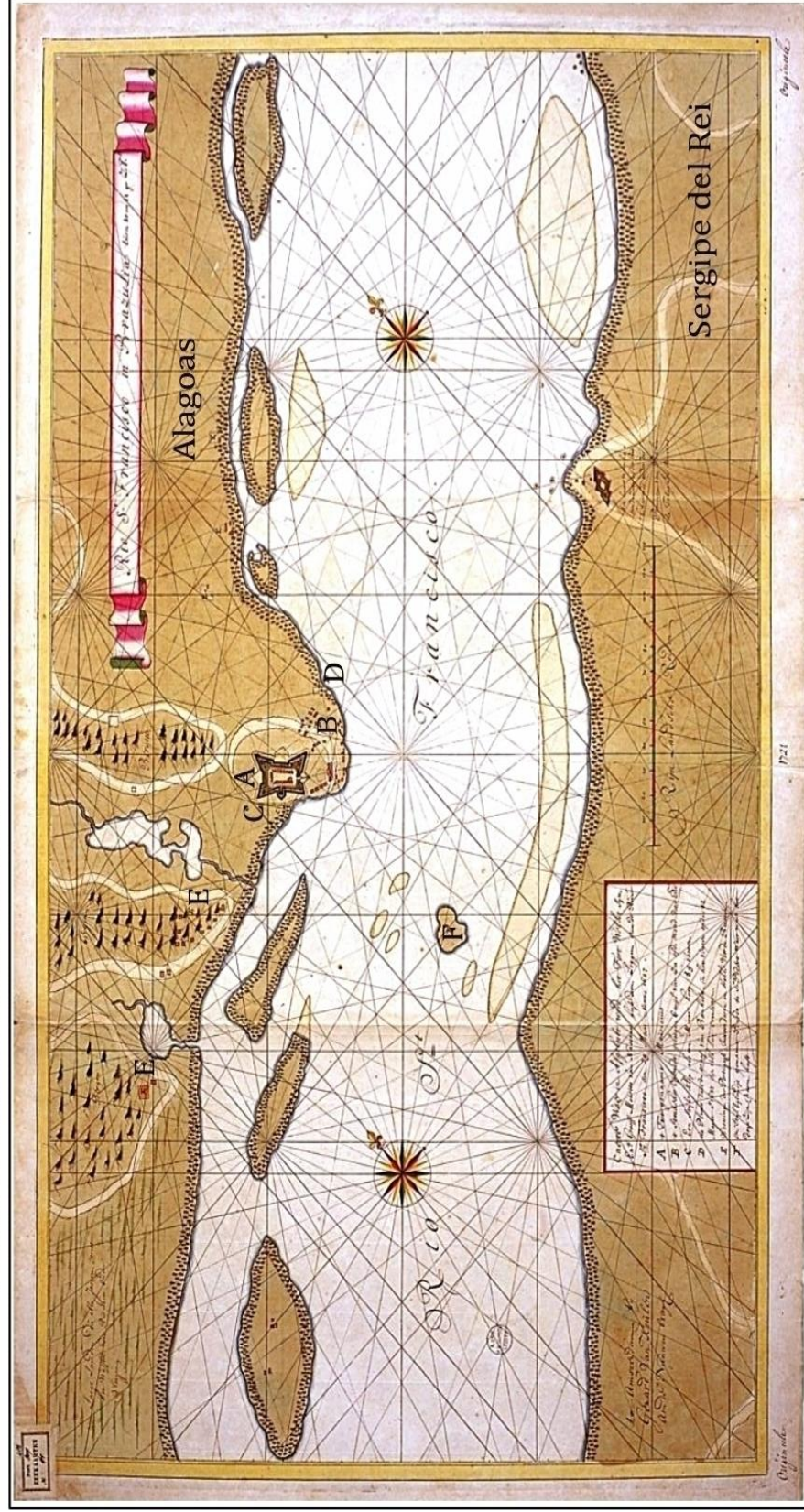
O derradeiro clamor pela insurreição contra a invasão flamenga tem início em 1645, marcado pela conquista do forte holandês do Rio Real. No mesmo ano a cidade de São Cristóvão é retomada¹⁸⁸, assim como toda a extensão territorial até o Forte Maurício, no Rio São Francisco. Devido às dificuldades impostas pelas tropas portuguesas, dois anos depois os holandeses abandonam definitivamente a região.

¹⁸⁷ SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol. I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980.

¹⁸⁸ SEBRÃO, Sobrinho. **Fragmentos da História de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1972.

Figura 09 – Forte Holandês localizado na divisa entre Alagoas-Sergipe (1721)

FORTE MAURÍCIO NA DIVISA DE ALAGOAS E SERGIPE



- Legenda:**
- A. Forte Maurício
 - B. Cidade de Openeda (Penedo)
 - C. Rochedo com 89 pés de altura
 - D. Transferência da cidade durante a guerra
 - E. Residências e estábulo
 - F. Ilha de Penedo de São Pedro

Fonte: BUVE, Raymond, 2011, p. 19. Mapa da Coleção Bodel Nijenhuis, da Biblioteca da Universidade de Leiden.
Adaptado: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

O legado holandês deixado em terras sergipanas ao longo dos oito anos de ocupação não é nada substancial. O florescimento econômico – especialmente com a produção açucareira – e urbano que São Cristóvão aspirava no começo do século XVII foi exterminado com a chegada dos holandeses. Estes últimos fizeram o levantamento e reconhecimento das regiões interioranas na procura por metais preciosos, sendo este talvez o único mérito dos flamengos instalados na região. Porém as buscas foram em vão, já que “[...] inúmeros cavaram e vários sítios não revelaram prata ou metal importante”¹⁸⁹. Outro efeito decorrente do período holandês é o gérmen de revolta cravejado no espírito da população sergipana após longos anos de destruição e martírio¹⁹⁰. Tal rebeldia manifestar-se-á anos depois, nos seguidos conflitos entre colonos e agentes do poder metropolitano português¹⁹¹.

Findada a tentativa frustrada de domínio holandês, algumas particularidades em relação à colonização portuguesa são patentes. Procedentes de uma sociedade eminentemente industrial, pesquisadora, artística e urbana, os neerlandeses empenharam-se em imprimir suas características no nordeste brasileiro, buscando adequar sua concepção urbana à organização econômica rural brasileira. Contudo, acredita-se que não foi a incompatibilidade com regiões tropicais e a inabilidade para miscigenação que levaram ao fracasso da experiência holandesa¹⁹². Parece-nos um tanto rudimentar e determinista tal interpretação, por não levar em conta as técnicas e a capacidade transformadora que auxiliaram na adaptação das condições adversas aos povos do norte europeu¹⁹³. Os motivos que realmente podem ter levado ao término desta empreitada, provavelmente estão associados às mudanças na política de Amsterdã e a fatores econômicos¹⁹⁴, do que propriamente a

¹⁸⁹ BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau**. Rio de Janeiro: Edição do Ministério da Educação, 1940.

¹⁹⁰ FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 132.

¹⁹¹ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006, p. 98.

¹⁹² HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 75.

¹⁹³ RODRIGUES, José Honório e RIBEIRO, Joaquim. **Civilização Holandesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940.

¹⁹⁴ BOXER, Charles Ralph **Os Holandeses no Brasil (1624-164)**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961.

inflexibilidade batava. Além disso, o interesse dos holandeses em se apossar do Brasil era, principalmente, econômico e não estabelecer uma colônia de povoamento¹⁹⁵.

2.4 RETOMADA E RECONSTRUÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO: AS BASES DA CAPITAL DA PROVÍNCIA

Três dúzias de casebres remendados,
Seis becos de mentrastos entupidos
Quinze soldados rotos e despidos
Doze porcos na praça bem criados.

Dois conventos, seis frades, três letrados
Um juiz com bigodes sem ouvidos
Três presos de piolhos carcomidos
Por comer dois meirinhos esfaimados.

As damas com sapato de baeta
Palmilha de tamanca como frade
Saia de chita, cinta de raquete.

O feijão que só faz ventosidade
Farinha de pipoca, pão de greta
De Sergipe dei Rei esta é a cidade.

(Gregório de Matos. Descrição da cidade de Sergipe Del Rey no séc. XVII)

Dentre as principais razões que levaram à restauração da coroa portuguesa, estão a própria política catastrófica espanhola, sob o comando do Conde Duque de Olivares¹⁹⁶. A insatisfação dos portugueses com o governo da Espanha era colossal e o Sebastianismo¹⁹⁷, que havia servido de consolo para suportar a miséria das massas ao longo dos anos da dominação filipina, surge como impulso da

¹⁹⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial**, v.1 – Do Descobrimento a Expansão Territorial. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1972, p.235-253.

¹⁹⁶ Don Gaspar de Guzmán (1587-1645), conhecido como Conde Duque de Olivares, foi Ministro Conselheiro de Felipe IV e gerenciou também os negócios no Brasil, durante a reconquista da Bahia.

¹⁹⁷ Movimento profético que surge em Portugal no final do século XV em consequência da morte de D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578. Evidentemente uma invenção literária imaginada por Luiz Vaz de Camões, o corpo de D. Sebastião foi sepultado em Alcácer e entregue ao governador português em Celta, poucos meses depois. Como evidenciado por Ricardo E. dos Santos (1993, p. 20), em seus estudos.

restauração. Levada a cabo por um grupo de conspiradores formado por nobres e letrados, a restauração é consumada em 1640, quando o Duque de Bragança assume o reinado como Dom João VI¹⁹⁸. No Brasil, não houve grandes repercussões dessas mudanças, senão uma preocupação das autoridades coloniais em manterem seus postos¹⁹⁹. Assentada em interesses pessoais, a reação das autoridades seguiu o ditado: “rei morto, rei posto, viva o rei”. Coadjuvaram para a celeridade do processo e a ausência de objeções o entendimento de que este fato colocaria um ponto final em conflitos internacionais existentes.

Mesmo findados os conflitos com os holandeses o ritmo de expansão manteve-se cadenciado devido à escassez de recursos e à subordinação de Sergipe à Capitania da Bahia. Houve, contudo, uma mudança no pensamento urbano que não era mais tão subserviente aos cuidados defensivos. Com a decadência da dominação portuguesa no oriente o Brasil surge como o grande sustentador da economia lusitana. Essa nova etapa da vida econômica sergipana assistiu a um surto da cultura do fumo e da farinha de mandioca até meados do século XVI, entretanto a pecuária persistiu como principal elemento da econômica local neste íterim²⁰⁰.

Uma característica do período pós-invasão holandesa são as constantes disputas entre poderes locais de Sergipe e os interesses reproduzidos pela autarquia baiana. Nem mesmo a criação da Comarca de Sergipe (1696)²⁰¹ foi suficiente para apaziguar os ânimos deste conflito. Outro elemento marcante do governo local foi a caça aos escravos fugidos, pois havia um amplo esforço de recompor a economia colonial, fato que culminou na expansão pelo interior da capitania.

Os versos apresentados no início deste subitem escritos por Gregório de Matos ajuda-nos a imaginar a realidade de São Cristóvão, com toda a singeleza da vida característica das povoações afastadas dos grandes centros coloniais.

¹⁹⁸ SANTOS, Ricardo Evaristo. **El Brasil Filipino**: 60 años de presencia española en Brasil – 1580-1640. Madri: Editora MAPFRE, 1993.

¹⁹⁹ WRIGHT, Antônia Fernanda e MELLO, Astrogildo Rodrigues de. O Brasil no período dos Filipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial**, v.1 – Do Descobrimento a Expansão Territorial. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1972, p.176-189.

²⁰⁰ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

²⁰¹ OLIVA, Terezinha Alves. Estruturas de Poder. In: DINIZ, Diana Maria faro Leal. (coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/Banese, 1991.

Corolária à imagem literária criada, esta introspeção é suplementada pelas palavras de Gonçalo Soares Franca, escritas algum tempo depois, na qual são perceptíveis algumas mudanças sofridas. Vale destacar que a simplicidade mencionada relaciona-se também com a delonga da integração de São Cristóvão na economia açucareira²⁰².

Dez dúzias de casebres remendados
Seis becos com mentrastos entupidos
Trinta soldados rotos e despidos
Cinco igrejas, dez frades, três letrados.

Seis curados sem curas amancebados
Um juiz com bigodes sem ouvidos
Doze presos de piolhos carcomidos
E dois meirinhos por comer cansados.

Mulatas com capote de baeta
Palmilhas de tamanco, como frades
Saia de chita, cintas de raqueta.

Muito feijão que faz ventosidade
Muito enredo, trapassa, embuste, treta
De Sergipe Del Rei é a cidade.

(Gonçalo Soares Franca. Descrição de Sergipe Del Rey no séc. XVII)

Na centúria em questão, destaca-se a construção de edificações religiosas de elevada distinção que serão enunciadas resumidamente, ao lado de um casario modesto, exceto em alguns casos pontuais. Um dos primeiros edifícios erguidos, a fundação da Santa Casa de Misericórdia não possui uma data reconhecida, tendo sua construção sido realizada provavelmente entre os anos de 1607 e 1626. Ao longo dos séculos a Santa Casa notabilizou-se enquanto instituição multifuncional ao apropriar-se do papel de capela, hospital e banco²⁰³.

²⁰² ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos**: autonomia, poder e cultura política na construção do império brasileiro. Sergipe (1750-1831). 2011. 373 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011.

²⁰³ TELLES, Augusto Silva. São Cristóvão: Urbanismo e Arquitetura. In: GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra- Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2006, p. 93-105.; FRAGATA, Thiago. Memória da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE. **Revista do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe**, n. 1, 2011.

É provável que o formato e a posição final da Igreja de Nossa Senhora das Vitórias (Matriz), edificada antes de 1637, seja resultado de sua reconstrução, devido aos conflitos bélicos que atormentaram o povoado. Originalmente erguida por ordem do Rei da Espanha, a Matriz manteve o brasão de armas dos Filipes até sua reedificação em 1840²⁰⁴. Sobre o Convento e Igreja de São Francisco, tem-se notícia deste logo no início da segunda metade do seiscentos, quando foi determinada a sua fundação. A princípio foi erguido um recolhimento e uma singela igreja no sítio escolhido pelos religiosos, onde apenas trinta anos depois, em 1693, seria lançada a pedra fundamental do Convento. A obra somente atingiu desenvolvimento pertinente no século XVIII, sendo que sua principal consequência foi a demarcação do eixo fundamental da composição urbana, composta pelo avantajado espaço aberto, que hoje é a Praça São Francisco.

Para além do Convento de São Francisco e da Santa Casa de Misericórdia, a constituição do conjunto arquitetônico da Praça São Francisco se deu com o levantamento do Palácio Provincial – hoje Museu Histórico de Sergipe – no primeiro quartel do século XIX²⁰⁵. Assim, a composição urbanística da cidade se desenvolveu a partir da ligação direta da Praça São Francisco com a Praça da Matriz²⁰⁶. Tal importância foi dividida e relativizada com a construção do Convento do Carmo, na virada para o século XVIII. A capela do Convento, também conhecida como Igreja Senhor dos Passos devido à devoção ao Senhor dos Passos, foi ampliada a partir de 1739, mesmo ano da criação da Ordem Terceira do Carmo. A constituição do largo no frontispício do Convento encerrou a composição do terceiro vértice do triângulo formado pelo Convento de São Francisco, o Convento do Carmo e a Matriz, coadjuvados por outras edificações religiosas e civis.

Ainda no final do século XVII tem-se o início da construção da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, pela Irmandade do Amparo dos Homens Pardos. Já em 1746 é erguida pelos jesuítas a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

²⁰⁴ SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol. I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980.

²⁰⁵ O Palácio Residencial dos Presidentes da Província de Sergipe, também conhecido como Palácio Imperial, foi construído segundo a forma atual em 1825, localizado na Praça de São Francisco, que segundo Simas Filho (1980) foi denominada de Largo do Palácio durante algum tempo.

²⁰⁶ Ibidem.

Sua localização possibilitou um novo eixo de crescimento, num prolongamento do eixo urbanístico principal, acompanhando o traçado da topografia local²⁰⁷.

Com o princípio da produção de algodão e, principalmente, de açúcar no século XVIII, houve uma expansão da economia local. A existência de engenhos voltados para a cultura da cana-de-açúcar estimulou a edificação de alguns casarões e sobrados em São Cristóvão. Com um crescimento exponencial, estima-se que em 1724 a cidade tenha atingido o número de 450 fogos, sendo que em toda região eram encontrados 32 engenhos de açúcar²⁰⁸. Como pode ser verificado na Quadro 02 no caminhar para o fim do século XVIII há uma expansão da economia canavieira na capitania, atingindo um desenvolvimento expressivo no início do século seguinte. Ainda na primeira metade do setecentos há uma expansão significativa da área urbana de São Cristóvão que ocorre no sentido oeste, em direção à futura cidade baixa, tradicional zona de chegada e saída de mercadorias.

Por volta da metade do século XVIII, São Cristóvão encontrava-se com mil e quinhentos habitantes na área urbana e cerca de cinco mil habitantes em toda a freguesia. O desenvolvimento do lugarejo seguia os edifícios religiosos como pontos nucleares de povoamento e expansão urbana, concentrados nas cercanias dos conventos, igrejas e capelas. Ao fim deste século as principais construções religiosas do povoado estavam terminadas e os estragos da guerra haviam sido recuperados. Na virada para o século XIX, a cidade alta havia atingido pleno desenvolvimento, mantendo mormente funções administrativas, religiosas e residenciais, ficando em segundo plano as atividades comerciais. Algumas medidas progressistas foram suscitadas em São Cristóvão pela chegada da Corte Real Portuguesa no Brasil (1808), como a criação do correio terrestre em 1815, que procedia da Bahia todo dia primeiro de cada mês²⁰⁹.

²⁰⁷ SILVA, Andrea Costa Romão. O Processo de Formação das Cidades Históricas: o Caso do Centro Histórico de São Cristóvão (SE). In: XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - XI SHCU, 2010, Vitória. **Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Vitória, 2010.

²⁰⁸ SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol. I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980.

²⁰⁹ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

Quadro 02. Evolução do número de engenhos na capitania de Sergipe	
Ano	Número de Engenhos
1756	46
1798	140
1802	146
1807	148
1808	114
1809	200
1817	300

Fonte: MOTT, 1986; VILHENA, 1987.
Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

Em 1820, atendendo o antigo anseio sergipano em cessar a influência da Capitania da Bahia, o Rei D. João IV eleva Sergipe a categoria de capitania independente. No entanto, tal resolução entraria em vigor somente em 1823, um ano após a independência do Brasil²¹⁰. A emancipação impôs modificações de ordem política que permitiram o progresso da capitania ao conservar a posição de São Cristóvão enquanto capital da recém criada província, além de elevá-la à categoria de cidade.

Na ocasião da elevação de São Cristóvão a categoria de cidade houve a consequente organização da administração pública com relação à limpeza e manutenção de prédios e espaços públicos²¹¹. Outro desdobramento deste período foi o deslocamento da zona de expansão para a cidade baixa, que passou a apresentar áreas de comércio e moradia, sobretudo, nas imediações do Rio Paramopama onde se encontravam os portos da cidade.

Ocorre no ano de 1836, sob ordem da Câmara Municipal de São Cristóvão, a divisão do território municipal em doze distritos, sendo dois referentes a área urbana e o restante a zona interiorana. Nas décadas subsequentes os engenheiros encarregados da Província de Sergipe ocuparam-se com projetos que atingiam as vias de comunicação, a iluminação pública, as pontes que ligavam diferentes áreas

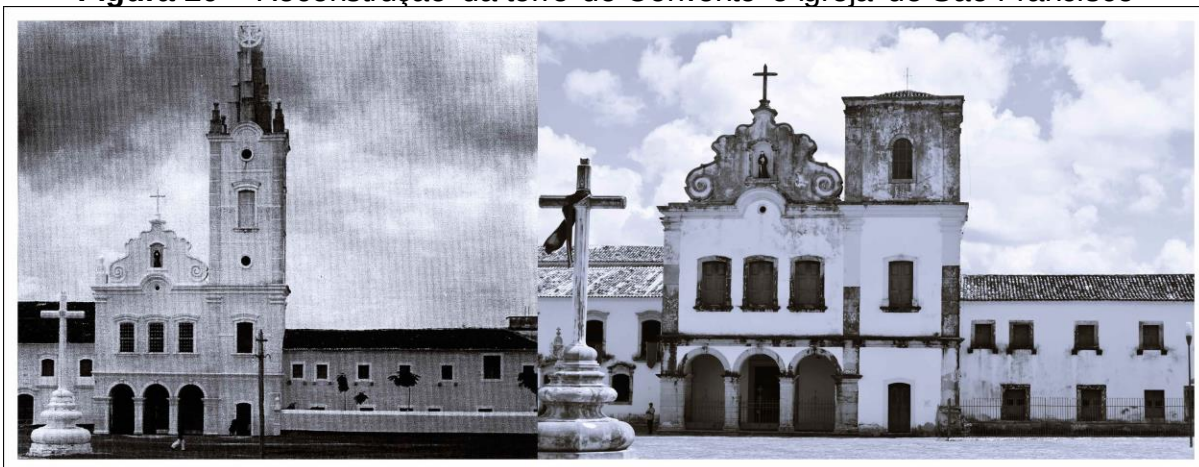
²¹⁰ FREIRE. Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.

²¹¹ SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol. I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980.

da cidade, a disposição das habitações e a tortuosidade das ruas²¹². Nessa lógica, foram arquitetados copiosos melhoramentos urbanos – até mesmo alguns que buscavam o embelezamento da cidade –, que em sua maioria encontravam dificuldades na insuficiência de recursos financeiros.

Impõe-se a menção a uma importante obra realizada no ano de 1849 na torre do Convento de São Francisco. Sob a orientação do Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros da província de Sergipe, Sebastião José Basílio Pirro, que averigua em vistoria que o material de composição da torre estava decomposto e correndo sério risco de desmoronamento. Durante este período a torre foi destruída e reconstruída, voltando a ser reedificada em estilo neoclássico na década de 1930. Contudo quatro anos após a reconstrução, em vistoria realizada pelo SPHAN a torre é considerada totalmente inadequada ao conjunto sendo desfeita novamente. A torre ficou por muitos anos inacabada até que em 1962 a mesma é enfim restaurada em seu aspecto atual (Figura 10). Outra importante iniciativa tomada nesta década foi a organização de uma comunicação adequada entre as cidades alta e baixa por meio de ladeiras que interligavam a Praça de São Francisco à zona da Praça do Comércio.

Figura 10 – Reconstrução da torre do Convento e Igreja de São Francisco



Fonte: Figura à esquerda: Arquivo do IPHAN, 1938; Figura à direita: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

Anteriormente à derradeira mudança da capital para Aracaju, a cidade passou por benfeitorias no sistema de abastecimento de água – com a inauguração de fontes públicas – e, ainda, nos principais portos de embarque e desembarque fluvial.

²¹² SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol. I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980.

Devido ao crescente fluxo de mercadorias e pessoas nos portos da cidade baixa, a zona próxima o rio Paramopama verificou um desenvolvimento urbano promissor na metade do século XIX que seria encerrado com a fundação da nova capital.

2.5 A CIDADE DIVIDIDA: MUDANÇA DA CAPITAL E A CHEGADA DAS FÁBRICAS DE TECIDO E DA VIA FÉRREA

Consumada em 17 de março de 1855, a mudança da capital para as ermas praias do povoado de Santo Antônio do Aracaju, na barra do rio Cotinguiba, se deu em razões de ordem geográfica e econômica²¹³. O Brasil passava neste período por intensas transformações acarretadas pela abolição do tráfico de escravos, ao mesmo tempo que introduziam-se as bases para a industrialização e para o transporte ferroviário²¹⁴. Ou seja, há um rearranjo socioespacial e econômico inerente às novas exigências do capital. Ordenada sua construção pelo então Presidente da Província de Sergipe, Inácio Joaquim Barbosa, a transferência da capital significou a vitória dos produtores de açúcar do rio Cotinguiba sobre aqueles que se localizavam no vale do rio Vaza-Barris. A prosperidade econômica alcançada por Laranjeiras, localizada no centro do Vale do Cotinguiba, a tornou um núcleo de grande importância na região, evidenciando a necessidade de construção de um porto para o escoamento de sua produção.

A derradeira mudança não ocorreu sem protestos²¹⁵ da população local e contou, ainda, com fortes aspirações da elite que cobiçava possuir uma nova capital que atendesse às necessidades de uma província em desenvolvimento²¹⁶. Planejada e construída, inicialmente, pelo mesmo ex-Diretor de Obras Públicas da

²¹³ SILVA, José Calasans Brandão. Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe. In: **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: Governo de Sergipe, FUNDESC, 1992.

²¹⁴ OLIVA, Terezinha Alves. Estruturas de Poder. In: DINIZ, Diana Maria Faro Leal. (coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/Banese, 1991.

²¹⁵ Deste episódio que surge a figura folclórica de João Bebe-Água. Registrado com o nome de João Nepomuceno Borges, sua escolaridade é desconhecida, porém sabe-se que exerceu grande representatividade na sociedade da época, além de ocupar cargos públicos na cidade de São Cristóvão. Teria arrebanhado quatrocentos homens em manifestação enérgica contra a mudança da capital para Aracaju. Ao que se parece nunca entregou-se ao sonho de ver o retorno da capital para São Cristóvão, tampouco, em nenhuma circunstância até a sua morte, se propôs a ir conhecer a nova capital que se desenvolvia em Aracaju.

²¹⁶ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II: (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

antiga capital, José Basílio Pirro, um projeto modernizador foi implantado largamente nas primeiras décadas do século XX em Aracaju. A antiga capital passa por um processo de esvaziamento e abandono como parte intrínseca da destituição de suas funções político-administrativas, econômicas e sociais.

Após algum tempo de acentuado declínio surge uma nova etapa na evolução urbana de São Cristóvão com a inauguração da fábrica de tecidos em 1914 e a chegada dos trilhos da estrada de ferro três anos antes. Um notável crescimento ocorre neste momento na cidade baixa, pois a cidade alta encontrava-se consolidada com prestigiadas edificações religiosas além de exemplares consideráveis da arquitetura civil, erudita e vernácula²¹⁷.

A partir do relato contido no romance operário *Cacau* de Jorge Amado²¹⁸, somos transportados para a São Cristóvão dessa época, por meio do refinamento poético e da bagagem sentimental do autor:

A cidade subia pelas ladeiras e parava lá em cima, bem junto ao imenso convento. Olhando do alto, via-se a fábrica, ao pé do monte pelo qual se enroscava a cidade como uma cobra de uma só cabeça e inúmeros corpos. Talvez não fosse bela a velha São Cristóvão, ex-capital do Estado, mas era pitoresca, pejada de casas coloniais, um silêncio de fim de mundo, as igrejas e os conventos a abafarem a alegria das quinhentas operárias que fiavam na fábrica de tecidos.

[...] Ao lado da nossa casa ficava o ex-palácio do governo, quase a cair, transformado em quartel onde alguns soldados habitavam, sujos e preguiçosos. [...] Mais adiante, o convento de São Francisco, tão grande, tão silencioso, que eu nunca consegui vê-lo sem um certo receio.

[...] As casas, todas antiquadas e atijoladas, estendiam-se pela praça do convento e equilibravam-se pelas ladeiras²¹⁹.

A inauguração de um avantajado empreendimento industrial, como foi o da fábrica de tecidos, revigorou São Cristóvão e resultou na geração de um grande número de empregos diretos e indiretos, além de uma Vila Operária, que concentrou atividades e constituiu um foco de expansão da cidade baixa. O advento da estrada

²¹⁷ SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol. I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980.

²¹⁸ O renomado escritor baiano (1912-2001) passou parte de sua infância em meio a alguns municípios sergipanos, do qual São Cristóvão recebeu o devido destaque. O segundo romance do autor traz à luz a São Cristóvão do começo da década de 1930, revelando elementos marcantes do cotidiano operário na cidade.

²¹⁹ AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Martins, 1934, p. 4-5.

de ferro estabeleceu uma correspondência direta e relativamente rápida com a capital Aracaju e toda a malha ferroviária do estado da Bahia. Tais transformações abriram novos horizontes com o intenso fluxo de pessoas e mercadorias ante a um cenário prévio de relativo isolamento.

Na primeira quinzena do século XX a expansão da indústria de tecido alcança todo o estado de Sergipe, que conta com um total de oito fábricas. O aperfeiçoamento das técnicas viria a aumentar ainda mais este número que, entretanto, se tornaria insuficiente para superar a formação de carteis dos grandes produtores nacionais. Nesta fase a região Nordeste deixa definitivamente sua posição de destaque nacional em face da ascendência política e econômica do sul do país que usufruía das vantagens mercadológicas do café, fato que proporcionou o crescimento do parque industrial nesta região.

Outro elemento que demonstra a expansão das relações capitalistas na produção industrial e agrícola de Sergipe foi a modernização da produção açucareira por meio da implantação de usinas. Neste contexto, Sergipe é inserido no quadro nacional e internacional do comércio açucareiro. As primeiras décadas deste século repercutem na delimitação do quadro econômico regional por muitas décadas. Sergipe se torna neste momento o estado nordestino com maior número de usinas (Tabela 02), embora Pernambuco prevaleça vigorosamente como o maior produtor de açúcar.

Tabela 02 - Número de Usinas no Nordeste 1910-1920		
Estados	1910	1920
Alagoas	06	15
Bahia	07	22
Paraíba	05	02
Pernambuco	46	54
Rio Grande do Norte	04	03
Sergipe	62	70
Total	130	166

Fonte: ANDRADE, 1964, p. 111.
Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

A conjuntura apresentada favoreceu um pequeno surto industrial na cidade de São Cristóvão, que influenciou também o crescimento populacional, chegando a atingir 18 mil habitantes em 1920. Houve deslocamentos e reorganizações nas estruturas do município, na sua configuração urbana e na organização social da cidade. Verificou-se neste período a instauração de “novas referências sociais, estéticas, comerciais, novos espaços são criados, as arquiteturas ferroviárias introduziram estruturas jamais vistas: grandes galpões, estações, oficinas, conjuntos habitacionais [...]”²²⁰.

O eixo de interesse comercial foi acentuado na cidade baixa com a instalação da Companhia Industrial de São Cristóvão, da Estação Ferroviária e de depósitos comerciais. Conjuntamente com a Vila Operária, o Mercado e os portos, a cidade baixa aflora não mais como um arrabalde, mas como um local de afluência e de extrema relevância. As mudanças mencionadas acima ajudaram a consolidar uma estrutura dialética na vida urbana sancristovense, entre a cidade tradicional com seus importantes monumentos e a cidade baixa, voltada para a indústria, a ferrovia e as atividades comerciais.

Perante à época em questão, é compulsória a menção da inauguração do Cristo Redentor de São Cristóvão em 1926, provavelmente o primeiro do tipo no Brasil²²¹. De autoria do escultor italiano Bellando Bellandi a estátua está localizada no ponto mais elevado da cidade, no cume do Morro de São Gonçalo.

Coincidentemente próxima à inauguração do Cristo Redentor estreia-se também o interesse pelo patrimônio sergipano, sobretudo os bens arquitetônicos localizados na cidade de São Cristóvão. Incentivado pela percepção de alguns intelectuais modernistas que estavam preocupados com o resgate artístico e com o

²²⁰ GALVÃO JUNIOR, José Lima. Análise da Evolução Morfológica do Espaço Urbano. In: GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra- Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2006, p. 87.

²²¹ O Cristo Redentor da cidade Rio de Janeiro é considerado o mais famoso do Brasil, além de ter sido eleito pela UNESCO numa votação informal como uma das novas sete maravilhas do mundo. A ideia de sua construção remonta ao século XIX, porém somente na década de 1920 foi elaborado o projeto, sendo sua inauguração realizada em 12 de outubro de 1931. HISTÓRIA do Cristo Redentor. Disponível em: <<https://cristoredentoroficial.com.br>>, Acesso em: 15 de junho de 2016.

passado desconhecido do país e sua herança barroca, que serão tombadas²²² uma série de cidades brasileiras depois da década de 1930.

À medida que já se observava um crescente cuidado com algumas edificações da “cidade tradicional”, sobre o outeiro, especialmente com a realização de obras de reparo e recuperação, assistiu-se ao surgimento de uma nova era que viria com a inscrição da cidade como monumento.

2.6 RÉQUIEM OU RESSURGIMENTO: A INSCRIÇÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL E DA HUMANIDADE

A partir de uma crescente mundial no interesse e nas práticas de salvaguarda pelo patrimônio – que tem origem em meados do século XIX – é publicado o conjunto de documentos conhecido como Carta de Atenas, escritos na década de 1930. Esse movimento de valorização do patrimônio que seria consagrado no âmbito universal com a Carta de Veneza (1964), ocorre no período entre guerras, potencializado pelo Movimento Modernista. Os percalços relativos à legitimação do patrimônio foram peculiares em cada país, ainda que contido numa evolução global de concepções a começar pelo monumento e seu entorno, perpassando pelo centro histórico, a cidade histórica, os espaços rurais e o território nacional como um todo²²³.

As práticas patrimoniais no Brasil emergem por meio de ações do Estado durante a República Velha e são direcionadas no sentido de implementar uma ideia de nação. Voltadas para uma concepção oficial de cultura e marcadas pelo contexto de convulsão política e cultural que culminou na Revolução de 1930, o debate girava em torno do pensamento do Brasil como nação e sua identidade nacional e cultural. Por conseguinte, é idealizado, sob as aspirações modernistas postuladas na Semana de Arte Moderna de 1922, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

²²² Segundo o IPHAN: “O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias”. IPHAN. **Bens Tombados**. 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>, Acesso em: 19 de junho de 2016.

²²³ CAPEL, Horacio. **Patrimonio: la construcción del pasado y del futuro**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2014.

Nacional²²⁴ (SPHAN). A relação dos modernistas com a concepção do patrimônio nacional verifica-se desde o anteprojeto do SPHAN feito por Mário de Andrade perante solicitação do então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Ao conduzir o foco para as cidades coloniais, os modernistas acreditavam que estas poderiam representar um passado legítimo e expressivo da cultura brasileira²²⁵.

Similarmente ao sucedido em outros países, no Brasil, as políticas de preservação objetivaram o fortalecimento de uma imagem política e cultural específica. A escolha dos bens culturais que viriam a compor o patrimônio cultural durante muitas décadas, de um modo geral, foram antepostos por sua inclinação em demonstrar a história oficial como resumo da tradição, da memória e da identidade nacional. Sobretudo, desde sua criação até a década de 1980 os órgãos responsáveis pelo patrimônio no país retificaram poderes políticos, religiosos e militares, deixando à margem numerosos grupos de minorias étnicas e culturais²²⁶. Alguns autores afirmam ainda que prevaleceram neste período tombamentos que estão extremamente relacionados à etnia branca, às classes dominantes, à Igreja Católica e às edificações emblemáticas do poder estatal²²⁷.

Ao tomar por base a conjuntura descrita acima, o estado de Sergipe não fugiu das características apresentadas. Logo após a criação do SPHAN são visitadas diversas cidades em todo Brasil, dentre elas São Cristóvão, que recebeu Rodrigo Melo Franco de Andrade – diretor do recém criado SPHAN. Com início no prognóstico realizado que germina-se a intenção de elevar a cidade a monumento estadual, ficando encarregado dessa laboriosa tarefa José Calasans Brandão da Silva. Representante do SPHAN em Sergipe e responsável pela elaboração textual

²²⁴ Foi a primeira denominação do órgão federal responsável pela proteção ao patrimônio cultural no Brasil, hoje nomeado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No mesmo ano de sua criação, em 1937, foi regulamentado o ato de tombamento de bens móveis e imóveis, tendo o SPHAN como órgão encarregado dessa política. Funcionou com esta nomenclatura e estrutura de 1937 a 1946.

²²⁵ LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª Ed. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007, p. 47-60.

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ FALCÃO, Joaquim. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. IN: MICELLI, Sergio. (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984, p. 24-55.; FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: **Cultura e Memória:** Perspectivas da Administração Pública Brasileira Hoje. Brasília: Cadernos ENAP, vol. 1, n. 2, 1993.; FONSECA, Maria Cecília Lourdes. **O patrimônio em processo:** trajetória política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN-MINC, 1997.

dos tombamentos, José C. B. da Silva atinge seu objetivo com o decreto lei nº 94 de 22 de junho de 1938, no qual São Cristóvão é considerado “monumento histórico” a nível estadual.

Este ato pioneiro, apenas um ano após a criação do órgão nacional do patrimônio, viabilizou a realização de algumas obras de restauração e reparo em determinadas edificações que estavam em estado precário, que foi o caso do Convento e Igreja de São Francisco e do Palácio dos Governadores. Neste momento, são realizados os estudos para a inscrição a nível federal de diversos bens (Quadro 03) segundo os critérios vigentes na ocasião do tombamento.

Quadro 03 - Bens Tombados Pelo IPHAN em São Cristóvão			
	Nome	Classificação	Ano de inscrição
1	Convento e Igreja de Santa Cruz (São Francisco)	Edificação e Acervo	1941
2	Igreja Matriz Nossa Senhora das Vitórias	Edificação e Acervo	1943
3	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Edificação e Acervo	1943
4	Convento e Igreja do Carmo	Edificação e Acervo	1943
5	Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição	Conjunto Rural	1943
6	Igreja da Ordem Terceira do Carmo	Edificação e Acervo	1943
7	Sobrado à rua Castro Alves, 2	Edificação	1943
8	Sobrado à rua da Matriz, com balcão corrido	Edificação	1943
9	Sobrado à rua das flores	Edificação	1943
10	Igreja e Santa Casa da Misericórdia	Edificação e Acervo	1944
11	Igreja de Nossa Senhora do Amparo	Edificação e Acervo	1962
12	São Cristóvão: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	Conjunto Urbano	1967/2014

Fonte: IPHAN, 2016²²⁸. Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

Em 1941 é instalada a Companhia Industrial de São Gonçalo, a segunda fábrica têxtil da cidade. A atividade industrial ocupava posição de destaque na composição econômica da cidade e de todo o estado de Sergipe, conjuntamente com a agricultura e a pecuária. Em meados do século XX, o perímetro urbano de

²²⁸ Dados retirados do site do IPHAN e atualizados em 11 de maio de 2016. IPHAN. **Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento**, 2016. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_atualizada_11_05_2016.pdf >, Acesso em: 15 de junho de 2016.

São Cristóvão possuía de 6 a 7 mil pessoas, sendo todo o município habitado por 17.359 moradores. Nesta altura a cidade já dispunha de serviço de água encanada, além de energia e iluminação pública, que provia as fábricas e residências locais²²⁹.

No final da década de 1950 o Governador de Sergipe, Luiz Garcia, cria o Museu de Sergipe, atual Museu Histórico de Sergipe, situado no antigo Palácio Provincial. Até este momento a cidade havia se desenvolvido regularmente, apresentando duas fábricas de tecido, algumas usinas de açúcar e múltiplos estabelecimentos industriais de menor porte²³⁰. Este cenário modificar-se-á radicalmente a partir dos anos 1960, com o encerramento dos serviços das duas indústrias têxteis, levando à perda da capacidade de geração de empregos e renda no município.

Os anos que se decorreram após o fechamento das fábricas são determinantes para a atual configuração de São Cristóvão, marcada pela presença de dois grandes núcleos urbanos: a sede do município, que como foi visto compreende a cidade alta e a cidade baixa; e a região chamada de Grande Rosa Elze, zona limítrofe com a capital, situada a 14 km da sede do município. A ostensiva decadência econômica que a cidade passa no final dos anos 1960 é agravada pela deficiência da estrutura administrativa municipal que não consegue mais responder às demandas sociais por serviços públicos básicos²³¹.

Num contexto socioeconômico totalmente desfavorável é imposta em São Cristóvão uma política habitacional que acaba por gerar toda uma rede de serviços públicos em uma nova área de ocupação. O êxodo de uma parcela da população em busca de melhores condições de vida é notável, subjugando economicamente a cidade a outras regiões com maior dinâmica, quadro em que Aracaju surge como principal representante. O crescimento populacional e o grande déficit habitacional existentes na capital levaram à ocupação desta área de São Cristóvão denominada

²²⁹ SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol. I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ SANTANA, Marcos Antônio de Azevedo. **São Cristóvão e o Grande Rosa Elze: o desafio da governança de duas cidades num só município**. São Cristóvão, 2 de maio de 2012. Disponível em: <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2012/05/sao-cristovao-e-o-grande-rosa-elze-o.html>> Acesso em: 29 de junho de 2016.

Grande Rosa Elze e ao deslocamento de grandes contingentes da população de baixa renda para esta zona.

Ao mesmo tempo que loteamentos eram construídos neste sítio longínquo da sede, a recém criada Universidade Federal de Sergipe passou a adquirir propriedades contíguas aos terrenos preparados. Cabe lembrar que já havia no Estado uma tradição pelo ensino superior quando foi criada a Universidade Federal de Sergipe em 1967²³². Na área adquirida pela UFS foi construído e inaugurado no início dos anos 1980 o Campus Universitário José Aloísio de Campos, seis quilômetros a oeste do centro de Aracaju²³³, uma nova centralidade de São Cristóvão que intensificou o adensamento desta área de expansão.

Um ano após o início do funcionamento do Campus Universitário o Governo Estadual aprovou uma lei que estabeleceu a Região da Grande Aracaju, a qual São Cristóvão passou a pertencer. Sob a égide desta nova legislação são executados programas de construção de conjuntos habitacionais no Grande Rosa Elze. Nos primeiros anos da década de 1980 é inaugurado o conjunto habitacional Eduardo Gomes, que sozinho possuía três mil e quinhentas habitações²³⁴, além de inúmeros outros conglomerados de moradias sociais construídas por meio da Companhia de Habitação - COHAB²³⁵. Por intermédio da formação de diversos conjuntos, loteamentos e condomínios esta área transformou-se, basicamente, em uma zona de migração pendular e núcleo dormitório de Aracaju. A relação de dependência da região com a capital se deu de tal maneira que até 1985 não havia ligação com a sede, quando foi realizada a obra da Rodovia João Bebe-Água (SE-212).

O deslocamento de grandes contingentes para São Cristóvão provocou uma expansão populacional expressiva na década de 1980 (Gráfico 01). A cidade que até

²³² UNIVERSIDADE Federal de Sergipe: Uma experiência em marcha de reforma e integração universitária. **Revista Brasil Universitário**: Anais Científicos, São Paulo, ano 27, n. 84, 1972.

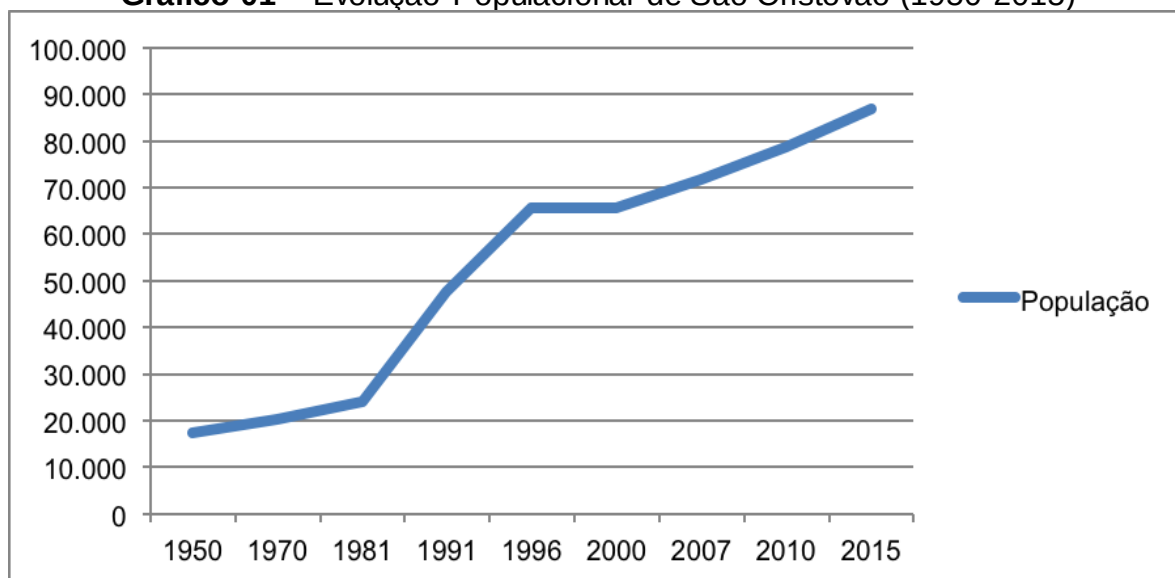
²³³ SOUZA, Josefa; SANTOS, Patrícia; LIMA, Ana Paula; SILVA, Nailson. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: de Faculdades isoladas a expansão (1948-2008). In: **VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - VI CBHE**, 2011, Espírito Santo. VI Congresso Brasileiro de História da Educação - Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação, 2011. p. 1-14.

²³⁴ SANTANA, Marcos Antônio de Azevedo. **São Cristóvão e o Grande Rosa Elze**: o desafio da governança de duas cidades num só município. São Cristóvão, 2 de maio de 2012. Disponível em: <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2012/05/sao-cristovao-e-o-grande-rosa-elze-o.html>> Acesso em: 29 de junho de 2016.

²³⁵ Antiga Companhia de Habitação Popular de Sergipe que atualmente se chama Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas – CEHOP, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável do Estado de Sergipe.

então passava por um crescimento moderado, levando dois séculos para atingir pouco menos de vinte mil habitantes, alcança taxas de crescimento significativas nos anos subsequentes. O número de residentes triplica nas décadas seguintes, impulsionado pela contínua execução de empreendimentos habitacionais na região do Grande Rosa Elze, que levaram o mesmo a superar a população da sede do município e da área rural somadas.

Gráfico 01 – Evolução Populacional de São Cristóvão (1950-2015)



Fonte: IBGE²³⁶; Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

No último censo, realizado em 2010, a população de São Cristóvão era de 78 mil habitantes, sendo que estimativas para o ano de 2015 colocam a cidade próxima a 87 mil habitantes. Sua economia continua fortemente atrelada a Aracaju, composta sobretudo pelo comércio e o serviço, responsáveis por cerca de 70% do PIB do município. Outros setores de destaque são o de construção civil e da área cultural, apesar desta última acontecer sob total informalidade²³⁷.

²³⁶ IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume I. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.; IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico**: Sergipe / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.; IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades, 2016. [online]. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/>, Acesso em: 10 de maio de 2016.

²³⁷ DAMICO, Rodrigo Villa Lobos. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE FESTEJOS POPULARES DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO**. 2014. 42 p. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2014.

A busca pela consolidação de São Cristóvão como Patrimônio Mundial

Na virada para o século XXI, começa a ser ventilada a ideia da candidatura da Praça São Francisco à patrimônio mundial. O então Governador João Alves Filho (DEM) faz uma viagem à Europa no sentido de reunir as informações necessárias sobre o processo de inscrição e os critérios de avaliação. Posteriormente a uma visita realizada na cidade pelo corpo técnico do IPHAN e consultores da UNESCO, em 2005, foram reconhecidas as potencialidades do local, que constaram no primeiro pré-projeto de candidatura elaborado no ano seguinte.

Em 2007 é oficialmente acatada a submissão da Praça São Francisco à patrimônio mundial, e são realizadas as primeiras obras de preservação e restauro voltadas para a obtenção do título. Na primeira tentativa de inscrição, foi levado em consideração o conjunto arquitetônico da Praça São Francisco, o qual passou pela avaliação de representantes da UNESCO e do ICOMOS entre os dias 18 e 25 de agosto do mesmo ano²³⁸. O trabalho realizado durante a missão da UNESCO na cidade incluiu reuniões com as Secretarias Estaduais de Planejamento, Cultura, Educação e Meio Ambiente, além da Prefeitura do Município, no qual foram debatidas questões de planejamento, da política de educação, da legislação patrimonial e da participação da comunidade na preservação do patrimônio²³⁹.

Ainda em 2007 o ICOMOS faz recomendações para que fosse elaborado um anexo complementar a candidatura, ressaltando as singularidades do sítio em comparação com outros praças da América Latina. Ademais, acentuou-se a indispensabilidade de implantação do Plano Diretor da cidade como condição para legitimidade da proposição. No prelúdio de 2008 é protocolado pelo IPHAN o Anexo-III, que apresenta uma comparação do estabelecimento de mosteiros franciscanos na América espanhola e no Brasil. Com a finalidade de mobilizar forças políticas em prol da candidatura e disseminar informações a respeito da mesma é criada a Comissão Pró-Candidatura da Praça São Francisco de São Cristóvão – formada por integrantes da sociedade civil e dos poderes públicos municipais e estaduais.

²³⁸ UNESCO. **Examination of nomination of natural, mixed and cultural properties to the World Heritage List - São Francisco Square in São Cristóvão (BRAZIL)**, 2008.

²³⁹ FRAGATA, Thiago. **CRONOS ONLINE** – Catálogo Digital da Campanha da Praça São Francisco, de São Cristóvão, a Patrimônio Mundial da Humanidade (2005/2010). São Cristóvão, 2014, CD-ROM.

Na reunião do Comitê do Patrimônio da Humanidade, realizada em Quebec-Canadá em julho de 2008, a nomeação foi deferida²⁴⁰ e devolvida ao Brasil pontuada pelas seguintes considerações:

- a) a Praça de São Francisco, enquanto área de proteção sugerida, seria um fragmento do centro histórico da cidade, que acaba por suprimir importantes exemplares da arquitetura religiosa e vernacular. Portanto, foi sugerido que fosse levado em conta o centro histórico como um todo preconizando que a zona de amortecimento da área protegida abarcasse a zona de expansão dos séculos XIX e XX, assim como, as instalações industriais e residenciais da cidade baixa.
- b) a falta de saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos transpareceu como um alto fator de risco para a população local, sem contar a carência de instalações de prevenção e combate a incêndios.
- c) a efetivação imediata do Plano Diretor, enquanto condição imprescindível para a titulação da UNESCO²⁴¹.

Tendo em mente as indicações acima, o documento ressalta ainda que sejam demonstradas as adaptações das Ordenações Filipinas às condições locais, já que a Praça é inusitada no contexto brasileiro, mas é comum se comparada a outros exemplares em assentamentos da colonização espanhola²⁴². Outra questão citada, de extrema importância, é a pouca visitação turística verificada na cidade, fato influenciado pela proximidade com a capital, possibilitando visitas rápidas a São Cristóvão. Este é um dos motivos que levam a escassa geração de receitas turísticas, resultando na consideração de que a atividade deveria ser planejada para **gerar benefícios diretos à população local**. Dentro deste domínio, um plano de manejo da área designada encontrava-se em desenvolvimento, porém foi sugerido que o mesmo favorecesse a articulação entre diferentes níveis governamentais e

²⁴⁰ A categoria “*referral*”, na qual a candidatura da Praça de São Francisco foi inserida, indica que o dossiê deve ser complementado e reapresentado para votação num prazo de até três anos, sem a imposição de uma nova inspeção técnica do ICOMOS.

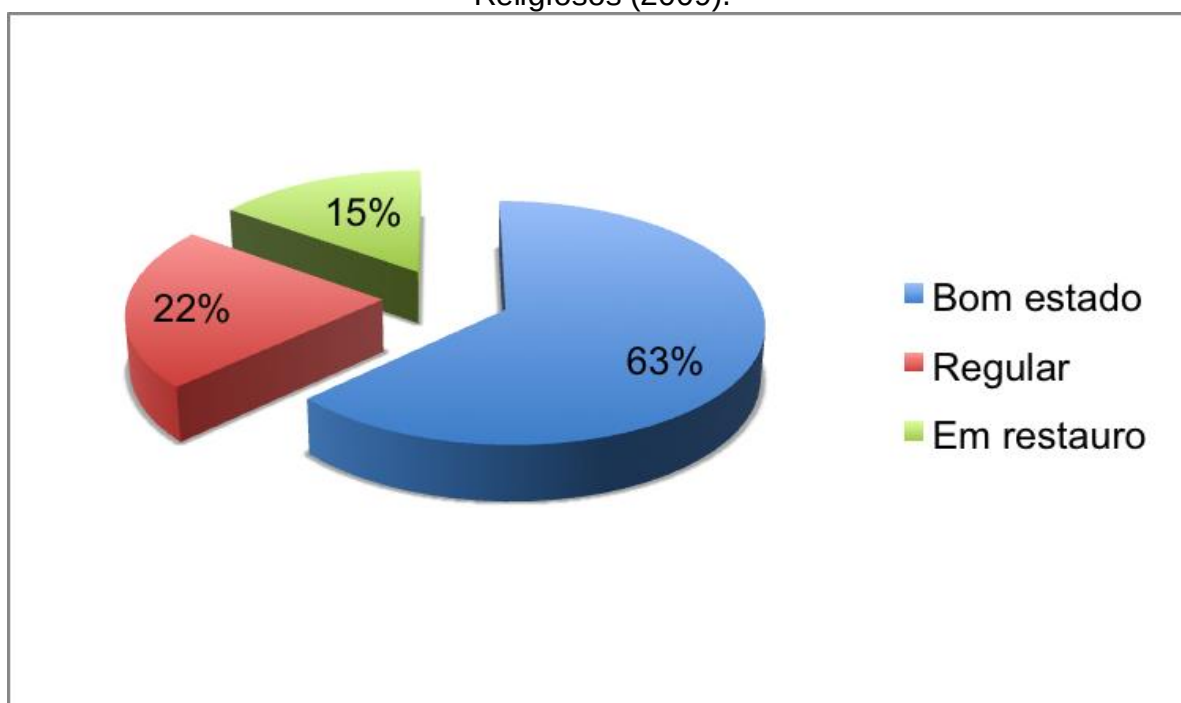
²⁴¹ UNESCO. **Examination of nomination of natural, mixed and cultural properties to the World Heritage List - São Francisco Square in São Cristóvão (BRAZIL)**, 2008.

²⁴² Assunto abordado no item 4.2.1.

uma real participação de associações comunitárias e todos os indivíduos ou grupos interessados em cooperar.

Convém indicar que em 2008 todo o centro histórico de São Cristóvão possuía 1740 habitantes, e somente a Praça São Francisco contava com 40 moradores. O estado de conservação dos edifícios públicos e religiosos da Praça encontravam-se em condições favoráveis (Gráfico 02), sendo que alguns passavam pelo processo de restauro. Simultaneamente ao processo de recuperação de algumas edificações, foi instaurado um cronograma envolvendo obras de embutimento da fiação elétrica, esgotamento sanitário, iluminação artística, dentre outros expedientes que beneficiariam a administração e organização do patrimônio.

Gráfico 02 – Estado de Conservação da Praça São Francisco: Edifícios Públicos e Religiosos (2009).



Fonte: UNESCO²⁴³; Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2016.

Em 2009 foi entregue ao Governador de Sergipe um relatório elaborado pela Comissão Pró-Candidatura com a descrição das atividades planejadas ao longo do ano. Além da sociedade civil a Comissão foi composta pelos mais diversos grupos²⁴⁴

²⁴³ UNESCO. **Examination of nomination of natural, mixed and cultural properties to the World Heritage List - São Francisco Square in São Cristóvão (BRAZIL)**, 2008

²⁴⁴ Dentre os principais parceiros da comissão, deve-se citar: a Paróquia Nossa Senhora da Vitória; a Prefeitura de São Cristóvão – por meio da Fundação de Cultura e Turismo João Bebe-Água e da Secretaria Municipal de Educação; o IPHAN; a Assembleia Legislativa de Sergipe; o Rotary Club São

e oportunamente proporcionou ciclos de palestras de temas relevantes da história, cultura e patrimônio de São Cristóvão. As parcerias firmadas com a UFS deram fruto ao vídeo-documentário “*São Cristóvão: Patrimônio da Humanidade*”, que faz considerações sobre o patrimônio e a educação patrimonial, através da fala dos habitantes da cidade. O vídeo foi exibido em encontros com a população e nas redes de televisão locais²⁴⁵.

Nas palavras do historiador e poeta Thiago Fragata, encontra-se explícita, além de sua experiência telúrica com São Cristóvão, a vontade e envolvimento da população em conquistar a chancela de Patrimônio Mundial:

CIDADE POESIA

Um poeta só é muito pouco
Muito pouco, muito pouco
Porque a cidade é só poesia
Todo dia, todo dia
de mim não sei o que seria
sem ela para decorar a vida
janela para ao jardim.

Um poeta só é muito pouco
Vai se perder nas rimas
E tropeçar nos versos ou não!
Eis que surge a menina na praça, na rua da esquina
E tão bonita que completa a paisagem
Também ama a cidade quatricentenária.

Um poeta só é muito pouco
Por isso vai convidar Manoel Ferreira,
Maria Rita, Maria Gloria e João Rosa
Para divulgar o jogral Patrimônio da Humanidade
Em alto e bom som, assim:
São Cristóvão é Patrimônio Nacional
Queremos São Cristóvão Patrimônio Mundial!

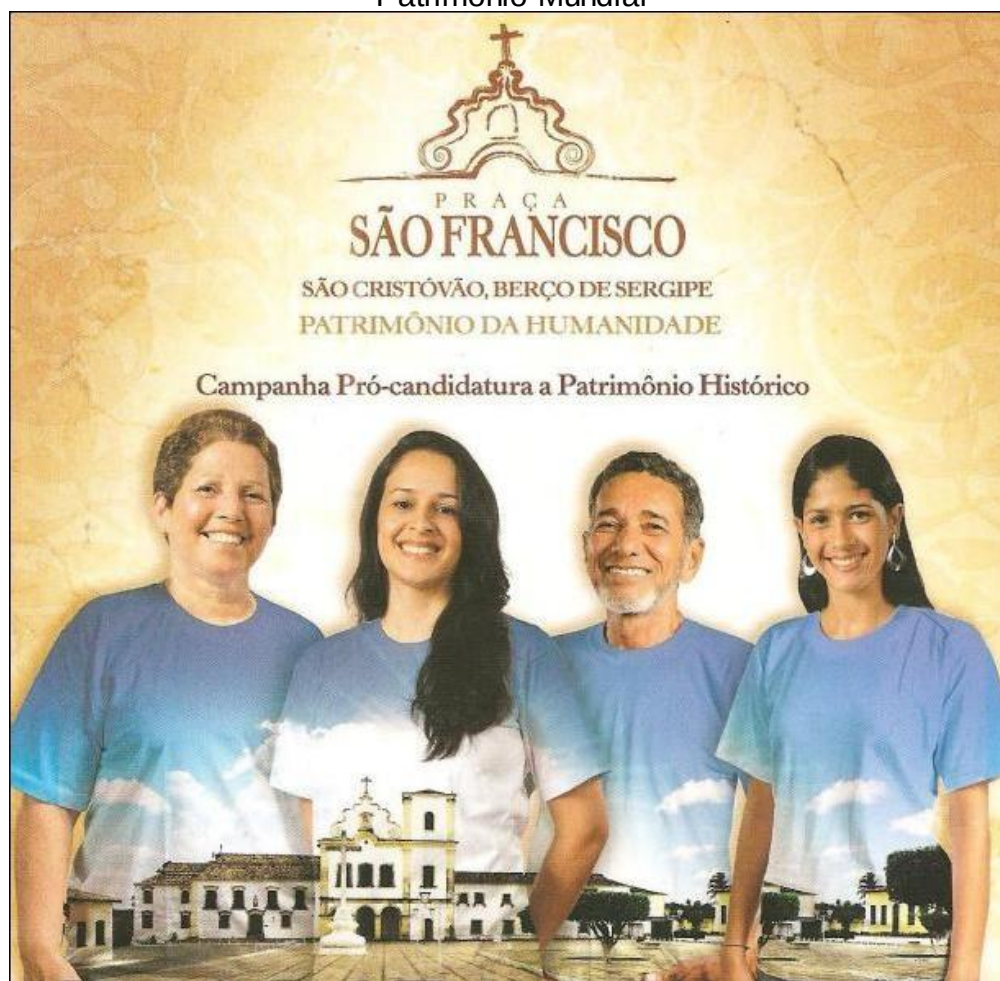
Thiago Fragata

Cristóvão; A União Municipal de Estudantes de São Cristóvão (UMESC); Oxogum Lâde – Rede Ambiental Ewé Lará; a ONG Sociedade para o Avanço Humano e Desenvolvimento Ecosófico (SAHUDE); a UFS; a Fundação Aperipê; o Programa Monumenta; entre outros.

²⁴⁵ FRAGATA, Thiago. **CRONOS ONLINE** – Catálogo Digital da Campanha da Praça São Francisco, de São Cristóvão, a Patrimônio Mundial da Humanidade (2005/2010). São Cristóvão, 2014, CD-ROM.

Ao longo de 2009 presenciaram-se manifestações de apoio à candidatura a patrimônio mundial, e inclusive um abaixo assinado legitimado pela população simpatizante à causa. Demonstrações públicas foram registradas por parte de grupos estudantis e grupos folclóricos que se posicionaram favoráveis à titulação. No caminhar para o encerramento do ano, ações determinantes foram tomadas pelo Governo Estadual. A criação da Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico Cultural (Subpac) foi uma delas, pois o novo departamento subordinado à Secretaria do Estado da Casa Civil, ficou incumbido pela política patrimonial de Sergipe e, conseqüentemente, pelos procedimentos pertinentes à candidatura da Praça. A segunda, foi uma ampla campanha de mobilização promovida pelo Governo do Estado, que não se restringiu às mídias tradicionais, apoiando-se largamente nos meios digitais de comunicação e nas mídias sociais, por serem uma forma rápida e direta de comunicação e envolvimento populacional (Figura 11).

Figura 11 – Campanha em Prol da Candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial



Fonte: FRAGATA, 2014.

Desde o princípio, a titulação foi vinculada ao possível acréscimo turístico e à inserção da cidade nos roteiros nacionais e internacionais de turismo. Acreditava-se na época que o incremento da atividade turística traria geração de receitas e melhorias na qualidade de vida de São Cristóvão. Nesse sentido, efetuou-se em 2010 a duplicação da Rodovia João Bebe-Água, a inauguração da iluminação interpretativa da Praça São Francisco e a reabertura do Museu Histórico de Sergipe. Por fim, a cidade foi contemplada pelo PAC Cidades Históricas²⁴⁶ com uma verba de 60 milhões designada para requalificação urbanística de variados espaços do perímetro urbano tombado, bem como toda zona dos portos e comércio, na cidade baixa²⁴⁷.

Sediada em Brasília, de 25 de Julho a 3 de agosto de 2010, a Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO analisou a possibilidade de inclusão de 41 bens na lista. Enfim, posteriormente a realização de uma enorme mobilização que envolveu tanto instituições dos governos federal, estadual e municipal, assim como a população sancristovense e, até mesmo, o Presidente da República²⁴⁸, a Praça São Francisco entrou para a lista de Patrimônio Mundial. Apesar do posicionamento contrário do ICOMOS, que havia requisitado a reapresentação da proposta com a ampliação do perímetro protegido e a reconsideração dos argumentos que justificavam o valor excepcional do sítio, a decisão final foi de aceitar a inscrição do bem.

O novo status alcançado não se processou sem ressalvas. Na reunião em que optou-se pela titulação foram apontadas algumas orientações ao Estado-membro. As recomendações concerniam: a confirmação do Plano de Gestão da área protegida; assegurar a coordenação interinstitucional e entre diferentes níveis

²⁴⁶ Programa de Aceleração do Crescimento – “(...) é uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país” (...). Em 2013 (...) o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao PAC Cidades Históricas (...) sendo implantado em 44 cidades de 20 estados da federação. O investimento em obras de restauração é de R\$ 1,6 bilhão, destinado a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos” IN: IPHAN. **PAC Cidades Históricas**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>>. Acesso em 29 de Junho de 2016.

²⁴⁷ FRAGATA, Thiago. **CRONOS ONLINE** – Catálogo Digital da Campanha da Praça São Francisco, de São Cristóvão, a Patrimônio Mundial da Humanidade (2005/2010). São Cristóvão, 2014, CD-ROM.

²⁴⁸ Em visita realizada na passagem por Aracaju, em agosto de 2010, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva prometeu não poupar esforços para que fosse reconhecido como Patrimônio Mundial o conjunto arquitetônico da Praça São Francisco em São Cristóvão-SE.

hierárquicos do governo – assim como da população – envolvidos na salvaguarda do bem; e, a implementação de um sistema de monitoramento para a conservação da Praça São Francisco²⁴⁹.

²⁴⁹ UNESCO. **CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD CULTURAL AND NATURAL HERITAGE** - Report of the decisions adopted by the World Heritage Committee at its 34th session (Brasília, 2010). 3 de Setembro, 2010. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/2010/whc10-34com-20e.pdf>>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

3. POR UMA POÉTICA DO PATRIMÔNIO

No presente capítulo pretendemos, a partir da experiência enquanto escala epistemológica²⁵⁰, caminhar no sentido da busca pelas manifestações do patrimônio no espaço geográfico de São Cristóvão. Fomos à procura do patrimônio revelado nas geografidades, na cumplicidade do homem com a Terra²⁵¹, nessa relação intrínseca que aflora no correr mundo adentro. A composição das experiências consideradas na Tese constitui-se de nossas vivências, de relatos da população local²⁵² e de imersões na literatura e outras expressões artísticas²⁵³ de São Cristóvão. Nesse sentido, visamos as ações individuais ou coletivas do ser humano – sobre si e sobre o mundo – nas quais o mesmo adquire consciência de sua existência²⁵⁴.

A geografia enquanto existência e realidade humana, como nos mostra Dardel²⁵⁵, parte da necessidade de compreender o mundo geograficamente. Uma geografia em ato, como vontade de percorrer, desbravar, explorar. Antecedente à ciência objetiva, é uma inquietude por revelações telúricas sobre a condição e o destino humano. A partir duma experiência primitiva, carregada de profundidade e espessura, ultrapassaremos rumo ao mundo irreal, rumo à geografia dos sonhos²⁵⁶, em direção a perspectivas geográficas renovadas, buscando novos horizontes e lugares antes inacessíveis²⁵⁷.

²⁵⁰ MARANDOLA JR, Eduardo. Geografias do porvir. A fenomenologia como abertura do fazer geográfico. IN: SPOSITO, Eliseu et al. **A diversidade da geografia brasileira** : escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016, p. 451-466.

²⁵¹ HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista – sua Trajetória de 1950 a 1990**. 1992, 550 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

²⁵² Os relatos mencionados são compostos por conversas informais com moradores de São Cristóvão e entrevistas realizadas tanto com residentes quanto com atores sociais e agentes públicos.

²⁵³ VAN MANEN, Max. **Researching Lived Experience**: Human Science for an Action Sensitive Pedagogy. Londres: Althouse Press, 1990.

²⁵⁴ JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1965.

²⁵⁵ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

²⁵⁶ Ibidem.; BACHELARD, Gaston. **A terras e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Trad. Maria E. A. P. Galvão. 4ª ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013b.

²⁵⁷ GRATAO, Lúcia Helena Batista. O direito de sonhar em geografia: projeção bachelardiana. **Revista Abordagem Gestáltica – Phenomenologica Studies**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 148-155, dez. 2016.

A realidade geográfica é uma noção fundamental da vida humana na Terra, ela revela dimensões do ser do homem²⁵⁸. Nessa geografia primordial é manifesta uma coexistência, uma presença conjunta do homem com a Terra, que caminha nos dois sentidos. Porém, tais relações telúricas não restringem as possibilidades humanas somente a um lugar ou território específico, pelo contrário, configuram uma liberdade que ocorre na **travessia dos lugares**. Ou melhor, são deslocamentos pelo espaço, um desenraizamento, uma abertura “entre um aqui e um ali”²⁵⁹. Como veremos adiante, essa perspectiva ajudou a fundamentar o que nomeamos como **Itinerários geográficos**.

O **saber geográfico** – movimento que joga luz sobre a presença contígua homem-Terra e que dá origem a uma emoção – é latente na **transferência de valores** apreendidos na espacialidade da existência humana. Esse conhecimento, essa “verdade”²⁶⁰ geográfica, vai muito além da submissão desses valores a uma única noção ou a um único conceito geográfico²⁶¹.

Com a pretensão de seguir neste caminho, assumimos que o fenômeno patrimonial não se circunscreve em apenas uma categoria geográfica. Visto que essas categorias insinuam valorizações multifacetadas, foi empreendido um esforço para não se limitar às concepções clássicas e restritivas destas, demonstrando que elas podem suscitar valores opostos.

Nesse entremear, procuramos partir de alguns valores atribuídos à experiência telúrica e não da delimitação *a priori* das categorias a serem abordadas. Tais valores fornecem um ponto de partida por serem **transversais aos espaços, lugares, paisagens, territórios**. Assim, reforçamos nossa ruptura com um cesarismo, desviando de determinações orgânicas.

²⁵⁸ BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Trad. Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014a.

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Acredita-se que o sentido da palavra “verdade” utilizada por Besse estaria próximo ao de Jaspers (1965, p. 140), de verdade em movimento contínuo que transcorre interminavelmente, uma batalha perpétua que decididamente não está em repouso, não é imóvel.

²⁶¹ BESSE, Jean-Marc. Geografia e Existência a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Na esteira do pensamento de autores como Sheller e Urry²⁶², Hein *et al.*²⁶³ e Novoa²⁶⁴, pode-se aprofundar – epistemologicamente e metodologicamente – de modo coerente com as ideias aqui transpostas. Recentemente, alguns geógrafos têm repensado o papel da esfera teórico-metodológica, o que vem aspirando um frescor de novidade por meio da criação de métodos contemporâneos²⁶⁵. Tais perspectivas consideram as práticas habituais, as relações que ocorrem nos pontos de encontro, as redes de amizade, os espaços de ócio, buscando ir além de uma leitura pragmática²⁶⁶. Nessa perspectiva, com início em diferentes campos das ciências sociais, os métodos móveis²⁶⁷ – que surgiram há alguns anos e afetaram também os trabalhos realizados na geografia²⁶⁸ – são uma porta de entrada para uma metodologia flexível.

Tal plasticidade existe tanto na acepção da não (pré)definição de metodologias sectárias, quanto no entendimento que o mundo só é cognoscível ao percorrê-lo, ao atravessá-lo. Nessa senda, o ato de caminhar pode ser compreendido como um elemento que auxilia a forjar entendimentos sobre lugar, paisagem, território²⁶⁹. Um ato que arrisca, suspeita, transgride²⁷⁰. É um relance a

²⁶² SELLER, Mimi. e URRY, John. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning A**, V. 38, N. 2, 2006, p. 207–226.

²⁶³ HEIN, Jane; EVANS, James; JONES, Phil. Mobile Methodologies: Theory, Technology and Practice. **Geography Compass**, V. 2, N. 5, 2008, p.1266–1285.

²⁶⁴ NOVOA, Andre. Mobile ethnography: emergence, techniques and its importance to geography. **Human Geographies**, 9(1), 2015, p. 97-107.

²⁶⁵ DOWLING, Robyn; LLOYD, Kate; SUCHET-PEARSON, Sandra. Qualitative methods 1: Enriching the interview. **Progress in Human Geography**, 2016, V. 40, N. 5, p. 679-686.; DOWLING, Robyn; LLOYD, Kate; SUCHET-PEARSON, Sandra. Qualitative methods II: “More-than-human” methodologies and / in praxis. **Progress in Human Geography**, Agosto 2016, p. 1-9.

²⁶⁶ PRATS FERRET, M.; BAYLINA, M.; ORTIZ GUITART, A. Los lugares de la amistad y la vida cotidiana de chicas y chicos adolescentes en un barrio de Barcelona. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 116-124, 2012.

²⁶⁷ Tradução nossa. Em inglês é mencionada como: *mobile methods* ou *mobile methodologies*.

²⁶⁸ SELLER, Mimi. e URRY, John. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning**, V. 38, N. 2, 2006, p. 207–226.

²⁶⁹ WYLIE, J. Smoothlands: fragments/landscapes/fragments. **Cultural Geographies**. V. 13, N. 3, 2006, p. 458–465.

²⁷⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 166.

respeito das formas como as pessoas compreendem o mundo e, ainda mais, sobre os valores que surgem dessas relações telúricas.

Na vereda perene pela essência do patrimônio, procuramos desvelar a construção das ligações concretas e afetivas que os sancristovenses possuem com a Terra. O patrimônio, enquanto elemento fundamental nas geograficidades, manifesta-se como um excesso de vida, uma grande lareira de obras e ações indisciplinadas. Ele não pode ser resolvido em conceito, antes deve ser imaginado e experienciado. O comprometimento em tentar compreender essas experiências nos lançou na ambiciosa tentativa de propor **itinerários geográficos** possíveis.

Por itinerários geográficos entendemos a indicação ou o projeto de percurso a seguir e o respectivo esboço de experiências reais e imaginadas, pessoais e coletivas, que compõem os trajetos apresentados. É uma abertura ao mundo que nos arrebatava e nos transporta. Numa tensão entre si e o mundo, os itinerários geográficos podem ser imanência, imersão, participação. Uma arte²⁷¹ que se faz num caminhar interrogativo e questionador, que requalifica o espaço. Visa extrapolar uma “excursão geográfica”²⁷², é uma vivência do mundo e de seus valores que além de revelar, constrói²⁷³. Esses itinerários não foram pré-estabelecidos ao longo de nossas andanças pela cidade, mas surgiram num momento simultâneo de reflexão e transcrição para o papel das vivências em São Cristóvão.

Para compreendermos o patrimônio como fenômeno dinâmico, os itinerários geográficos são pedra angular em uma instrução, por meio de uma construção²⁷⁴. Fundados no ato de conversar, caminhar, participar, ou seja, de atravessar e ser atravessado por São Cristóvão, os itinerários geográficos são uma astúcia de

²⁷¹ Alguns artistas como Richar Long e Hamish Fulton acreditam que caminhar é fazer obra de arte. Para eles o deslocamento pelo espaço dá origem a criações artísticas (BESSE, 2014b, p. 54) .

²⁷² MARANDOLA JR, Eduardo; PAULA, Fernanda Cristina de; FERNANDEZ, Pablo Sebastian Moreira. A experiência do caminhar e do olhar: três percursos na Ponte Preta. **RUA**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 61-78, 2007.

²⁷³ BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014b, p. 48-55.

²⁷⁴ BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Trad. Remberto F. Kuhnen, Antônio da Costa e Lúcia V. S. Leal. São Paulo: Nova Cultura, 1988b.

aquisição²⁷⁵, procuram ir além da contemplação, procuram “participar do devenir ardente de uma violência criadora”²⁷⁶.

Desse modo, valores de: a) **afetividade e interioridade**; b) **resistência e abertura**; c) **fronteiras e conexões** guiaram nossa imaginação no momento da concepção ortográfica. Em cada instante que era criada uma imagem²⁷⁷ sobre esses valores, ela emancipava-se de causalidades obsoletas, abrindo-se para novos conteúdos. Assim, colocados antes como uma colmeia de sentidos, tais valores proporcionam uma capacidade de maravilhamento, capacidade de ouvirmos as vozes da Terra, vozes ásperas, cavernosas e trovejantes²⁷⁸.

Por último, devemos ressaltar que nossa escrita foi regada à degustação de livros de poesia, sobretudo de Manoel de Barros. Nesse sentido, a linguagem poética adentra o texto em momentos específicos em que o movimento é realizado rumo ao aprofundamento em vez da objetivação. O linguajar poético caminha no sentido da profundidade e riqueza de que a escrita positiva carece. Utilizamos palavras que procuram desvelar uma verdade que se encontra praticamente fora de nosso alcance²⁷⁹, por detrás da razão e do pensamento. Com isso, buscamos trazer as contribuições do leitor para as questões abordadas, numa forma poética da heurística.

3.1 ONDE NÃO PUDES AMAR NÃO TE DEMORES... SÃO CRISTÓVÃO, CIDADE POESIA

Ao caminhar pela cidade de São Cristóvão, lugares, territórios e paisagens apresentam-se carregados de ternura, afetividade e intimidade. Se existe alguma

²⁷⁵ BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Trad. Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa-PT: Edições 70, 2006, p. 136; RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

²⁷⁶ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 45.

²⁷⁷ PAIVA, Rita de Cássia Souza. **Gaston Bachelard**: a imaginação na ciência, na poética e na sociologia. São Paulo: Annabule, 2005.

²⁷⁸ BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaio sobre as imagens da intimidade. Trad. Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

²⁷⁹ VAN MANEN, Max. Writing Qualitatively, or the Demands of Writing. **Qualitative Health Research**, v. 16, n. 5, p. 713–722, maio, 2006.

verdade no enunciado – e acreditamos que haja – devemos usufruir, despendar, deleitar o maior tempo possível na cidade. Enquanto outras localidades suscitam sentimentos de exclusão, São Cristóvão aparece para nós, neste momento, como um germe da felicidade²⁸⁰. A cidade possui valores de concha, valores de ninho²⁸¹, o lugar de uma proteção sólida que desperta em nós uma primitividade em que o habitar é algo natural. Penetramos, assim, os devaneios cósmicos que nos ligam ao nosso mundo e que pertencem à nossa alma²⁸².

Sob uma luz dourada que ilumina a vida temos nosso primeiro contato com São Cristóvão. Neste momento – ainda no ano de 2010 e recém-formados – a angústia oblíqua gerada pela incerteza da incursão na vida acadêmica é esquecida. Enquanto aguardávamos o resultado do processo seletivo de mestrado em Antropologia da UFS, decidimos ir ao encontro da “cidade mãe”. Nela encontraríamos a grande amiga Marcia Arévalo²⁸³. Partindo do terminal da Atalaia em Aracaju, continuamos a saga para São Cristóvão (Figura 12). Entre uma parada para troca de ônibus no terminal D.I.A e outra na rodoviária, finalmente estamos na João Bebe Água²⁸⁴. A ligeireza do ônibus e a estrada esburacada dão calafrios.

As edificações ficam para trás e emparelha-se à nossa frente uma vegetação que cresce em direção a um céu que parece não ter fim. A monotonia da terra também é esquecida. Quanto mais nos aproximamos do ponto de chegada, mais ela parece ganhar movimento, uma força íntima que surge das profundezas e esculpe a superfície.

²⁸⁰ BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Remberto F. Kuhnen, Antônio da Costa e Lúcia V. S. Leal. São Paulo: Nova Cultura, 1988a.

²⁸¹ Ibidem.

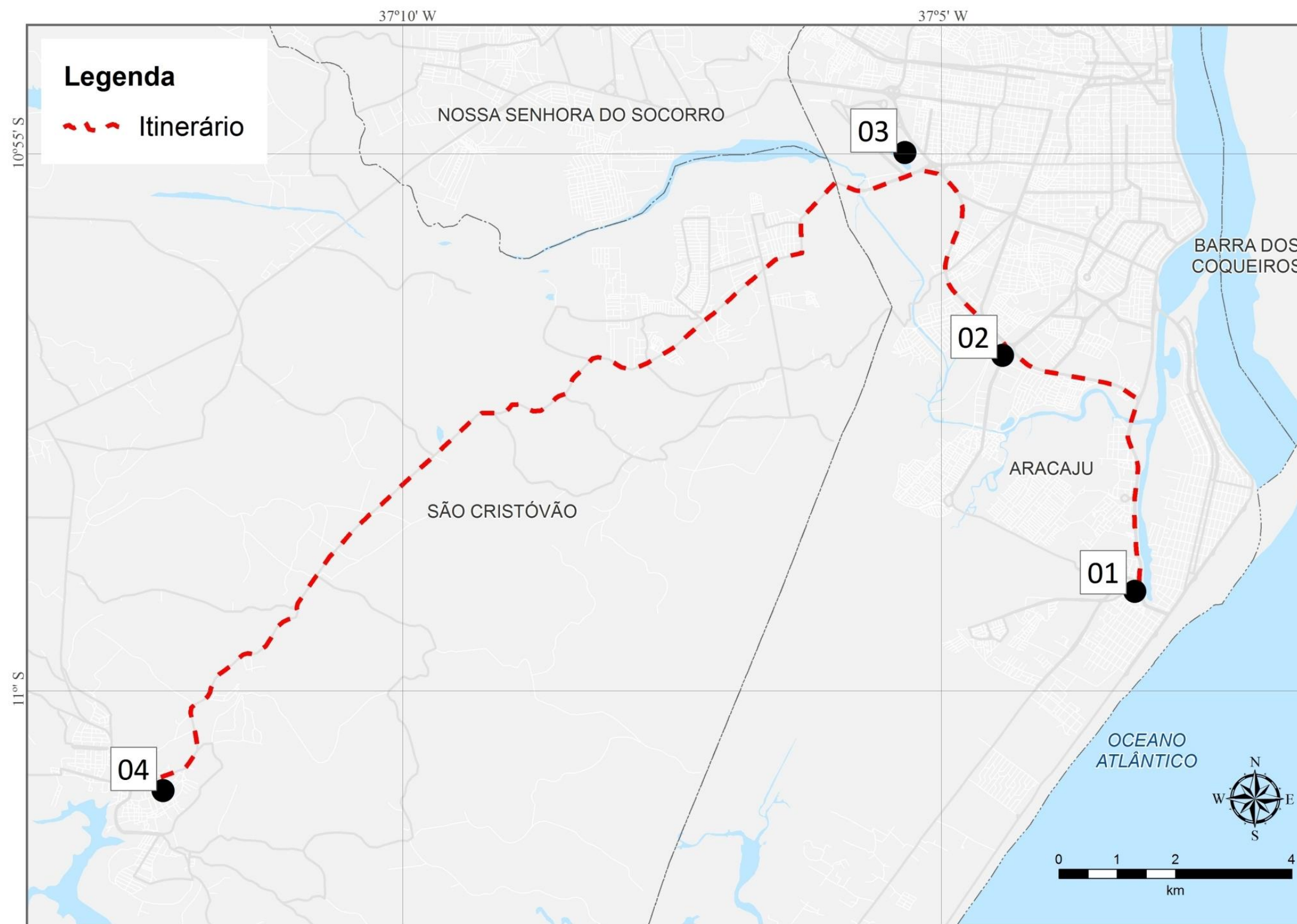
²⁸² BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

²⁸³ Na época, Marcia Arévalo estava iniciando seu Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural no IPHAN de São Cristóvão, com a proposta de realizar e avaliar um projeto de educação patrimonial na cidade.

²⁸⁴ Rodovia que liga Aracaju à São Cristóvão.

Figura 12 – Itinerário 1 - Aracaju a São Cristóvão

Itinerário 1 - Aracaju a São Cristóvão



Terminal Zona Sul Atalaia (Aracaju)



Terminal D.I.A. (Av. Pref. Heráclito Rollemberg)



Terminal Rodoviário Gov. José Rollemberg



Portal de Entrada – São Cristóvão

Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.
 Projeção Cartográfica: SIRGAS 2000.
 Elaboração: Leandro Cardoso.

Ainda na estrada recebemos as boas-vindas do Cristo (Figura 13), que surge no alto da colina São Gonçalo em meio a duas torres de telecomunicação. No portal da cidade já somos tomados por uma vontade de noite, de repouso confortável. Casas. Casadas lado a lado, as primeiras habitações são um convite à estada. À medida que adentramos seus interiores, nos deparamos com marisqueiras e operários, que antes de tudo são brincantes. Caímos lentamente nos braços da cidade e quando nos damos conta um sentimento rompe o silêncio. Já não somos estranhos ao lugar, essas paisagens estão agora em nós enraizadas, nos sentimos parte deste território, desta fraternidade telúrica. Nosso ser interior entrevê o outro, como uma última tarde de verão.

Figura 13 – Cristo na entrada de São Cristóvão



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2016

Às vezes, a presença em um lugar novo pode parecer tão familiar quanto a terra natal, onde tudo é acolhimento. Nesse primeiro contato com São Cristóvão nossa rota foi reassumida, ali viramos bruscamente uma página. Abandonamos as

digressões socioantropológicas de outrora e fomos tomados por uma embriaguez geográfica²⁸⁵. Entregues à tranquilidade que une sonhador e mundo – possibilitando o devaneio anteperceptivo²⁸⁶–, fomos arrebatados inteiramente pelo que acabara de nos encantar. Num dentro que não tem fora, vivenciamos a cidade em todo seu volume.

Em São Cristóvão dialogamos com um vocabulário da terra: o rochoso, o luminoso, o líquido, o aéreo, trouxeram à tona uma geografia íntima. Foi a origem de um duplo nascimento, de um despertar para o mundo. Fomos recebidos com um semblante amável pela mãe de Sergipe, onde belezas singulares surgem aos nossos sentidos. Nela encontramos janelas entreabertas para uma ontologia do patrimônio. Um conhecimento que somente seria possível pelo movimento, por meio de itinerários através do espaço. Nesse sentido, seguimos nossos itinerários, agora trilhados de 2014 em diante, que foram percorridos em sua maior parte pelo ato de caminhar, mas que também ocorreram por meio de carros, ônibus e barcos.

Em nosso segundo percurso possível, uma caminhada de quase dois quilômetros feita a passos lentos, tem início na antiga fábrica de tecidos (Figura 14). Sob o forte sol de verão procuramos o frescor da sombra de uma das duas árvores que existem em frente à fábrica (Figura 15). Pelos gradis de ferro podemos ver alguns poucos trabalhadores que retornaram à oficina após sua reabertura há alguns anos²⁸⁷. A fábrica nos remete ao habitar onírico, à importância que ela ostentou na vida dos trabalhadores e que, ainda hoje, é sentida nas vozes docemente saudosas das pessoas que, de alguma forma, desenvolveram suas vidas no entorno desse ambiente de trabalho. Aqui, o passado torna-se presente, um passado que não é nosso, mas que penetra nossas almas e provoca devaneios intermináveis.

²⁸⁵ Mergulho geográfico que resultou na realização de um mestrado e deste doutoramento em geografia.

²⁸⁶ BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

²⁸⁷ Desde de 2010 o edifício da antiga fábrica abriga a Intergriffe's São Cristóvão Indústria e Comércio de Confecções Ltda., que faz parte do Grupo Intergriffe's Nordeste.

Figura 14 – Itinerário 2 - Afetividade e interioridade



Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017
Projeção Cartográfica: SIRGAS 2000.
Elaboração: Leandro Cardoso

Quantas famílias sertanejas se deslocaram para São Cristóvão quando da inauguração da primeira indústria têxtil que ali se instalou. Palavras que não têm margens propiciam o enredo cultural ativo que acompanhava as centenas de operários e suas famílias. O patronato fornecia subsídios para a realização do carnaval, do São João e dos times de futebol. Este último era jogado em campos mantidos pelas fábricas, onde a bola rolava entre trabalhadores e desocupados²⁸⁸. Os filhos dos operários também se aproveitavam do relvado, jogando com bexigas de boi cheias de ar²⁸⁹. Das partidas realizadas aos domingos saíram nomes que destilavam brilhantismo e mantiveram-se vivos no imaginário das pessoas, como o habilidoso centroavante Zeca Tenisson, que por inúmeras vezes liderou a seleção sergipana nos gramados²⁹⁰.

Figura 15 – Antiga Fábrica São Cristóvão, atual Intergriffe's



Fonte: TEIXIERA DA SILVA, 2015.

²⁸⁸ SACRAMENTO, José. **O campo da fábrica nova**. 1980. Disponível em: <http://museuhsergipe.blogspot.com.br/2014/06/futebol-foi-tema-de-roda-de-leitura.html>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

²⁸⁹ AMADO, Jorge. **Cacau**. São Paulo: Martins, 1934.

²⁹⁰ SILVEIRA, Junot. **Ontem e Hoje** (Zeca Tenisson). 1988. Disponível em: <http://museuhsergipe.blogspot.com.br/2014/06/futebol-foi-tema-de-roda-de-leitura.html>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

Mais que a prosperidade econômica, as fábricas proporcionavam aos trabalhadores a impressão de estarem abrigando, de fornecerem segurança, como se as pessoas pudessem tomar posse de um mundo que lhes pertence. Para os operários sonhadores, a fábrica é mais do que o sustento, é um lugar que responde pelo seu ser, por seus sons e olhares, é um sopro de vida sentido por gerações:



Falar de São Cristóvão
É mergulhar no passado
Um passado que não passou
É se viver lado a lado
Com a cultura nordestina
Em uma cidade que nos ensina
A valorizar e ser valorizado

[...]

Satisfação em dose dupla
Retornar ao meu estado
Rever a minha família
O apito da **Fábrica Pedro Amado**²⁹¹
O apito da **São Gonçalo**²⁹²
Ouvir o cantar do galo
E o salário dobrado.



»»»»Alda Cruz. São Cristóvão que vi e vivi»»»»

Do rio Paramopama a fábrica São Cristóvão extraía forças para seu funcionamento. Além de fonte de energia o rio também fornecia lenha e o escoamento da matéria-prima²⁹³. Muitos pescadores e marisqueiras foram acolhidos pelo rio após o fechamento da fábrica. A partir desse elemento tão transitório que é a água, ou seja, da liquefação das substâncias terrestres²⁹⁴, vários moradores ainda tiram sua subsistência.

²⁹¹ Como também era conhecida a Fábrica São Cristóvão.

²⁹² Grifos originais da autora.

²⁹³ SILVA, Cleverton Costa. **Rio Paramopama: historia, problemas e soluções**. 2009. Disponível em: <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2009/11/rio-paramopama-historia-problemas-e.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

²⁹⁴ BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaios sobre a imaginação da matéria**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013b.

Aracaju, Alagoas e Bahia foram alguns dos destinos²⁹⁵ das pessoas que deixaram a cidade com o coração carregado de saudade e desnorteados pela busca de um novo caminho, num genuíno labirinto dos sonhos. Mesmo com a diminuição das atividades ou seu encerramento definitivo, as fábricas imprimiram uma maneira de ser nos sancristovenses. Hábitos, modos de vida, práticas²⁹⁶ que ficaram enraizadas nos moradores e em sua arte de habitar a cidade. Elementos que nos desbravam e remetem incessantemente à vida operária. Ainda hoje, muitos continuam sua existência como se estivessem incrustados, como ostras, nas paredes da fábrica. Agora sim podemos dizer que a fábrica é “um caixão branco cheio de ruídos”²⁹⁷, porém, sem vida.

Sentimos que a arte de habitar a cidade foi modificada pela chegada das fábricas, de modo que seus ecos ressoam ainda hoje. O legado operário deixou muitos poetas de mãos moldantes, que aspiram por trabalhar carinhosamente a matéria. Se no descomeço São Cristóvão era Tupinambá, Caeté e Kiriri, no começo ela era sertaneja, fabril e operária, e no recomeço é artística, poética e artesã. Talvez seja esse o motivo da angústia causada pelo eterno vir a ser polo turístico, que aflige tantos moradores.

Como andarilhos, seguimos nossa caminhada, sentido sul, em direção à cidade-alta. Cruzamos a linha de ferro, e um silêncio de fim de mundo vai ficando para trás. A cidade vai ganhando mais movimento, comércios de todos os tipos surgem dos dois lados da Rua Marechal Deodoro. De frutas a fotos 3x4, de cosméticos a casa de móveis, de supermercado a serralheria, um pouco de tudo se encontra nesta rua. A cada passo aumenta a densidade do ar, a impressão é a de que houve um dilúvio de pessoas, automóveis e motocicletas.

Em poucos minutos estamos no G-Barbosa²⁹⁸, importante mercado da cidade e o único local onde existe um caixa eletrônico 24 horas. Dois restaurantes e um

²⁹⁵ SILVA, José Lucio Batista. **Trabalho (Política) e Diversão nas Fábricas Têxteis de São Cristóvão** (1911-1980). 2009. Disponível em: <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2009/04/projeto-sao-cristovao-conhecendo-nossa.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

²⁹⁶ BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014b

²⁹⁷ AMADO, Jorge. **Cacau**. São Paulo: Martins, 1934, p. 6.

²⁹⁸ Rede de supermercados fundada no estado de Sergipe na década de 1950, que atualmente faz parte da rede chilena Cencosud S. A.

açougue depois, alcançamos o Mercado Municipal (Figura 16) e logo na entrada já enxergamos o gosto da cidade. O mercado tem cheiro de amanhecer, tem o sabor amoroso do almoço caseiro. Logo cedo o movimento já é grande, muitos vão em busca dos alimentos e condimentos que vão compor a mesa do dia.

Macaxeira, inhame e batata. Coco, milho, farinha de mandioca ou tapioca. Tripas e miúdos de bois. Para os apreciadores também tem guaiamum, aratu e sururu. Sal, pimenta e coentro, muito coentro! Jenipapo, mangaba, caju e umbu. Da mistura desses alimentos podem ser compostos vários pratos: ingrediente principal, acompanhamento, temperos e a bebida para refrescar. No mercado nos deparamos com vários sabores que descortinam o lugar²⁹⁹ e apresentam a abundância da culinária sancristovense.

No mercado degustamos sabores que brotam da terra e revelam sancristovidade. São alimentos que expressam paisagens, lugares e pessoas³⁰⁰. Com os ingredientes encontrados preparam-se refeições que reúnem todos os elementos: terra, água e ar. Não nos esqueçamos do fogo que faz o cozimento. Que bela imagem telúrica esta merenda proporciona, um devaneio que totaliza o sonhador³⁰¹.

Após esse encontro saímos nutridos de corpo e alma. Para além dos mantimentos, os olhos se alimentam da vida que ali jorra. No mercado saboreamos mais do que a comida, sentimos o gosto do cotidiano desse lugar. Além das compras do dia a dia, nele presenciamos crianças correndo pelos corredores e em cima dos balcões, jovens senhores jogando baralho, pessoas de todas as idades que aproveitam o mercado e seus arredores para confraternizar. Um espaço verdadeiramente habitado, que traz a noção de casa. Que nos permite sonhar em paz.

²⁹⁹ CAVALCANTE, Tiago Vieira. **Geografia Literária em Rachel de Queiroz**. 2016. 176 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 2016

³⁰⁰ GRATÃO, Lúcia Helena. Sabor e paisagem – o que revela o pequi nesta imbricação de ser e essência cultural. **Geograficidade**. V. 4, p. 4-15, 2014.

³⁰¹ BACHELARD, Gaston. **A terras e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Trad. Maria E. A. P. Galvão. 4ª ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013b.

Figura 16 – Imagens do Mercado Municipal Lauro Rocha de Andrade



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Na saída do mercado, cortamos caminho pela Rua Pedro Pereira Prado. Rua pavimentada com pedras portuguesas – sem os típicos mosaicos de algures – e fechada para os veículos automotivos. Seguimos seduzidos pela superfície e buscando a verdade das profundezas³⁰². Andamos em direção à Praça Lourival Batista, o calor é forte mesmo no inverno. O vento faz carícias em nosso corpo – ao longo que desenha mapas em nossa superfície, o frescor do mês de agosto também ameniza o mormaço.

Eis que subimos a primeira ladeira de nosso itinerário geográfico. Aqui o cansaço da caminhada começa a manifestar-se. Lassidão que devolve a habilidade de sermos afetados pelo mundo³⁰³ e que restitui o heroísmo da caminhada, outrora confiscado pelo automóvel. O tumulto e algazarra da área mercantil vão se esvaecendo e dão lugar ao burburinho dos namoros e conversas na praça. Os edifícios mudam de feição, eles descansam. Neles, descansa também o ser do homem.

Possuídos por esse sentimento de resguardo, ingressamos na ladeira Epaminondas (Figura 17), também conhecida como Ladeira da Poesia. Aqui as ideias cantam com sotaque próprio. No decurso da subida, os braços da ladeira se apertam docemente contra nosso peito e acalentam nosso espírito. A ladeira oferece todo seu encanto quando nos abrimos para declamá-la, para senti-la. Ali residia um poeta, no beco da poesia, quanta ironia! Ali nos instalamos durante uma de nossas estadas na cidade, que alegria!

O poeta-historiador, que agora é escultor, foi quem nos abriu as portas de São Cristóvão. Como ele mesmo afirma, a poesia é seu chão, seu oxigênio. Militante da leitura, prefere a eufonia à rigidez da ortografia, e assim canta seus encantos pelo Beco da Poesia:

³⁰² BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaio sobre as imagens da intimidade. Trad. Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

³⁰³ BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014b.



Vejo o mundo diferente...
Ciclope não, são outros olhos...
Nasci Poeta. É. Agora fazer o quê?
Semear palavras com sabores
ou amargar adjetivos e interjeições

São Cristóvão
sobe o centro histórico
tem a Ladeira da Poesia
que homenageia o poeta
nada mais óbvio na cidade musa

Métrica é o tamanho do passo
verso livre pra quem desce
ofegante, vencer os degraus, a subida...

José Augusto Garcez
no topo, a gente para
lembra seu nome na placa
vislumbra o horizonte
Senhor dos Passos, no Alto da Favela
guia dos meus passos
águia de voos rasos

[...]



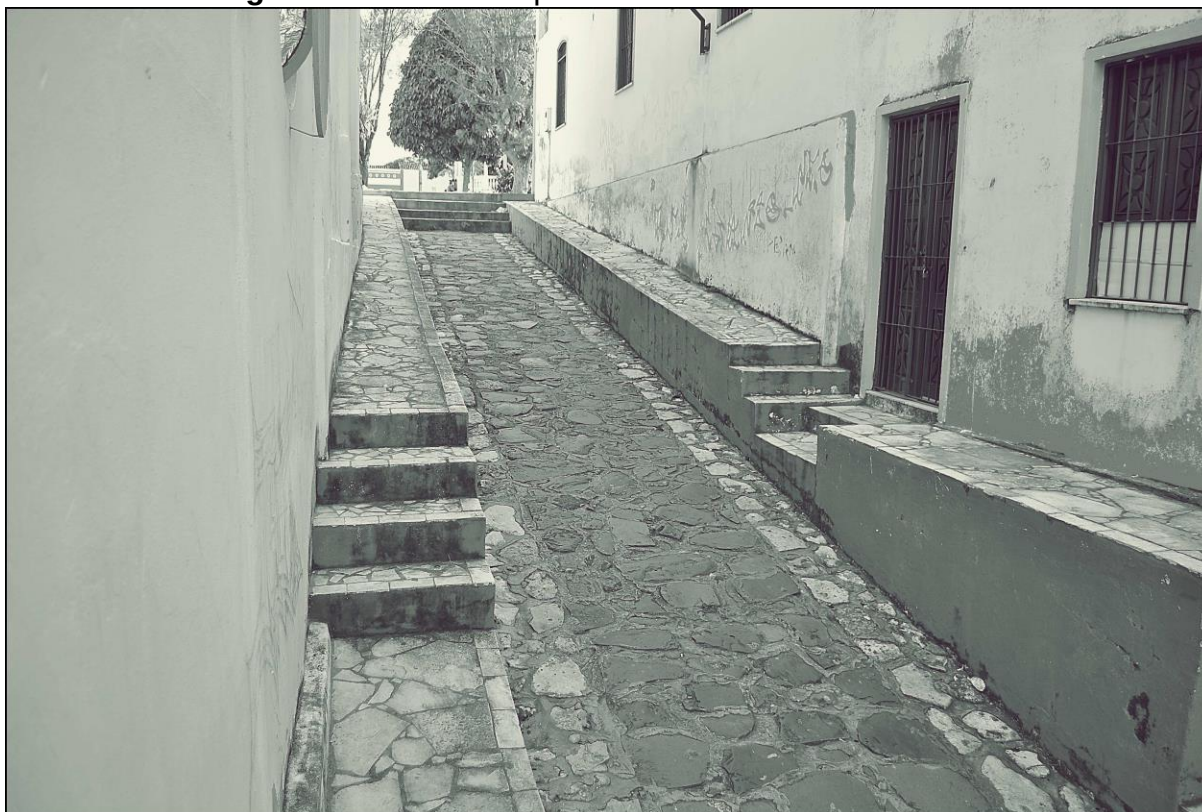
▼'''▲ Thiago Fragata. Ladeira da Poesia ao Morro do Cristo (2015)³⁰⁴▲'''▼

Ao se aproximar da Praça da Matriz (ou Praça Getúlio Vargas), é quando a ladeira mais se afunila. Num canto da praça nos escondemos, confabulamos sozinhos nesse germe de aposento³⁰⁵, que tem paredes, mas não possui telhado. Construimos uma habitação imaginária à nossa volta. Tomamos impulso para sair desse canto e percorrer caminhos arredondados.

³⁰⁴ FRAGATA, Thiago. **São Cristóvão: poética e xilogravada**. Ilustrações Nivaldo Oliveira. Aracaju: Página 5, 2015, p. 37.

³⁰⁵ BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Remberto F. Kuhn, Antônio da Costa e Lúcia V. S. Leal. São Paulo: Nova Cultura, 1988a.

Figura 17 – Ladeira Epaminondas / Ladeira da Poesia.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2014.

Abandonamos o abrigo da morada e retornamos ao domínio público. A Praça da Matriz é um lugar de afetividade, uma paisagem que congrega, um território em que diferentes comunidades alegremente se reúnem. Ela possui diversos ritmos no decorrer do dia: é calma e pouco povoada pela manhã; é jovial, brincalhona e desportiva pela tarde; e madura, barulhenta e espirituosa pela noite. A qualidade de espirituosa a que nos referimos aqui é outra, proporcionada pelo Pisa Macio. Bebida típica de São Cristóvão, produzida nas horas vagas pelo Seu João Santa Rosa, que alegra as noites dos jovens e os carrega como música pela cidade:



Me leve pra bem longe em outro mundo
 Só você pode levar
 Velho, grande pisa, doce, amargo
 Tanto faz eu tolerar
 Canela, cravo e mel, limão, álcool
 Pois me faça um favor
 Me leve novamente com clareza
 Onde só você me levou
 Não importa se é calor ou frio
 Desde que eu tenha o meu Pisa macio
 Carmo, São Francisco, Matriz, Cristo

Tanto faz a gente estar
 O que importa que é muito longe
 Onde ele vai me levar
 Não importa se é calor ou frio
 Desde que eu tenha o meu Pisa macio



♥♥♥ Júlio Andrade (The Baggios³⁰⁶). Pisa Macio Interestelar ♥♥♥

Sentados num banco no canto noroeste da praça, observamos o velho horizonte desabar sobre um prédio abandonado. É a antiga sede da prefeitura que encontra-se interditada há alguns anos. Dali também avistamos a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, numa união entre terra e céu, divino e mortal³⁰⁷. A Matriz, enquanto união da quadratura, funde um lugar³⁰⁸ na cidade de São Cristóvão. As duas torres azulejadas e o relógio enferrujado chamam a atenção pela peculiaridade (Figura 18). A Matriz lembra-nos da capacidade do homem em produzir obras, feitos e palavras que permanecem³⁰⁹. É o meio pelo qual o ser humano pleiteia pelo direito à imortalidade e demonstra sua natureza demiúrgica.

Contornando a praça, marchamos para seu outro extremo. No caminho nos deparamos com sabores da cidade na Casa da Queijada (Figura 19). Somos sonhadores da culinária sancristovense que dela transborda. Sonhadores do preparo dos alimentos, ingrediente por ingrediente. Na falta do queijo para a tradicional receita, inventou-se uma nova. Dona Marieta recebeu de sua bisavó, que era escrava, as indicações para a elaboração dessa iguaria: coco, açúcar, margarina, cravo, ovos e farinha de trigo. Bate, junta, acrescenta e repousa. Enquanto isso, prepara-se a massa bem fina que vai levar a queijada. O segredo da receita está na consistência da queijada e no forno a lenha, sempre quente! O paladar é inigualável, mavioso, doce como São Cristóvão. Pelo ato de comer – pelos

³⁰⁶ Banda de blues e rock, formada em São Cristóvão no ano de 2004. Integrada por Júlio Andrade (guitarra e voz) e Gabriel Carvalho (bateria), o *power duo* transparece sancristovidade com várias músicas sobre a infância, personagens e a vida na cidade.

³⁰⁷ HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

³⁰⁸ MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 227-247.

³⁰⁹ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 12ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

sabores, aroma e textura – “experimentamos a intimidade material da crosta terrestre”³¹⁰ que funda a realidade geográfica da antiga capital.

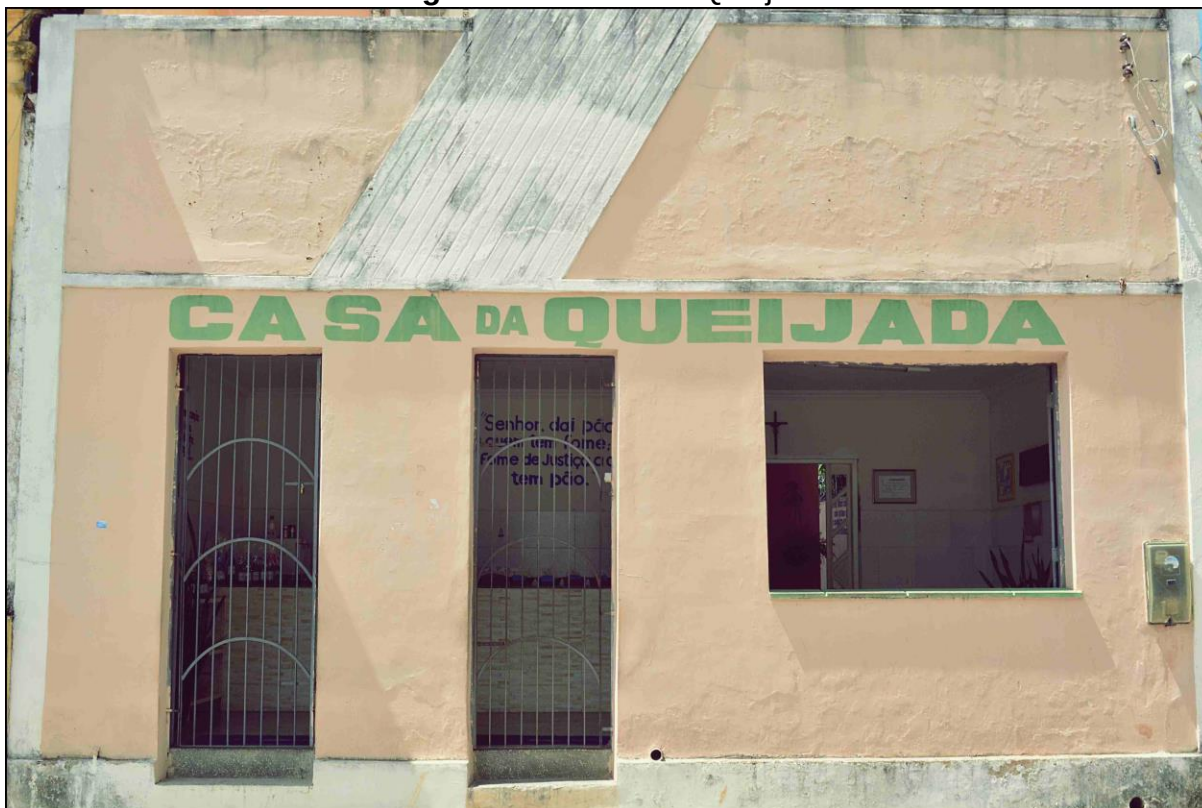
Figura 18 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

³¹⁰ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 15.

Figura 19 – Casa da Queijada



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Saímos acalentados pela receptividade e, algumas pernadas à frente, já na esquina com a Rua Pereira Lobo, encontramos o sobrado de balcão corrido (Figura 20). Sobre ele, Carlos Drummond declama: “O vasto balcão corrido na fachada do sobrado sergipano de São Cristóvão, que derramava sobre a cidade a importância social de seus proprietários”³¹¹. Guarnecido por madeira esculpida e lampejos arabescos, o casarão colonial é muito mais do que um exemplar da colonização ibérica.

Paredes de adobe nos seduzem. No andar de cima, onde os medos se racionalizam, funciona a Secretaria de Cultura e a FUNDACT³¹². Enquanto no andar inferior, no qual existem dois espaços culturais, participamos das potências

³¹¹ ANDRADE, Carlos Drummond. Tempo-Arte do Brasil. In: TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil**. 3ª edição. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008, p. 7.

³¹² Fundação Municipal de Cultura e Turismo João Bebe-Água que integra a Secretaria de Cultura e Turismo do Município.

subterrâneas, da profundezas da vida noturna³¹³. O rés do chão desse monumento abriga o interior de nosso ser, as lembranças da infância feliz.

Figura 20 – Casarão de Balcão Corrido - Espaço Cultural.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

No casarão temos contato com uma floresta da natureza íntima das coisas. Habitamos a felicidade do mundo entre utensílios e inutensílios³¹⁴ que encontramos nos dois espaços culturais, onde artistas e artesãos expõem seus trabalhos. Com origem nos sonhos, nas vivências e nos talentos dos sancristovenses, nascem bonecas e bolsas, toalhas e tapetes. Fuxicos e bordados costuram o espaço das bonequeiras, sempre movimentado pelo trabalho e por uma boa roda de conversa, em meio aos poucos turistas que visitam o local. O cômodo ao lado, dedicado à cordelista Alda Cruz, é uma homenagem à memória e à imaginação. O ferro é a brasa, o filtro é de barro e a máquina, de escrever. Entre petecas e peões, estão expostos seus cordéis e o título de cidadã honorária de São Cristóvão. Em sua

³¹³ BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Remberto F. Kuhnen, Antônio da Costa e Lúcia V. S. Leal. São Paulo: Nova Cultura, 1988a.

³¹⁴ A palavra “inutensílio” é utilizada no sentido poético de Manoel de Barros (2015), de uma linguagem que imagina (BACHELARD, 1990)

literatura, as experiências de quase oitenta anos viram versos nos “jornais do sertão”³¹⁵:


 Agulha e linha na mão
 sobras de renda e bico
 os retalhos dos vestidos
 não os coloque no lixo
 em luxo irão se transformar
 isso se chama FUXICO³¹⁶

 ♡ ♡ ♡ ♡ Alda Cruz. Fuxicar é arte ♡ ♡ ♡ ♡

Neste espaço cultural temos a impressão de que algumas coisas devem ser apreendidas na escala da proximidade. Nele vivenciamos experiências que não são somente externas, mas também internas. Memórias de pensamentos que tivemos, de devaneios que sonhamos, de lugares que nunca visitamos e de pessoas de que somente ouvimos falar. Aqui a imaginação abre perspectivas antes impensáveis. O uso no sentido social, o uso comunitário, dinamiza este lugar. A vontade criadora, os fazeres populares, irrompem como verdadeiros bens culturais. O que absorvemos vai além de uma tendência de conservar, de reter, existe uma vontade em instigar, em provocar e em devolver³¹⁷.

No casarão de balcão corrido encontra-se entrelaçada a tríade das atividades humanas fundamentais. O trabalho, por meio do qual o homem supre suas necessidades fundamentais; a obra, que atinge sua finalidade com a elaboração dos utensílios e assegura um mundo de coisas; e a ação, que ocorre diretamente entre seres humanos, sem intermédio de elementos materiais³¹⁸. Aqui, como ao longo de nosso itinerário, temos alguns indícios da essência do patrimônio, fundada na existência humana.

Para prosseguir com nosso trajeto é preciso fazer uma escolha. É preciso optar por um caminho dentre dois possíveis. De um lado a Rua Cel. Erundino Prado,

³¹⁵ Outro nome para Cordel, utilizado pela autora.

³¹⁶ Grifo original da autora.

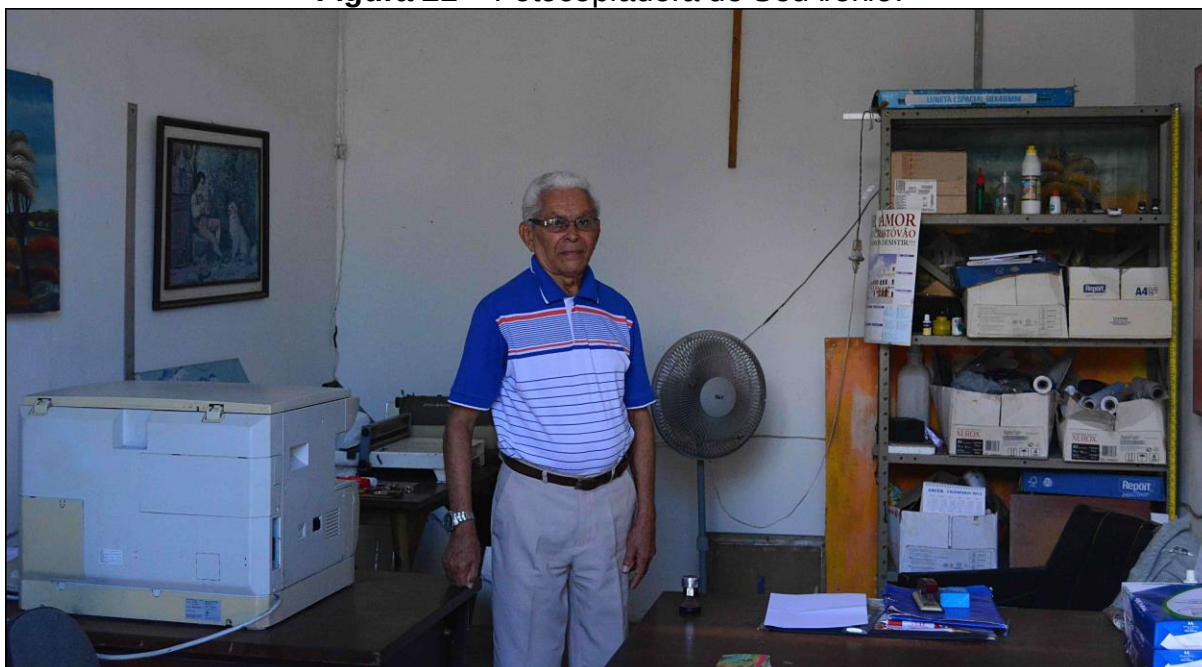
³¹⁷ MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

³¹⁸ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 12ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

por onde passamos inúmeras vezes tanto no Museu da Polícia Militar quanto no estabelecimento do outro lado da Rua, onde sempre fomos muito bem recebidos por Sócrates Prado³¹⁹. Licores, confeitos e artesanatos ficavam expostos na loja desse valoroso cidadão que transpirava sancristovidade e sempre lutou por melhorias na cidade.

A outra opção é seguir pela Rua Frei Santa Cecília, contornando a academia para fazer uma parada na fotocopidora de Seu Irênio (Figura 21). Entre as ações reprodutoras inerentes a este espaço, manifesta-se a imaginação criadora, que supera a condição humana. Atrás de sua escrivaninha, esse simples senhor revela-se um engolidor de céus, que enxerga a germinação de mundos através de suas poesias. Seu Irênio (en)leva-nos pela cidade, nas alvoradas que desnudam as manhãs e iluminam os manguezais.

Figura 21 – Fotocopiadora de Seu Irênio.



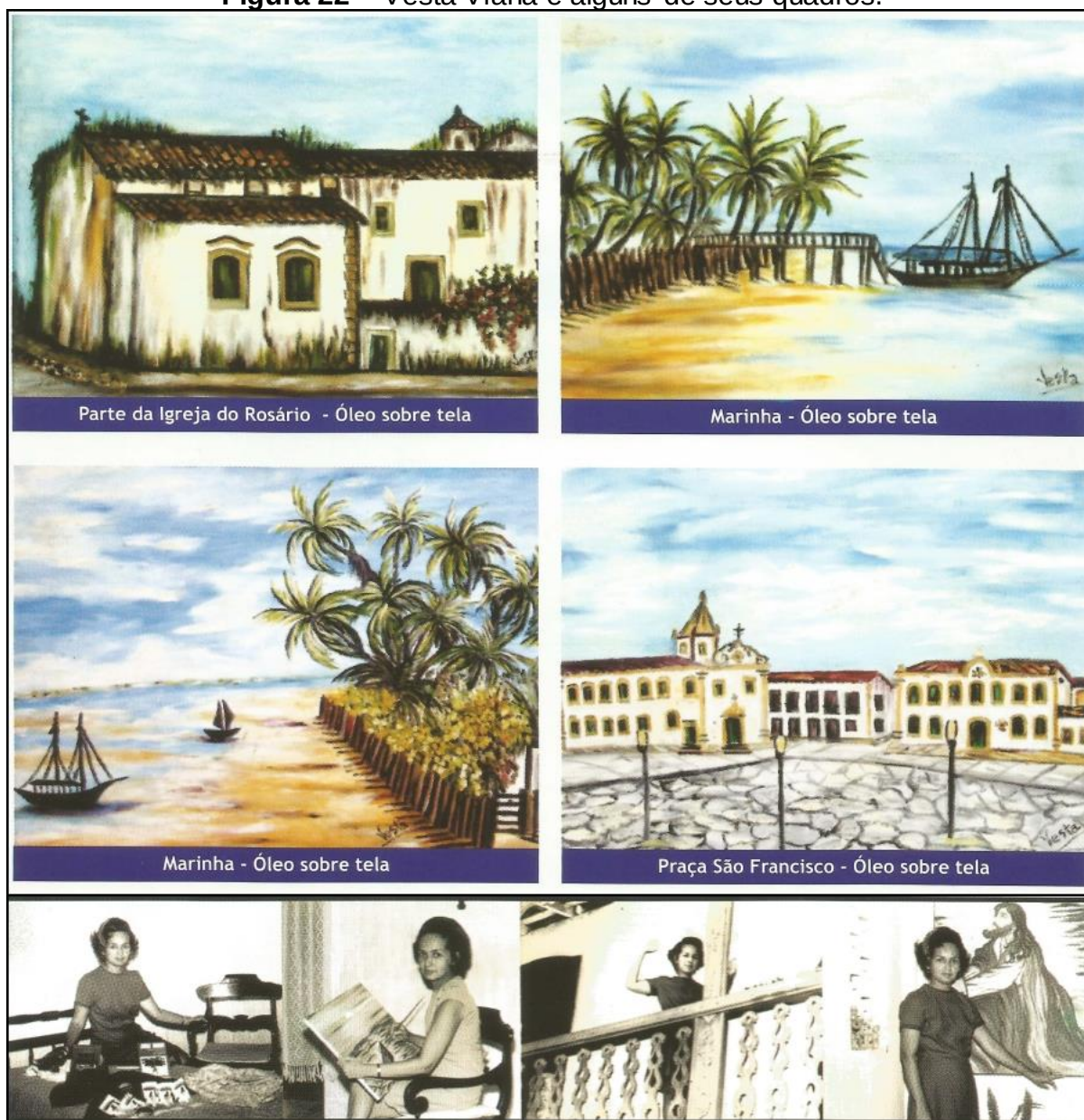
Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Algumas passadas adiante, na casa de número 54, Vesta Viana encontrava-se sempre aos cuidados de seu jardim. Despreocupada com academicismos, Vesta pintava seus pensamentos, suas imagens, ignorando empecilhos técnicos e conceituais (Figura 22). Sua espontaneidade lembra-nos que o homem é fruto do

³¹⁹ *In memoriam.*

desejo e não da necessidade³²⁰. Ao romper com a razão, a luz sorri na superfície de seus quadros e o calor de suas obras nos penetra. Proporciona uma satisfação térmica, uma felicidade calorífica. A artista lembra-nos que o olho vê e que a lembrança revê, mas somente a imaginação transvê³²¹. Com Vesta, transvemos o mundo.

Figura 22 – Vesta Viana e alguns de seus quadros.



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, 2015.

Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

³²⁰ BACHELARD, Gaston. **A psicanálise do fogo**. Trad. Paulo Neves. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

³²¹ Perspectiva subjetiva que busca ir além do que está visível.

Estão expostos os dois caminhos possíveis, dentre os mais curtos, até nosso próximo destino. Na diligência de buscar compreender de dentro para fora³²² os lugares, as paisagens e os territórios, não conseguimos fazer a escolha entre as duas possibilidades. Por isso, deixamo-la ao leitor. Nesse momento nosso itinerário torna-se um roteiro do luar. Abandonamos por um instante a caminhada e flutuamos sob telhados sonolentos, até cair no “mundo quadrado” da Praça São Francisco (Figura 23).

Figura 23 – Vista panorâmica da Praça São Francisco.



Fonte: Teixeira da Silva, 2017.

Logo nos primeiros encontros com a Praça captamos os versos de Manoel Ferreira³²³. “Idosa, risonha e tranquila”³²⁴, na Praça espreitamos as origens da cidade. Para apreender a Praça São Francisco é preciso ouvir o silêncio das pedras, a fala das águas, as vozes do chão. Sob a única árvore que nela ainda resta, temos profundidades. Desse outeiro, que foi seu nascedouro, a cidade desceu ladeiras, se espalhou pelas encostas e foi à procura das esplanadas na cidade-baixa.

Na Praça apreendemos uma geografia sonhada, uma geografia dinâmica. Nela encontramos a Igreja e o Convento de São Francisco, habitando o lado norte; no outro extremo, o Museu Histórico de Sergipe e o seu braço direito, o sobrado do Iphan; à leste repousa o Lar e Colégio Imaculada Conceição, parcialmente ocupado pela Prefeitura; e à oeste saboreamos a cultura sancristovense na Casa do Folclore Zeca de Norberto e na Biblioteca Municipal Lourival Batista (Figura 24). Mais do que uma coleção de edifícios, a Praça abriga ninhos, é a uma casa onírica que possui raiz e folhagem.

³²² RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia (Orgs.) **Qual o espaço do lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.17-32.

³²³ Manoel Ferreira Santos (1922/2015). Poeta e ex-diretor do Museu Histórico de Sergipe.

³²⁴ FERREIRA, Manoel. Cidade de São Cristóvão.

A São Francisco é tombada, tombada de saudades. A cordelista³²⁵ enfatiza: “pise forte que este chão é seu!”. Nesta ágora o passado coexiste com o presente. Aqui, lembrar é um exercício de alteridade, que presentifica o ausente³²⁶. Um lugar de encontros e desencontros, onde encontramos a nós mesmos, uma paisagem da memória que não somente replica, mas que imagina:



Praça São Francisco das lembranças
 O batismo foi na igreja
 Primeiro beijo aconteceu ali, no banco da praça
 Atrás da árvore ou à frente?
 Tem um cruzeiro que abençoa todos

Praça São Francisco das lembranças
 Não havia calçamento, era só terra e mato
 Que virava lama com a chuva
 Era menino e brincava de manja e pelada
 Quando não tinha o reisado para entreter
 nem o chefe do quartelão a nos perseguir

Praça São Francisco das lembranças
 Era na praça a quermesse
 Era na praça o namoro
 Quase tudo acontecia ali
 No mundo quadrado da praça...



»»»»» Thiago Fragata. Praça São Francisco das Lembranças (2010)³²⁷»»»»»

³²⁵ Cordel de Alda Cruz (2016): “Pise forte que este chão é seu!”

³²⁶ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

³²⁷ FRAGATA, Thiago. **São Cristóvão: poética e xilogravada**. Ilustrações Nivaldo Oliveira. Aracaju: Página 5, 2015, p. 21.

Figura 24 –Casa do Folclore e Biblioteca Municipal.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

(Acima duas fotos da Casa do Folclore. Abaixo fotos da Biblioteca Municipal).

A Praça é vívida, brilhante e cheia de cores; a Praça é vivida, ela tem história e estórias; a Praça é vida, nela experimentamos geograficidade. Um lugar de cotidianidade, uma paisagem que fala-nos dos valores humanos, a Praça São Francisco é “âncora espacial do ser-no-mundo”³²⁸. Para absorvê-la é preciso ser árvore, pois ela ensina do chão. A única árvore que ainda resta na Praça oferece proteção contra o sol. A sombra é deveras uma habitação³²⁹. Embaixo dela o dia a dia se desenlaça, jovens sentam para conversar, idosos jogam carteadado, crianças se refrescam com água de coco, pessoas de todas as idades passam a caminho... ...“no homem tudo é caminho”³³⁰.

A Praça tem cheiro de verão. Nela afagamos casas tortas e sentimos os ritmos da cidade. Ganzá, zabumba e cuíca anunciam a chegada da Caceteira do

³²⁸ MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 227-247, p. 231.

³²⁹ BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Remberto F. Kuhn, Antônio da Costa e Lúcia V. S. Leal. São Paulo: Nova Cultura, 1988a.

³³⁰ BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre as imagens da intimidade**. Trad. Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 163.

mestre Rindu³³¹ (Figura 2). A louvação a São João é entoada pelo mestre, tirador de versos, e a resposta vem dos brincantes, no refrão de saias rodadas. O sapateado não pode faltar! Umbigada tem também. Na música, na dança e nos versos a Caceteira é uma verdadeira poética do coco. Como o anoitecer, o grupo vai passando e alegria alastrando:

Figura 25 – Caceteira do Mestre Rindu.



Fonte: Arquivo da Prefeitura de São Cristóvão, 2017.

Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Não é só de Caceteira que a Praça é feita. Seja no ciclo junino ou natalino, as celebrações são uma consciência da inquietação. O som do batuque do Samba de Coco de Maria Acácia dos Santos vem requebrando e sapateando. Chapéus, adornos e fitas floream o Reisado de Satu, entre cânticos e “entremez”. Ao tom dos cantos dedicados aos Santos Reis, a Taieira do Seu Jorge fecha alas com muita festa. Num autêntico desfile de sancristovidade, as expressões culturais da cidade nos libertam dos arrebatamentos habituais e tornam-se um novo modelo de vida, de vivência ritmada.

Os elementos objetivos da Praça São Francisco são insuficientes para explicar nossos sentimentos. Desses encontros não existem avaliações, somente

³³¹ José Gonçalo dos Santos.

admirações, fonte primária e ardente de conhecimento³³². Nesse instante, o solo de São Cristóvão nos desbrava e procuramos argumentos para justificar um envolvimento vital. Essa excêntrica *plaza mayor* de cantos aveludados e feições maternais é a primeira e a última morada, a origem e o destino de São Cristóvão. Nela participamos do verdadeiro retiro da vida enrolada e apreendemos seus ritmos.

Mesmo entregues ao mundo da Praça, à beleza que nos maravilha, é preciso deixá-la e seguir nossos percursos que falam. Numa verdadeira enunciação construída pelo ato de caminhar, seguimos pela Rua Erundino Prado, que como uma serpente, tortuosa e esguia, se arrasta sentido sol nascente. Contornamos a entrada lateral da escola do Lar Imaculada Conceição e ao seu lado, imóvel, uma residência bege, de grades amarelas e janelas azul-celeste, ou melhor, um tom de azul que é vontade de lucidez³³³ (Figura 26). Nela Seu Jorge dos Santos mostra-nos alguns de seus belíssimos trabalhos que lhe renderam a alcunha de “Mestre Jorge do Estandarte”. Filho da terra, coordenou blocos carnavalescos patrocinados pelas fábricas de tecido nos anos 1950 e até hoje dedica-se aos grupos de Taieira, Reisado, Samba de Coco e Batalhão de São João.

A trilha sonora desse encontro é composta por um ou outro carro que passa na rua e o vozerio das crianças brincando no colégio. De fala cadenciada, Seu Jorge conta dos anos vividos no Rio de Janeiro e do período conferido às escolas de samba. O compasso de seu discurso é de um homem percorrido por culturas populares, que escava as profundezas sergipanas. No cerne de suas preocupações com a cultura, não se esquece do papel da educação. Questionador, Seu Jorge quer ultrapassar-se. Emprasta sua linguagem ao mutismo das coisas e por meio de seu palavreado vislumbramos as cifras de São Cristóvão, sua cultura e seus costumes.

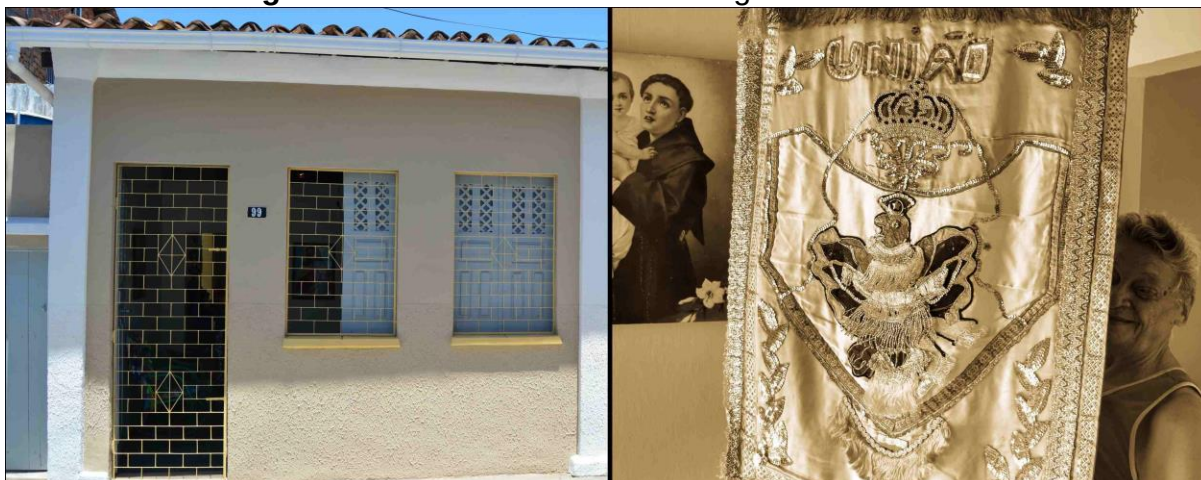
Saímos mudados, não pelo conhecimento, mas pela consciência. Consciência de patrimônios que nos instruem, nos modificam³³⁴. Assim sendo, retornamos novamente ao patrimônio em busca de novas experiências que contemplem as transmutações celebradas.

³³² BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaio sobre as imagens da intimidade. Trad. Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

³³³ BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Tad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

³³⁴ BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Figura 26 – Residência de Seu Jorge do Estandarte.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2015.

Cinquenta metros adiante, o último ponto de nosso itinerário. Como sonhadores da terra e amantes de São Cristóvão, não poderíamos terminar em outra localização que não a Igreja do Rosário dos Homens Pretos (Figura 27). Nossa preferência por ela sempre foi clara e os motivos eternamente incertos. Podemos oferecer algumas pistas. Mesmo nunca tendo pisado em seu interior, sonhamos com sua intimidade.

Atravessar seu frontispício é como cruzar um rio. Porém, ao invés da liquefação, experimentamos a solidificação das substâncias terrestres de São Cristóvão. Um frontão triangular de linhas retas, uma porta, duas janelas e uma janela ocular, tudo em alvenaria de pedra. Rocha lapidada em concretude de solidão. Não há sonho que o arenito não realize³³⁵. Sua fachada ainda é composta por um campanário baixo e retangular.

Pequena e aconchegante, temos vontade de abraçá-la. Adornos florais, algumas folhas e dois pássaros no entorno da porta transmitem a intuição de um calor íntimo, de um abstrato concreto. Uma síntese que encanta, que faz pensar e sonhar ao mesmo tempo³³⁶. Aqui temos contato com um mundo que não foi feito em

³³⁵ BACHELARD, Gaston. **A terras e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Trad. Maria E. A. P. Galvão. 4ª ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013b.

³³⁶ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

alfabeto, que não pode ser expresso em palavras. É um saber que dá forma a uma emoção, uma transferência de valor³³⁷, valores de afetividade e interioridade.

Figura 27 – Igreja do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2014.

3.2 DESBRAVANDO UM MUNDO... SÃO CRISTÓVÃO E OS DEVANEIOS DA VONTADE

Neste subcapítulo transparecerão valorizações de resistência e abertura nos jogos dos passos que moldam espaços³³⁸. Nossos itinerários geográficos (Figura 28) buscam, agora, pelo mundo resistente, que nos impulsiona para fora do ser estático. A dialética do “duro” e do “mole” são os primeiros qualificativos apreendidos no contato com um mundo que nos desafia a caminhar, a agir, que nos provoca a tomar consciência de nossas capacidades³³⁹. É desse modo que, em São Cristóvão, apreendemos as planícies litorâneas e os cursos d’água, as colinas e os manguezais. Na vontade exercida contra as matérias, o povo sergipano cria e modifica lugares, paisagens, territórios.

³³⁷ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

³³⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 163.

³³⁹ BACHELARD, Gaston. **A terras e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Trad. Maria E. A. P. Galvão. 4ª ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013b.

Nada aprende quem não se mexe, por isso nos movemos³⁴⁰. Partimos. Aqui o aprendizado é uma travessia fora da sombra da casa natal. Mundo afora aprendemos pelo erro e pela resistência. Nesse itinerário o horizonte é um franquear, um convite à viagem e à exploração. Não é lugar de enraizamento, mas de eclosão de deslumbramentos, de abertura ao que está fora, ao mundo e ao outro³⁴¹, no qual o patrimônio é dimensão essencial.

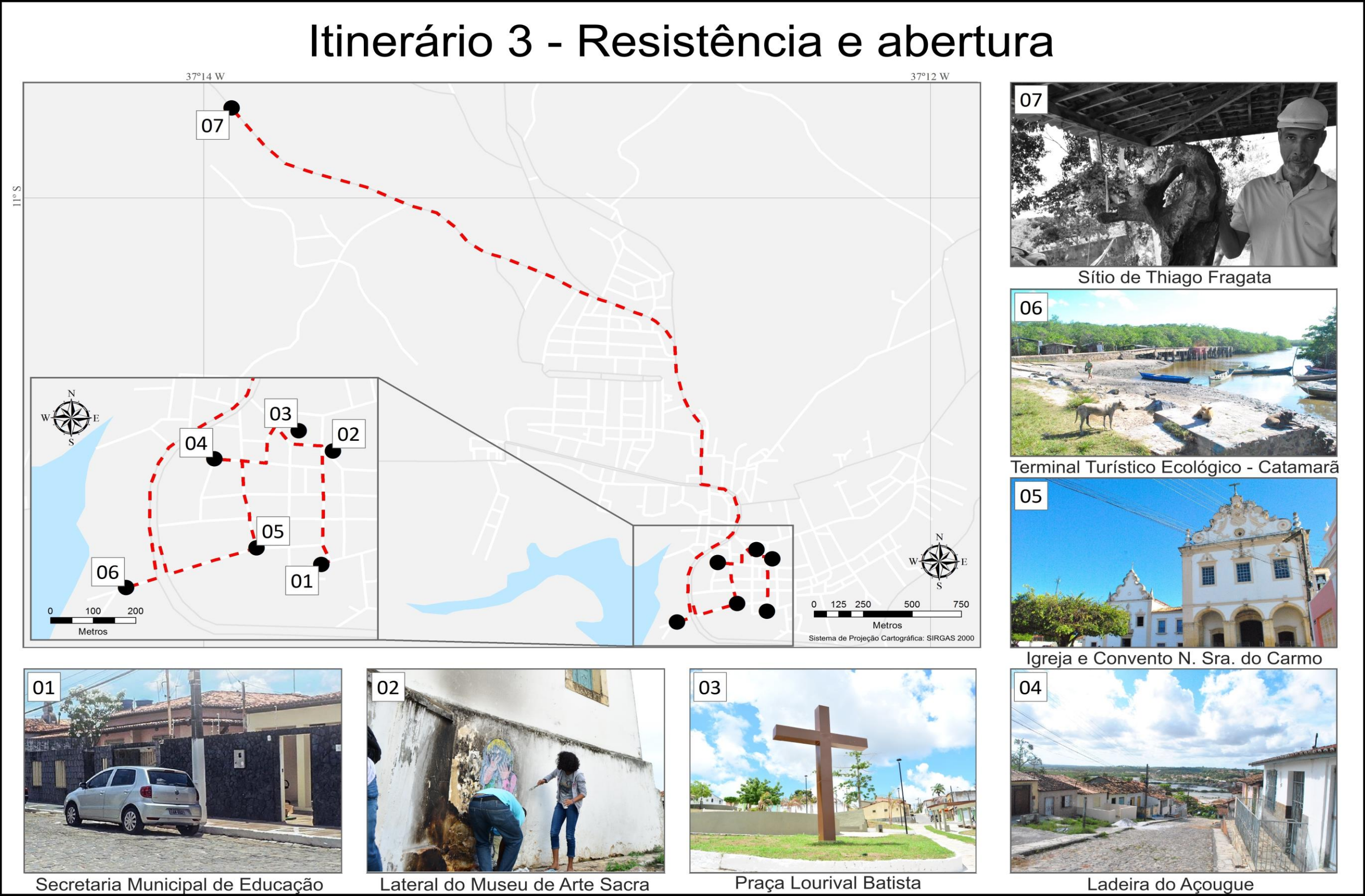
Inauguramos nosso itinerário na Secretaria de Educação do município. Nela encontramos-nos com Gal, artista plástico e professor, percorrido por inquietudes. Entrelaçado, assim como o Vaza-Barris ao desaguar no mar, Gal também anseia por maiores corpos d'água. Para ele a arte surge como uma forma de se comunicar, de se relacionar e, assim, seus pequenos traços no papel transmitem sentimentos que não são nossos, mas que nos transpassam. Habilidoso, sabe os caminhos da criação, conjuga o verbo criar em todos os tempos, seja no desenho, na xilogravura, na tela, na escultura ou no computador.

São Cristóvão é sua vazante, seu leito principal. Das vilezas do chão vem-lhe a inspiração. Assim como um rio efluente, é alimentado pelas fontes da cidade. Porém, em certos períodos, o artista não se contém e transborda. Aracaju compreende seu leito maior. É sentido oceano que o artista flui quando não se sente valorizado.

³⁴⁰ SERRES, Michel. **O terceiro Instruído**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

³⁴¹ COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Trad. Ida Alves. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

Figura 28 – Itinerário 3 - Resistência e abertura.

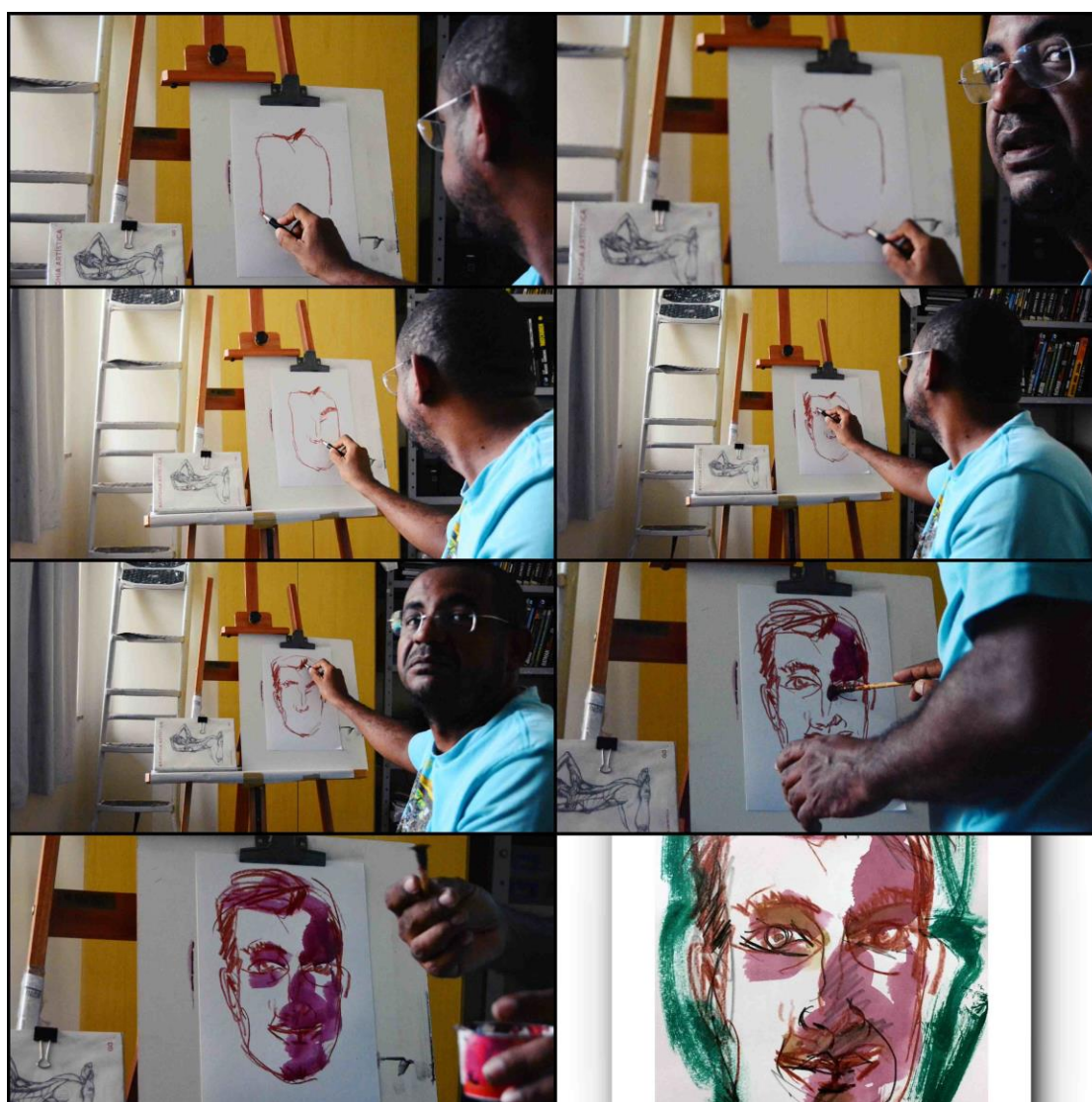


Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.
Projeção Cartográfica: SIRGAS 2000.
Elaboração: Leandro Cardoso.

Já no seu ateliê, no edifício ao lado da Secretaria, também nos tornamos obra de arte (Figura 29). As linhas começam dando contorno ao rosto, um traço desce em direção ao centro formando o nariz. Somos tomados por um sentimento curioso de integrar, ainda que intimamente, uma obra de arte. Numa consciência íntima descemos até as profundezas do criador. Enquanto terminava o contorno, algo ainda ardia. Mesmo na sombra, a felicidade humana ainda é uma luz³⁴². Ao colorir certas partes do desenho, colocando-as onde é preciso, o artista conta. Por fim, somos tomados por uma alegria de viver.

O vinho e o verde em sua obra são habitados.

Figura 29 – Nascimento da obra de Gal.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

³⁴² BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

Ao sair de sua residência, na Travessa Mamede Dantas, nos deparamos com uma das intervenções artísticas realizada por Gal. O intuito dessas manifestações é sempre o de provocar, questionar, reflexionar. Muitos dos seus desenhos procuram a beleza bruta, aquela que ainda não foi oprimida pelas técnicas.

Decidimos acompanhá-lo numa dessas intervenções, na qual a vontade da mão obreira enfrenta todo tipo de matéria (Figura 30). Esses devaneios da vontade que alimentam o trabalhador-artista irrompem na impaciência por agir no mundo³⁴³. Assim, ao lado do Museu de Arte Sacra, Gal e seus alunos começam a aplicar a cola que vai segurar o desenho realizado em jornais velhos. O mesmo já havia sido pintado e recortado na escola no dia anterior.

No papel, uma criança envergonhada pela atitude de moradores que despejam lixo e entulho em locais inadequados, o que ocasionou um incêndio de proporções pequenas. Inicialmente, uma frase acompanharia a imagem, porém, a criança acabou por ficar sozinha em meio às marcas deixadas pelas labaredas. Vestígios das impurezas aniquiladas que deram luz a essa obra, na qual o mal foi alimento do bem³⁴⁴.

³⁴³ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

³⁴⁴ BACHELARD, Gaston. **A chama de uma vela**. Trad. Glória de Carvalho Lins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Figura 30 – Intervenção artística ao lado do Museu de Arte Sacra.



Fonte: BARROSO, 2017 e TEIXEIRA DA SILVA, 2017.
Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Em Gal, paredes aprendem inquietudes. Um verão de São Cristóvão sempre está presente em suas obras e no chão de sua voz. O término de uma obra é um processo de desapego, afinal as criações desatam angústias³⁴⁵. Ao acompanhar esse artista, paisagens, lugares e territórios desdobram-se ao longo do caminho. Horizontes da vida aumentada foram abertos, nada continua a mesma coisa na ação

³⁴⁵ BACHELARD, Gaston. **A terras e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Trad. Maria E. A. P. Galvão. 4ª ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013b.

ampliada do poético. Que grande dia tivemos o prazer de vivenciar. Um dia sem antes e nem depois, em que tudo no universo aumentava³⁴⁶, porque...

Não há como dizer todas as riquezas presentes na obra deste artista. “Nem tudo está desvendado”³⁴⁷, por isso seguimos nosso percurso. Pode-se dizer que nesse instante “um dos meus pés é chamado passado, outro futuro”³⁴⁸. Ao deixar a “criança envergonhada”, passamos novamente pela Praça Lourival Batista. Contudo, outras valorizações são suscitadas nesse momento.

Mesmo recém-reformada, a Praça sofre... agoniza com o castigo das águas. Aqui temos contato com a água antes de se tornar recurso - uma visão primitiva³⁴⁹ -, a água que ora é dissolução, ora é coagulação. Esse elemento ambivalente e transitório, que escava praças e ladeiras da cidade, é captado por todos nossos sentidos e trabalha nossa imaginação. Nessa altura, sabemos por concha que o solo parece ter sede, nunca está saciado. Por isso, todo ano no período das chuvas, sulcos e ravinas rasgam áreas da cidade (Figura 31).

Detentora de segredos³⁵⁰, a água parece tentar se esconder nas entranhas da terra. Escavando, penetra o solo em busca de refúgio no interior das rochas. O ser humano, insistente, luta contra as forças da água, constrói onde ela erode. É no trabalho excitado pelas matérias duras e pelas matérias moles que os sancristovenses tomam consciência de suas potências dinâmicas. A natureza, querendo edificar, criou o construtor. Este, que subtrai de suas energias para dar vida às suas obras, por nós apreendidas em casas que zombam da declividade das vertentes, ruas que desafiam as propriedades do solo, barcos que refutam a resistência dos rios. E assim, a Praça nos revela um eterno confronto homem-matéria travado em paisagens, lugares e territórios de São Cristóvão. Combate este,

³⁴⁶ BACHELARD, Gaston. **Fragmentos de uma poética do fogo**. Trad. Norma Telles. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990a.

³⁴⁷ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

³⁴⁸ Tradução nossa: “L'un de mes pieds se appelle passé, l'autre futur” (CREVEL, 1991, p. 36)

³⁴⁹ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

³⁵⁰ BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaios sobre a imaginação da matéria. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013b.

revelador da multipolaridade contraditória de um povo permanentemente em reformulação³⁵¹.

Figura 31 – Erosão em São Cristóvão.



Fonte: PEREIRA, 2017; TEIXEIRA DA SILVA, 2017.
Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

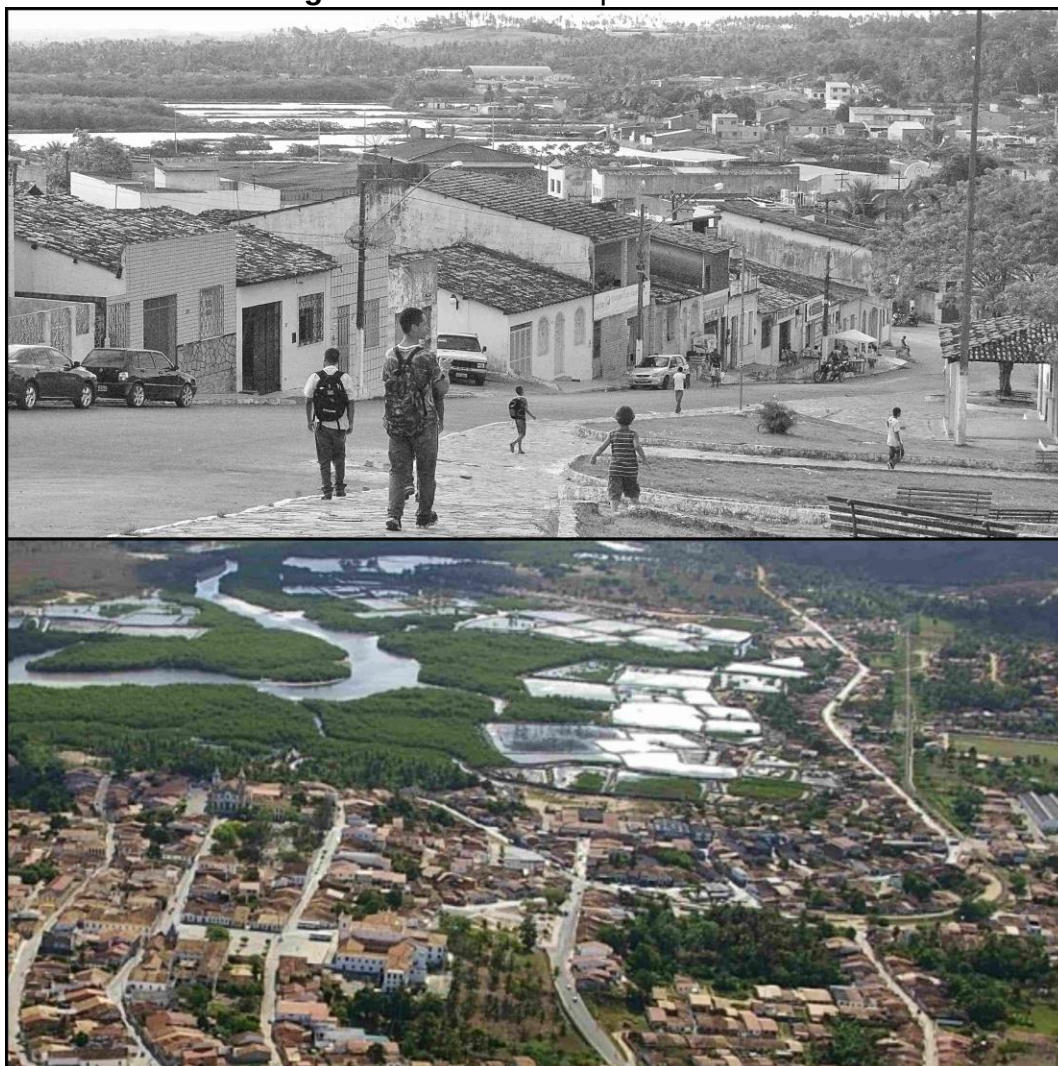
Do alto da Praça, avistamos ao longe um “arquipélago de piscinas” (Figura 32). Deste ponto, parece ser possível sentir o cheiro do sol, um aroma que nos oferece o universo da infância em expansão³⁵². Para o sonhador da natureza íntima,

³⁵¹ JOSÉ DE CARVALHO, Marcelo. Por uma Ética das Emoções. In: SANTANNA, Catarina. (Org.). **Gaston Bachelard**: mestre na arte de criar, pensar, viver. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 105-128.

³⁵² BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

o apicum³⁵³ também é um tipo de provocação. Da vista do Apicum-Merém³⁵⁴ somos lembrados das intenções humanas inscritas na terra³⁵⁵. Devido à alta salinidade presente nesta zona de transição, inicialmente, ela foi transformada em salina e hodiernamente a região é marcada pela atividade pesqueira e aquicultura.

Figura 32 – Vista do Apicum-Merém.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017; GALVÃO, 2007³⁵⁶.
Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

³⁵³ Zona de transição entre o manguezal e a terra firme. Desprovido de vegetação arbórea, pode ser considerado um tipo específico de manguezal herbáceo. O termo tem origem popular e é derivado do Tupi, podendo significar “língua de areia” ou “coroa de areia” (SCHMIDT *et al.*, 2013).

³⁵⁴ Bairro do município de São Cristóvão.

³⁵⁵ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

³⁵⁶ Disponível em: <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2013/08/de-sao-cristovao-ao-rio-comprido-ix.html>>.

A vista deste ponto é tão bela que indescritível. O silêncio se junta ao silêncio e a presença do tempo se traduz numa paisagem que faz pensar, num lugar que abre outros mundos, num território sem fronteiras, que não se restringe em si mesmo, é recomeço. Do alto, imaginamos o cotidiano árduo de pescadores e marisqueiras que tiram desse local seu sustento. Aqui só temos um pensamento... “Quem foi temperar o choro e acabou salgando o pranto”³⁵⁷.

Da Praça, subimos pela Rua Pereira Lobo. Logo no seu início, um pequeno estabelecimento comercial refresca nosso itinerário. Entramos em contato com sabores, aromas e texturas que renovam tardes. Pelo ato de comer nos ligamos a terra, às árvores tortuosas que dão origem ao umbu e à mangaba (Figura 33). Nativas da caatinga sergipana, essas frutas imprimem saberes em sabores. O sorvete de umbu, agradável e ligeiramente azedo, e o de mangaba, cremoso e levemente ácido, nos exercitam. Experimentamos os prazeres sergipanos proporcionados por essas frutas. Na mangaba e no umbu, sentimos os encantamentos do chão.

Figura 33 – À esquerda: Mangaba; À direita: Umbu.



Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Continuamos construindo nosso itinerário – tanto quanto este nos constrói. Ao chegar novamente à Praça da Matriz, quebramos à direita e vamos sentido ladeira José Prado Franco, também conhecida como Ladeira do Açogue. A descida íngreme da ladeira nos obriga a diminuir o ritmo do caminhar. Mediante passos

³⁵⁷ Poema de Leandro Gomes de Barros, “O mal e o sofrimento”.

curtos, chegamos ao nosso próximo destino, numa anunciação da alcunha do artesão que ali trabalha. José Santos de Araújo, também conhecido como Passinho, ou Passos, é um verdadeiro poeta da mão moldante³⁵⁸, da mão sonhadora.

Nascido no dia de Nosso Senhor dos Passos – que lhe rendeu o apelido – e filho de pai marceneiro, Passinho foi iniciado na arte de esculpir por meio da fabricação de móveis. Porém, sua sensibilidade e habilidade o levaram a outro caminho. Ouviu um chamado nas intimidades da madeira, um convite, que veio no momento inicial pelo restauro dos instrumentos musicais. Dotado de um saber dóxico³⁵⁹, seus primeiros reparos foram num piano, depois surgiu o violino, até o encontro com a orquestra sinfônica.

Verdadeiro profeta dos sons, seu cartão de visitas para a oficina de restauro foram dois instrumentos que fez a partir somente da observação. Assombrados, muitos pensaram que ele já exercia a profissão de luthier. Ao concluir o curso no final da década de 1980, na Paraíba, recebeu uma proposta para trabalhar na luteria estadual. Contudo, São Cristóvão o chamava, e ele retornou.

Formão e serra, esquadro e plaina, tupia, torno e lixadeira, instrumentos que auxiliam Passos na construção de violões, violinos e cavaquinhos. Ele nos abre ao mundo dos sons. Árvores o esculpem. Em sua luteria, a madeira ganha novos sentidos (Figura 34). Estes que não habitam a matéria pura e são construídos ao longo do trabalho do luthier³⁶⁰. Em sua oficina, a flauta espera o instrumentalista, assim como a pintura aguarda seu intérprete.

Passos é beato de ouvir as prozas da madeira. Somente pelo toque sabe o timbre das peças, os graves e agudos. Assim, abetos³⁶¹ e bordos³⁶² recebem toda a

³⁵⁸ BACHELARD, Gaston. **A terras e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Trad. Maria E. A. P. Galvão. 4ª ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013b.

³⁵⁹ Na tradição clássica, a doxa é um conhecimento de primeiro grau, uma ferramenta de transmissão dos saberes adquiridos e dos métodos de aprendizagem. Ligada aos funcionamentos das cidades antigas, onde a diversidade de ofícios e saberes era imprescindível para o seu funcionamento. O saber dóxico é absorvido através de ouvires-dizeres e se modifica ao longo do tempo. Voltado para a parte empírica, é um tipo de saber constantemente aperfeiçoado e transmitido dos mestres aos seus aprendizes (CAUQUELIN, 2005, p. 160-161).

³⁶⁰ CAUQUELIN, Anne. **Teorias da Arte**. Trad. Rejane Janowitz. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

³⁶¹ Nome comum às árvores do gênero *Abies*, apreciadas por sua madeira e resina. Árvores coníferas da família Pinácea nativas de florestas temperadas. Utilizada em para fabricação de instrumentos de cordas.

³⁶² Árvore acerácea (*Acer*), comumente denominada de Bordo. Seu timbre e durabilidade são considerados ideais para o fabrico variados instrumentos musicais.

imaginação de uma vida dinâmica maravilhosa³⁶³. Em suas mãos, a madeira se torna uma espécie de quinto elemento³⁶⁴ e com a ajuda do calor o luthier vai moldando os troncos de árvores, transformando-os em cultura³⁶⁵.

Figura 34 – Luteria de Passinho.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

³⁶³ BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

³⁶⁴ Ibidem.

³⁶⁵ BACHELARD, Gaston. **O materialismo racional**. Lisboa: Edições 70, 1990.

A vontade de obra não se extingue... além de luthier, Passinho também se aventura nas artes plásticas, na construção naval e no nautimodelismo³⁶⁶. Ao trabalhar docemente a matéria, a imaginação parece comandar seus gestos. Movimentos que não se submetem ao ser das coisas. Na casa de sua filha, mostramos um de seus quadros. Afirma que começou a pintar antes mesmo de trabalhar com a marcenaria, mas decidiu deixar a atividade somente como passatempo. Ao retratar a marinha, as igrejas e o casario de São Cristóvão, suas obras são quase sempre ações impacientes por agir sobre o mundo.

Já na construção naval, Passos mostra suas pertinências para árvore. Águas o manuseiam na construção de barcos e botes. Sempre em busca de madeiras leves, costuma utilizar louro e os diferentes tipos de angelim no fundo das embarcações. Para a popa, preza pela jaqueira. Quatro quilos de prego, dois quilos de cola e dois galões de tinta não são mais que necessários para pô-lo a bordo do Paramopama. Maresias do amanhã despertam esse construtor naval, um dos poucos que ainda sabem os segredos da construção do “bote de São Cristóvão” e do “barco de São Cristóvão”.

Peculiaridades percorrem essas embarcações. Largos e alongados, movidos a remos e também a panos, os botes de São Cristóvão exercem funções tradicionalmente ligadas às canoas³⁶⁷. Num saudosismo destampado, Passinho lembra os benefícios dessas embarcações, tanto no custo de construção quanto nas facilidades de manutenção. Da vontade de resgatar os saberes da construção naval e os fazeres da comunidade pesqueira, surgiu a oficina “Filhos da Maré”, realizada em 2015³⁶⁸ (Figura 35). Nela, Passinho transmitiu seus conhecimentos a vários alunos, para que esses seres aquáticos não desapareçam das águas sancristovensenses.

³⁶⁶ Também conhecido como modelismo naval, essa atividade envolve a construção de modelos reduzidos de barcos, navios e veleiros. Envolve produção de réplicas para exposição e modelos navegáveis.

³⁶⁷ IPHAN. **Patrimônio naval brasileiro**. Brasília: IPHAN, 2012.

³⁶⁸ A oficina teve duração de 2 meses e foi realizada em 2015, com o apoio do Iphan de São Cristóvão. A iniciativa teve como objetivo ações de fomento que visaram a conservação das embarcações e das atividades pesqueiras, inseridas no cotidiano da cidade.

Figura 35 – Oficina Filhos da Maré.

Fonte: IPHAN SÃO CRISTÓVÃO, 2015.
Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Ao deixar a luteria de Passos, somos arrebatados por toda a alegoria humana presente em suas embarcações. Percebemos a luta heroica dos pescadores que saem todos os dias em busca da subsistência. Do lado de fora ouvimos um chamado, o nosso próximo destino não poderia ser outro que não o Porto da Banca. Por isso, subimos a Ladeira do Açougue novamente e viramos na viela atrás da Matriz. Quebramos à esquerda no colégio e à direita na delegacia. Alguns metros à frente a Igreja do Carmo nos espera, paciente. Finalmente, descemos a Ladeira do Porto da Banca, que foi centro de uma polêmica na vizinhança, após seu nome ter sido mudado para “Rua Francisco Oliveira Silva”. Alguns moradores, indignados, fixaram a antiga placa numa árvore ao lado da nova sinalização.

Enfim, chegamos ao porto (Figura 36), também conhecido como Terminal Turístico Ecológico ou Catamarã – como a maioria dos moradores prefere. No porto, nossos sentidos são tocados pelo poético. Nele o horizonte transfigura-se em potência de transbordamento³⁶⁹, as tardes desabrem nas margens do rio Paramopama. Nossas palavras ficam de joelhos com a simplicidade da beleza, tornando-se difícil exprimir a “repercussão interior do espetáculo exterior”³⁷⁰.

Figura 36 – Porto da Banca às margens do rio Paramopama.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

No Catamarã, imaginamos todo o percurso do Paramopama, da sua nascente no povoado de Aningas até o desague no Vaza-Barris. Todas as águas convergem para nosso sentido, nos tornamos exutório. O rio é um convite ao devaneio, pois quem sonha diante das águas, sonha purezas primeiras³⁷¹. Aqui o real é reflexo do imaginado. A partir da confluência dos dois rios, seduções de hidrofilia³⁷² nos levam

³⁶⁹ BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014b.

³⁷⁰ COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Trad. Ida Alves. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013, p. 52.

³⁷¹ BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

³⁷² Ibidem; Ao mencionar as seduções de hidrofilia, Bachelard (2009, p.194-195) lembra que este acontecimento é vivido pelo sonhador na espessura da água. Não seria portanto, a versão aquática

até as origens do Vaza-Barris. Quão homérico é o fato deste nascer das entranhas de Canudos. Depois de cruzar o sertão baiano e receber seus afluentes sergipanos, seu único objetivo é beijar o mar. Após essa experiência de uma poética sensível³⁷³, tocamos a extremidade do devaneio, e só nos resta partir. Vós e nós nos vamos, como vão os caranguejos, para o lado, para o lado.

Seguimos pela lateral da Rua Burburum. Nosso próximo e último destino encontra-se a quatro quilômetros. Por esse motivo, nos utilizamos do heroísmo do carro para vencer a distância. Continuamos pela Burburum por algumas centenas de metros, até o terminal rodoviário. Cruzamos a ponte Santa Cruz, avistamos a fábrica Intergriffe's e seguimos pela Avenida Três de Março. Do lado oposto ao ponto de ônibus, ingressamos na estrada de chão batido. Passamos pelo restaurante da Dona Inês e seguimos por cerca de um quilômetro até chegar à propriedade em que reside Thiago Fragata.

Já é tarde, é setembro. As jabuticabas já foram colhidas. A poucos quilômetros do centro de São Cristóvão, ouvimos as vozes do vento envolvendo as folhas das árvores. Na varanda do sítio, buscamos pela face oculta da pessoa culta. Entre as frases poéticas e o discurso crítico em relação à sociedade, Thiago Fragata fala sobre seus últimos projetos, sempre impulsionados por descortinar o universo cultural de São Cristóvão.

Em Fragata, historiador e poeta coexistem, um entrecruza o trabalho do outro numa troca profícua. Sua poesia surge do que vê e ouve no dia a dia, dos momentos que o emocionam. Colecionador de palavras, busca pelo seu sabor para compor o encanto de suas obras. Entre neologismos e trocadilhos, metáforas e paradoxos, Fragata sustenta seus versos através do silêncio dos conventos.

Como diria Manoel de Barros³⁷⁴, Thiago Fragata é um engolidor de céus, um vazadouro para contradições. Seus textos poéticos possuem origens diversas, surgem da repetição de frases ou palavras, a partir de lampejos de inspiração ou revelações repentinas, além de construções baseadas em temas históricos e

da toponímia (TUAN, 2012a). Não é a busca por espaços felizes. É um desejo por ir além, uma busca por elementos que resistem e que expandem, por meio de uma verdadeira experiência da imaginação.

³⁷³ BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

³⁷⁴ BARROS, Manoel de. **Arranjos para o assobio**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

acúmulo de informações³⁷⁵. Seu lirismo extrapola uma identidade e interioridade fixas, remete à revelação de uma alteridade constitutiva, construída nas descobertas dentro e fora de si, no contato com os outros e com o exterior³⁷⁶:



Sou
Eu sou
Sou poeta das ladeiras
da quarta cidade mais antiga
Um sobe e desce na ginga
um frevo que todo mundo brinca
das pedras que ladrilham essa vida de menestrel

Sou, sou poeta das ruas e becos
do beco da Poesia
beco do Amparo
beco do Açúcar
beco do amor!
Sou, sou e sou
sou poeta das ruas
rua do sol, rua das flores
rua João Bebe-Água, sedento por mudança
rua da Caçola
rua do Egito!

Sou, dos bancos e praças
Praça da Matriz, Nossa Senhora da Vitória contra os índios
Praça do Carmo, romeiro do Senhor dos Passos
Praça São Francisco, Patrimônio da Humanidade
Sou poeta das igrejas
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos
Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos
Senhora da Matriz, ora por mim, esse pecador

Ah! Sou fã da *The Baggios*
A banda de rock de São Cristóvão.



Thiago Fragata. N'Atividade (2010)³⁷⁷

A mudança da cidade para o campo fez aflorar em Fragata o interesse pela escultura. Passou a enxergar arte em troncos velhos de madeira. A conscientização e o combate ao desmatamento são preocupações presentes em seus trabalhos.

³⁷⁵ FRAGATA, Thiago. **São Cristóvão: poética e xilogravada**. Ilustrações Nivaldo Oliveira. Aracaju: Página 5, 2015.

³⁷⁶ COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Trad. Ida Alves. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

³⁷⁷ FRAGATA, Thiago. **São Cristóvão: poética e xilogravada**. Ilustrações Nivaldo Oliveira. Aracaju: Página 5, 2015, p. 75.

Para encontrar os germes da criação de suas esculturas, devemos acolher as grandes escolhas cósmicas circunscritas na imaginação humana³⁷⁸. Seu processo de criação provoca forças adormecidas, provocar é seu método. Ao ver coisas onde os outros não conseguem, suas obras são autênticos devaneios da vontade.

Conta-nos que logo que mudou para o sítio, todo dia pela manhã via a imagem de um calango num tronco retorcido. Para um olhar sincero, tudo é profundidade³⁷⁹. Outros não o compreendiam, até que o cinzel começou a dar formas ao réptil, que enfim tornou-se auto evidente. Seu processo de entalhamento preza por não exercer grandes intervenções na madeira e, assim, dar vida a animais terrestres e aquáticos (Figura 37).

Os seres de Fragata não querem morrer. Por isso, ele trabalha por longos meses para retirar da madeira todo corpo estranho e reduzir os efeitos dos agentes deterioradores. Da ponta de seu formão nascem consciência e vontade, que vão orientar a criação de peixes, cavalos-marinhos e cobras. Suas esculturas falam, falam de Véio³⁸⁰, de Krajcberg³⁸¹, falam de suas preocupações com o ambiente e, sobretudo, de seu olhar artístico

³⁷⁸ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

³⁷⁹ Ibidem.

³⁸⁰ Cícero Alves dos Santos (Véio) – é um artista nascido em 1948, em Nossa Senhora da Glória/SE. Ocupa atualmente uma posição de destaque no meio artístico brasileiro.

³⁸¹ Frans Krajcberg (1921-2017) foi um artista plástico nascido na Polônia e radicado no Brasil. No início da década de 1970 inaugurou seu ateliê em Nova Viçosa/BA, a qual visava transformar numa capital cultural.

Figura 37 – Esculturas em madeira de Thiago Fragata.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Com Thiago Fragata somos lembrados de que a noção de resistência é uma instância da realidade que rege o sancristovense, dinamizado por suas ações, suas obras e seus trabalhos. Aqui o horizonte se revela potência de transbordamento³⁸², e o ser humano auxilia a matéria a abandonar as prisões da forma. Temos contato com o mundo resistente que nos impulsiona para fora do ser em repouso.

Para os sonhadores da natureza íntima, o papel, a madeira, o solo e a água são provocações, sua resistência ofende. Por isso é preciso modificá-los, moldá-los, estriá-los, esculpi-los. Em São Cristóvão, pela intervenção do homem-demiurgo,

³⁸² BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014b.

encostas transfiguram-se em bairros residenciais; apicuns viram salinas e sítios de aquicultura; árvores transformam-se em barcos, esculturas e instrumentos musicais; telas se disfarçam de pinturas; e páginas em branco se convertem em desenhos e poesias.

3.3 DINAMICIDADE DO ARREBOL... SÃO CRISTÓVÃO ENTRE-MEIOS

Chega a noite e o fim do começo. Vão-se as horas, recomeço. Reiniciamos a tessitura de nossos itinerários orientados por valores e impulsionados pela motricidade. O presente itinerário (Figura 38) foi formulado e reformulado ao longo do percurso, cruzando territórios, lugares e paisagens que suscitam sentimentos de limites e conexões. Tais valorizações, que algumas vezes são negligenciadas, remetem à fixação e mobilidade³⁸³, à imposição de barreiras, restrições ou dificuldades espaciais, mas não à cisão radical e impeditiva possibilitada pelo movimento. A oposição entre estas valorizações é relativa, pois uma supõe a outra, numa unidade formada a partir da disparidade, uma necessita da outra, complementa-a.

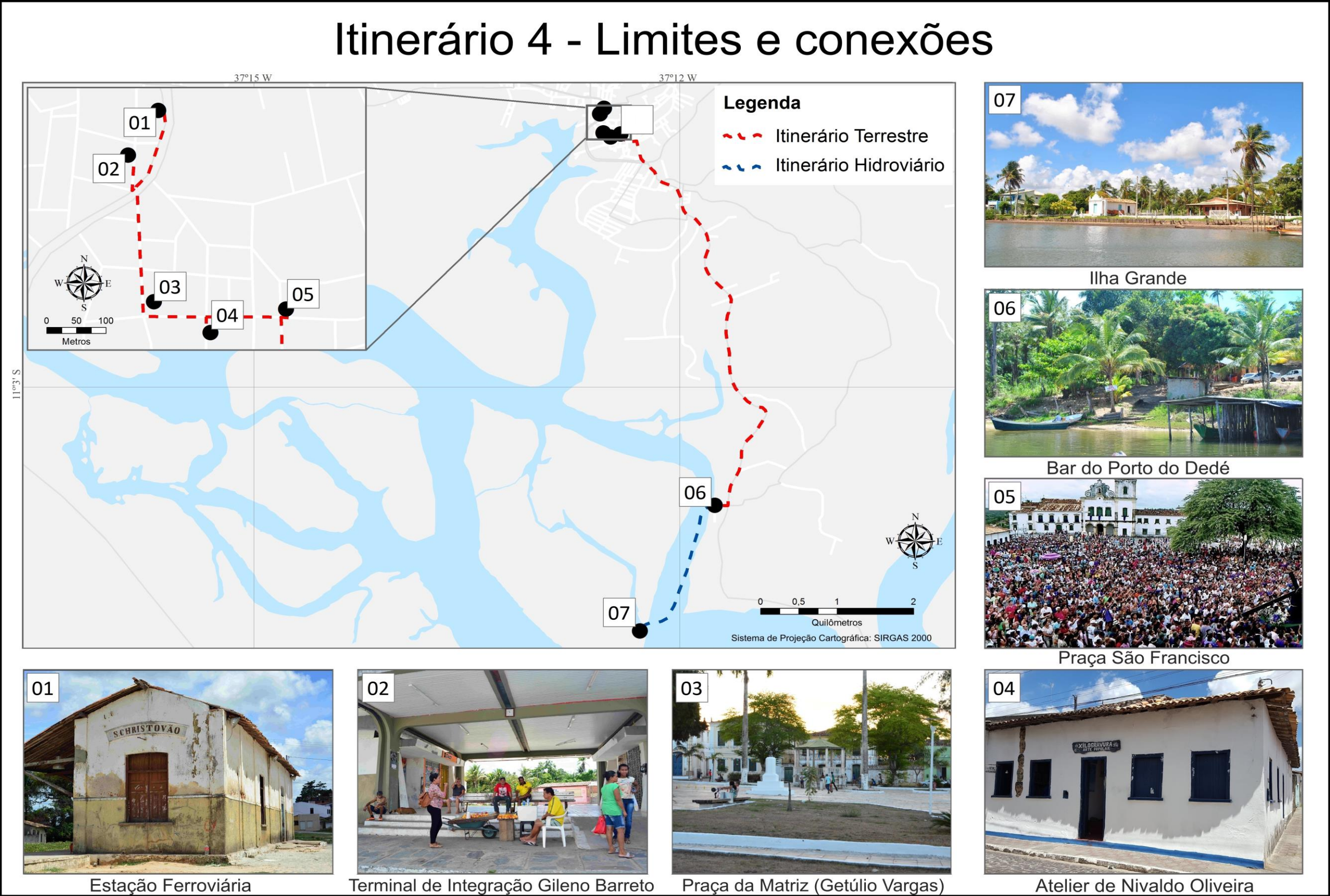
Queimamos nossos navios e iniciamos a viagem³⁸⁴. Enquanto viajantes, recusamos o tempo coercitivo em favor de tempos singulares, de durações subjetivas³⁸⁵. Caminhamos por São Cristóvão sem relógio de pulso, lendo as nuvens e ouvindo as promessas do vento. O início de nosso percurso se dá no local onde o desejo de viagem é primitivo, onde coisas inúteis ficam guardadas para poesia.

³⁸³ BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. IN: CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

³⁸⁴ SERRES, Michel. **Os cinco sentidos**. Filosofia dos corpos misturados. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

³⁸⁵ ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem: poética da geografia**. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

Figura 38 – Itinerário 4 - Limites e conexões.



Organização: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.
Projeção Cartográfica: SIRGAS 2000.
Elaboração: Leandro Cardoso.

Na antiga estação ferroviária de São Cristóvão (Figura 39), em meio ao abandono, somos convidados a desejar as distâncias, a vaguear, a flunar por terras longínquas. Apesar de não transportar passageiros desde a década de 1970, na estação somos lembrados do espaço musculoso³⁸⁶ dos trilhos. Nesse universo onde o fogo sobrevive, mesmo no ferro frio. Onde cada golpe de martelo deixou uma assinatura que compõe a ferrovia. Aqui, recordamos que ao passar pela junção das peças, a roda do vagão produz um som que não pode ser esquecido, um ruído seco. Começa num ritmo lento e vai aumentando gradativamente, assim como o bem-estar propiciado pelo embalo do comboio.

Trilhos dispostos sobre dormentes permitem a transposição de barreiras e a conexão com outros mundos. Os mesmos trilhos que contornam o outeiro que originou São Cristóvão dividem o núcleo urbano em cidade alta e cidade baixa. Porém, o que a linha férrea divide a estação congrega, ela é um espaço criado para e pela interação³⁸⁷, pelo ir e vir.

Na estação, uma ferrovia nos percorre de norte a sul, começando em Aracaju, passando por São Cristóvão, indo em direção a Tomar do Geru³⁸⁸. Se outrora ela foi sinônimo de um futuro promissor e permitiu o desenvolvimento do comércio, a aproximação de famílias e o surgimento de novos hábitos e costumes³⁸⁹, hoje ela transmite abatimento e declínio. Encontra-se em repouso, num silêncio rubro. Nela, o devaneio quer imaginar outras circunstâncias, novos usos sociais³⁹⁰ que podem dinamizar novamente esse passado.

³⁸⁶ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

³⁸⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

³⁸⁸ Município sergipano localizado a 131 km de Aracaju, próximo à divisa com o estado da Bahia.

³⁸⁹ CARDOSO, Amâncio. Sergipe no Tempo das Ferrovias: notas históricas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 01, p. 375-391, 2011.

³⁹⁰ MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Figura 39 – Estação Ferroviária de São Cristóvão



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

A poucos metros da estação nos deparamos com um de seus principais substitutos. O Terminal de Integração Prefeito Gileno Barreto (Figura 40), também conhecido por Rodoviária Erundino Prado. Nossa relação com este espaço não pode ser igual ao que possuímos com a estação. O terminal tem vida, movimento, dinâmica.

Apesar de a mobilidade ser um privilégio desigualmente distribuído, a rodoviária é possibilidade de fluxo. Nela o relacionamento e a conversação tornam-se algo natural. Ela resguarda um sentimento de permuta, de câmbio, não somente de espaços, mas de palavras e produtos, de estórias e gentilezas. Além do já esperado meio de transporte, nela encontramos lojas de utensílios celulares, cartazes com divulgação de eventos, vendedores ambulantes, mototaxistas, entre uma variedade de elementos que os sancristovenses se utilizam no cotidiano.

A rodoviária de São Cristóvão é mediadora, está entre nós e nosso próximo destino. Um local de chegada e partida, entre o aquém e o além. É um entremeio, onde “os que partem vestem, a caminho, as roupas dos que voltam”³⁹¹. Ela não é

³⁹¹ ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem**: poética da geografia. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009, p. 37

um local de rigidez social, aqui retornamos a movimentos naturais, a ritmos biológicos³⁹². Comemos quando sentimos fome, bebemos quando sentimos sede, dormimos quando a exaustão da viagem nos consome.

Figura 40 – Terminal de Integração Prefeito Gileno Barreto.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Na rodoviária, entramos em contato com um conhecimento poético que precede o conhecimento racional³⁹³. Nela, é possível uma assimilação de horizontes, em que o azul nos descortina para o dia. Ela revela que distintos modos de movimentos estão ligados a diferentes modos de experiências³⁹⁴ e de devaneios.

Mais do que um simples terminal de ônibus, a rodoviária é um território de intercâmbio, um lugar de encontro, uma paisagem que demarca e interliga. Sua utilização pressupõe habilidades e conhecimentos específicos. A familiaridade com

³⁹² I ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem**: poética da geografia. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

³⁹³ BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Tad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

³⁹⁴ KOEFOED, Lasse; CHRISTENSEN, Mathilde; SIMONSEN, Kirsten. Mobile encounters: bus 5A as a cross-cultural meeting place. **Mobilities**, v. 101, June, p. 1–14, 13 jun. 2016.

as rotas e os pontos de parada, a memorização do quadro de horários, o domínio das companhias de transporte que realizam o trajeto desejado.

Após toda essa gama de informações e conhecimentos, finalmente passamos a catraca e iniciamos o trajeto, que normalmente era realizado entre a antiga e a nova capital. Para efetuar esse percurso existem duas opções viáveis: de micro-ônibus, seguindo pela BR-101, ou de ônibus coletivo urbano, através da Rodovia João Bebe-Água.

No ônibus, habitamos um local produzido pela velocidade. Nele somos apogeu do chão e tocamos a crina do vento. Constituímos a comunhão entre terra e ar, a união de duas matérias num único ato³⁹⁵. Seu ritmo particular não é marcado pelo embalo harmonioso do comboio, mas pelo balanço desconfortável causado pelos buracos na via e pelos amortecedores desgastados. Diferente da ação de caminhar, percorrer o espaço por meio do ônibus é sempre uma experiência compartilhada. No mínimo com o motorista, mas sobretudo com outros passageiros.

Sob olhares autóctones temos contato com um território que, em sua essência, não é apenas limite³⁹⁶ ou separação, é também comunicação, conexão, contato. Uma rede de caminhos³⁹⁷. No ônibus trocamos fragmentos de nossas vidas com outras vidas e alcançamos com a mão o gosto dos sotaques, o cheiro das palavras – um leve aroma de “prosódia castelhana” ³⁹⁸.

Caranguejos vegetam as palavras dos sancristovenses e dão origem a uma língua que tem o tempero da terra. Numa verdadeira poética da existência³⁹⁹, provamos as doçuras do “gostcho”, o açúcarado “oitcho”, o tenro “biscoitcho”, e o sublime sabor que ainda estava por vir em “prefeitchura”. Palavras que fogem ao padrão formal do português e nos lembram de nossa condição de forasteiro, o que é

³⁹⁵ BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

³⁹⁶ HOLZER, Werther. Sobre Territórios e Lugaridades. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 10, p. 18-29, 2013.

³⁹⁷ TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 143-164.

³⁹⁸ Segundo Luís da Câmara Cascudo, o povo sergipano possui “[...] fala cantada e vagarosa, guardando leve prosódia castelhana”. (CASCUDO, 2002, p. 27)

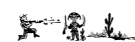
³⁹⁹ ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem**: poética da geografia. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

compensado pelo convite à inclusão e à integração, por parte daqueles que as pronunciavam.

Atravessados por redemoinhos, descemos do ônibus e seguimos nosso itinerário. Ao deixar a rodoviária, subimos pela pacata Rua José Prado Franco. Ao seu fim uma quina, ou melhor, uma esquina da Praça da Matriz. Diferente do canto, um refúgio seguro e o germe do aposento⁴⁰⁰, a esquina é fim e começo. Lá onde a rua dobra e nosso ser desdobra. Onde o ângulo de sua curvatura remete-nos à fragmentação e interseção. A esquina é sempre sítio de encontros inesperados, de interrogação, espanto, surpresa.

Numa dessas esquinas da Praça nos deparamos com Júlio Andrade⁴⁰¹ (Julico). Um arco-íris nos avisa que é julho. Julico conta-nos sobre sua banda e fala de sua relação com a música, fortemente ligada a São Cristóvão. Natural da cidade, hoje possui domicílio em Aracaju, porém sua residência fixa é a estrada. As turnês são cada vez mais constantes e abrangem diversas regiões do Brasil, além do exterior.

Coretos imitam Julico e suas músicas falam da calma de São Cristóvão e da constante vontade de viajar:



Tédio na cidade vejo tudo outra vez
Tento alguma coisa longe da sensatez
Vou pegar um punga⁴⁰², eu vou viajar
Monótono e parado é que não posso ficar
Estou correndo atrás da tal felicidade
Estou caindo fora dessa tal cidade
[...]



▼'''▲Júlio Andrade (The Baggios). Pegando um Punga ▲'''▼

O nome da banda, The Baggios (Figura 41), surgiu da homenagem a um músico e andarilho da cidade⁴⁰³. Personagens ilustres, lembranças da infância e juventude, relações de amizade, a busca por melhores condições em outras

⁴⁰⁰ BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Remberto F. Kuhnen, Antônio da Costa e Lúcia V. S. Leal. São Paulo: Nova Cultura, 1988a.

⁴⁰¹ Vocalista e guitarrista da The Baggios, banda de blues e rock de São Cristóvão.

⁴⁰² Gíria local que designa o ato de pegar carona.

⁴⁰³ José Sinval dos Santos, conhecido como Baggio, foi um músico natural de São Cristóvão.

idades, são todos temas do cotidiano de São Cristóvão que, de modo espontâneo, estão presentes nas letras de Julico.

Figura 41 – Apresentação da The Baggios na Praça São Francisco.



Fonte: FREIRE, 2017.

Apesar de encantadora e bela, Júlio relata desafios e limitações em São Cristóvão que fazem com que ele e outras pessoas busquem diversificar seus caminhos, procurar outros locais. Palcos afora, ele canta suas vivências na cidade, fala de um mundo que é belo e admirado antes de ser verdadeiro⁴⁰⁴:



Vejo nas montanhas as curvas quais eu seguirei
Nuvens que flamejam retratam o que não virei
É inocente onde estou, mas me mostra onde chegar
Estou no morro da saudade
Lugar perfeito pra pensar

Os sons dos pássaros não conseguem calar

⁴⁰⁴ BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Tad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Apagam o silêncio que vagava pelo ar
 E as torres rasgam o céu
 De lá consigo até voar
 Estou no morro da saudade
 Lugar perfeito pra pensar

Penso nos que foram imagino onde habitam
 Perto deles estou talvez não estão a muitas milhas
 Com saudade agora eu vou
 E até mesmo eu vou chorar
 Estou no morro da saudade, estou no cristo
 Eu não quero mais voltar
 Estou no morro da saudade, estou no cristo
 Eu não quero mais voltar
 [...]



♫♫♫♫♫ Júlio Andrade (The Baggios). Morro da Saudade ♫♫♫♫♫

O som peculiar e estridente da guitarra de Julico é inesquecível. As notas musicais acompanham a pronúncia das palavras, como nossas sombras nos acompanham na caminhada. Sua voz verdejante é arame de estender música. Na crista da melodia transparecem misturas de sensações, desejos de partir e retornar, de fixação e fluidez.

A cidade que restringe os desejos de Júlio por voos maiores é a mesma que o inspira e proporciona uma vida flutuante. Enquanto algumas letras entregam-se à forte relação com a sua terra, seus acordes remetem-nos a uma alegria aérea que é liberdade⁴⁰⁵. O canto de sua guitarra é ressonância de uma alma de outrora, o lamento de amores pretéritos. Assim, Julico nos leva por seus sonhos sonoros, girando num pé só, colocando-se a zumbir⁴⁰⁶. Nesse meio somos transportados a outro mundo, o mundo da música, um mundo etéreo⁴⁰⁷.



Aqui vou eu e nas mãos vento a abanar
 Aqui vou eu, nada a perder, nada a ganhar
 Estou entregue a gentilezas
 [...]

⁴⁰⁵ BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Tad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

⁴⁰⁶ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

⁴⁰⁷ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Benedetti. 6ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

Estimado pelos mais velhos e venerado pelos mais novos, Julico segue seu destino, parte novamente. Canta suas andanças sem o interesse em informar. Com seu inegável gosto para o chão, num encontro carinhoso e cultural com a terra⁴⁰⁸, experimenta a distância enquanto qualidade⁴⁰⁹. Júlio é um trovador de fronteiras, separa-se de territórios, lugares e paisagens e canta seus devaneios agrupando massas.

Nós seguimos nosso itinerário praticado e relatado⁴¹⁰, vivido e imaginado. Deixamos a Praça e seguimos pela Rua Pereira Lobo, onde poucos metros a frente nos deparamos com alguém que fez o caminho contrário de muitos que ausentaram-se da cidade. Ainda do lado de fora, do outro lado da casa de número 29 (Figura 42), somos tomados por uma intervenção artística (Figura 43) que dá indícios de que estamos no sítio correto.

Já dentro de seu ateliê, Nivaldo de Oliveira nos relata que o trabalho de restauração foi a ponte que o ligou a São Cristóvão. Cerca de uma década atrás, o artista plástico desembarcou na cidade para realizar a restauração da Igreja Matriz. Natural da Bahia, foi em Salvador que deu os primeiros passos criativos. Iniciou-se nas artes, de modo primitivo, na carpintaria-marcenaria de seu pai. O interesse pela criação o levou a aprofundar seus estudos, seguindo inicialmente pelo caminho da escultura no Museu de Arte Moderna da Bahia. Alguns anos depois, formou-se em conservação e restauração pela UFBA⁴¹¹. Ainda em Salvador, desenvolveu habilidades para o entalhe, a pintura, a xilogravura e a escultura. Inventava para se conhecer.

⁴⁰⁸ BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. IN: CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

⁴⁰⁹ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

⁴¹⁰ BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014b.

⁴¹¹ Universidade Federal da Bahia.

Figura 42 – Ateliê de Nivaldo de Oliveira



Fonte: PEREIRA, 2017.

Figura 43 – Intervenção artística de Nivaldo Oliveira.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Tranquilidade, suavidade e lentidão foram atributos que fizeram Nivaldo Oliveira escolher residir na cidade sergipana. Características que unem sonhador e mundo⁴¹². Em São Cristóvão ele encontrou o que era necessário para produzir suas obras. Segundo Nivaldo, algumas delas são resultado de sua angústia por criar, outras são fruto da própria cidade. Ela o inspira, desde o centro histórico até a cidade baixa, do Catamarã até a bica dos pintos.

Sentado no braço da tarde, ao som de bandas de pífano, Nivaldo produz suas xilogravuras (Figura 44). Esculpe a matriz e coloca-a na prensa juntamente com o papel e a tinta. Nelas retrata pessoas comuns, brincantes do Reisado, ladeiras e ângulos esquecidos da Praça São Francisco. Lembra de personagens importantes para a comunidade, como o poeta Manoel Ferreira e Almerinda Parteira. Além de acontecimentos marcantes de São Cristóvão, como o descarrilamento de 1954 e a mudança da capital. Suas obras têm nome e sobrenome (Prenome: São; Cognome: Cristóvão). Numa única xilogravura sua é possível reconhecer todo o drama do povo sancristovense. São obras que nos fazem sonhar e pensar⁴¹³.

Retalhos de madeira sonham Nivaldo para xilogravura. Ele não as projeta com antecedência. Sua vontade criadora⁴¹⁴ é aplicada diretamente na peça. Um projeto interior que vai quebrar as barreiras do corpo e se instalar na matriz. Prensa, goiva, buril e formão são instrumentos que ajudam Nivaldo a transpor. Em várias xilogravuras temos a impressão de existirem espectros em movimento, imagens fantasmagóricas que irradiam energia. Verdadeiras alucinações do branco e racionalizações do preto.

⁴¹² BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

⁴¹³ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

⁴¹⁴ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011

Figura 44 – Nivaldo Oliveira em processo de produção da xilogravura.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Junto com a mudança de cidade veio também a metamorfose ontológica⁴¹⁵ de Nivaldo. Antes fortemente vinculadas aos elementos do candomblé, aos orixás, suas obras agora são voltadas para a religiosidade e festividade católicas. Ele gosta de diversificar seu trabalho, compreende os limites de cada área e tece conexões entre as diferentes expressões artísticas.

Visando introduzir o popular no erudito, Nivaldo subverte as fronteiras da arte clássica. Seu compromisso é por elaborar obras com uma linguagem acessível. Enquanto no começo de sua carreira considerava seu trabalho acadêmico e sacro, hoje acredita fazer obras que dialogam com as pessoas e que surgem de dentro de

⁴¹⁵ BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaios sobre a imaginação da matéria. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013b.

si, quase como um parto. Com olhar fixo, sai pela cidade – numa espécie de hodologia⁴¹⁶ poética – em busca de movimento. É sujeito do verbo contemplar, entrega-se de corpo e alma ao que o encanta⁴¹⁷. Tem apetite por sancristovidade. Para ganhar folego novo, São Cristóvão respira através dele.

A angústia de Nivaldo é maior por começar uma obra do que por terminá-la. Nele, a vontade de obra nunca se extingue⁴¹⁸. Acredita que sua arte consiste em ver o belo, em emprestar seu ser a suas obras⁴¹⁹. Ao trabalhar com materiais reciclados, ele revela uma poética ética. A madeira desperdiçada por marceneiros vira arte nas mãos de Nivaldo (Figura 45). O artista também revela preocupações com a juventude, por isso busca realizar trabalhos sociais, mesmo com as dificuldades de apoio institucional.

Para Nivaldo, a arte é o início de tudo. Nela o homem fala de suas agonias, de seus sentimentos e presságios. Se alguém o questiona sobre suas imagens, julgando-as pela razão⁴²⁰, ele afirma que quem vê primeiro é o artista, nós vemos depois. Suas obras são o que ele sente, o que vê e como vê. Esses loucos devaneios que lhe conduzem na construção de suas obras⁴²¹.

⁴¹⁶ BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014b.

⁴¹⁷ BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

⁴¹⁸ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

⁴¹⁹ BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

⁴²⁰ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

⁴²¹ BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

Figura 45 – Escultura feita a partir de material reciclado.

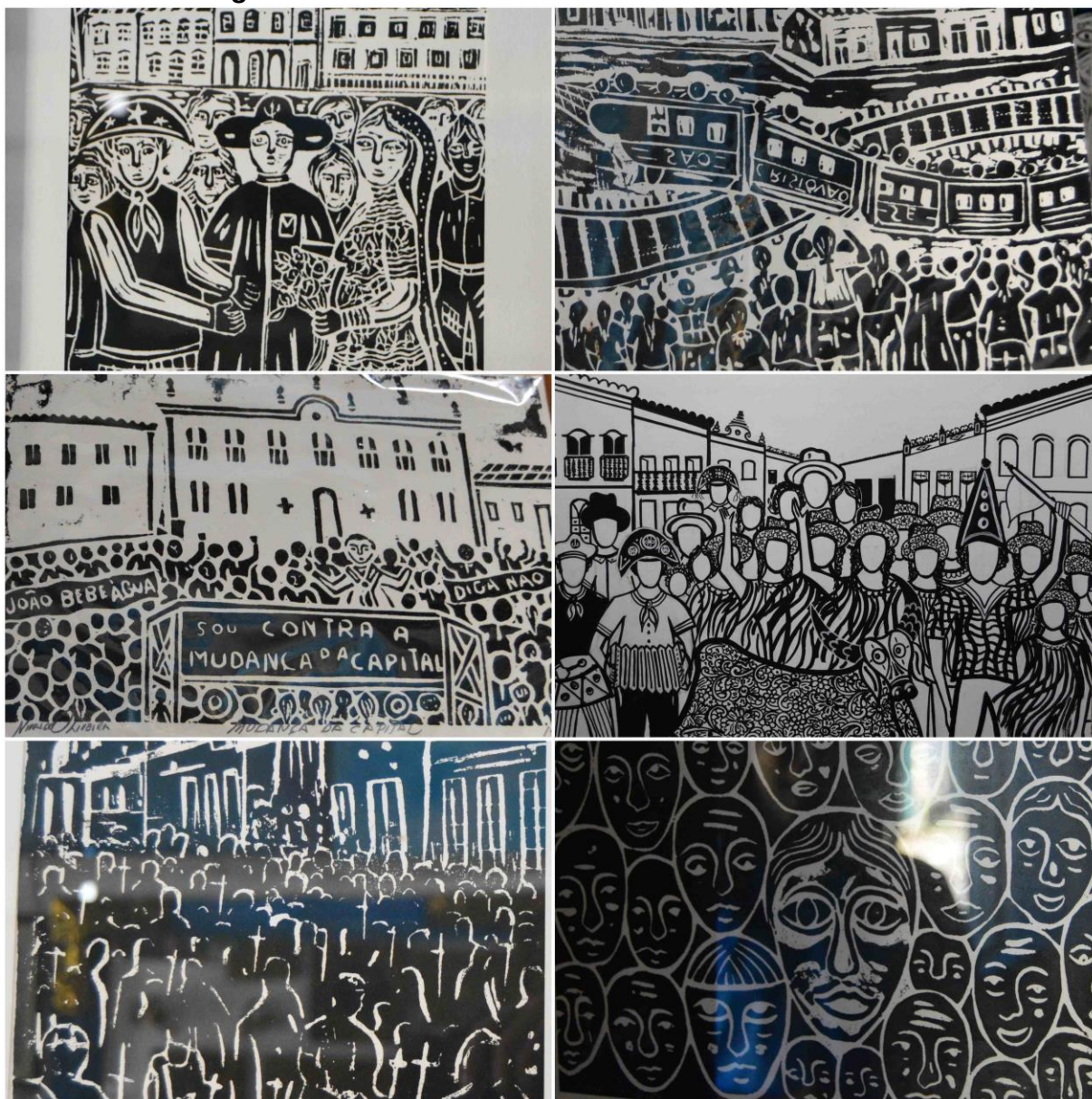


Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Nivaldo não se limita ao vivido em suas obras, ele se vale do vivido imaginado. Em suas criações artísticas revela-se uma poética da vida aumentada, passando do mero fato ao valor, do valor singular para o valor compartilhado com almas congêneres⁴²². Um traço transversal à grande parte de sua obra é o sentimento de união, de festa, de harmonia (Figura 46), que vem ser desafiado pelas características da sociedade contemporânea.

⁴²² BACHELARD, Gaston. **Fragmentos de uma poética do fogo**. Trad. Norma Telles. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990a, p. 40.

Figura 46 – Multidões na obra de Nivaldo de Oliveira.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Rostos sobrepostos ecoam em suas xilogravuras. Multidões, multidões... pessoas, que do artista são apropriações. Acentuações, adaptações, alucinações. Ao afastar todas as preocupações, um ser se abre em Nivaldo⁴²³. Seu imaginar eleva o real em um tom⁴²⁴. Para compreender suas obras é preciso racionalizá-las

⁴²³ BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

⁴²⁴ BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento**. Tad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

pela loucura das imaginações⁴²⁵. Se o mundo da experiência humana é somente uma árvore, a imaginação é uma floresta inteira⁴²⁶.

Saímos da oficina de Nivaldo intrigados. Com a leve impressão de que os instantes poéticos de suas obras carregam relações harmônicas entre dois contrários⁴²⁷. Assim como nosso itinerário, demarcado pelo trajeto e transgredido pelo relato⁴²⁸. Nivaldo é fronteira, é um entre dois. Fronteira que se transforma em fita de Moebius⁴²⁹, em que exclusão transmuta-se em inclusão⁴³⁰.

Seguimos em movimento, pois para quem alternadamente pensa e sonha, nada é fixo⁴³¹. Retornamos à Rua Erundino Prado e seguimos até a Praça São Francisco. Além de suscitar valores de afetividade e interioridade, como vimos anteriormente, a Praça também revela-se arrebol do sol nascente e poente, entre o devoto e o herege. Nela participamos de acontecimentos que celebram hierofanias e modificam a dinâmica local⁴³².

Realizada no segundo final de semana depois do Carnaval, a Festa de Nosso Senhor dos Passos (Figura 47) reúne devotos e curiosos, penitentes e vendedores ambulantes, pagadores de promessas e pesquisadores. Nos dois dias deste acontecimento, transvemos um outro mundo na Praça, um mundo feito em calvário.

No descomeço da Festa de Nosso Senhor dos Passos encontra-se o rio Paramopama, local onde uma imagem foi descoberta por um pescador. Clamores de rio percorrem essa festividade religiosa, entre a permanência e o deslocamento.

⁴²⁵ BACHELARD, Gaston. **A terras e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Trad. Maria E. A. P. Galvão. 4ª ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013b.

⁴²⁶ LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. IN: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-141.

⁴²⁷ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

⁴²⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁴²⁹ Espaço topológico resultado da junção das duas extremidades de uma fita, após dar uma volta em uma de suas pontas.

⁴³⁰ SERRES, Michel. **Atlas**. Trad. João Paz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

⁴³¹ BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

⁴³² ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1962.

Atitudes que vão do individual ao coletivo – a Praça reúne pessoas atraídas pela devoção – e também do coletivo ao individual –, as pessoas se deslocam para pagar promessas pessoais.

Figura 47 – Festa de Nosso Senhor dos Passos.



Fonte: BARROSO, Gladston, 2016.
Elaboração: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

No domingo, a São Francisco se torna lugar de encontro. No compasso do Senhor dos Passos⁴³³ a Praça é o ponto de união de dois cortejos, um com origem na Igreja Matriz e outro saído da Igreja do Carmo. No mundo da Praça vemos as

⁴³³ FRAGATA, Thiago. **São Cristóvão**: poética e xilogravada. Ilustrações Nivaldo Oliveira. Aracaju: Página 5, 2015.

origens da fé, do incondicional que existe somente na devoção, que se realiza apenas para quem a pratica e a possui⁴³⁴. Nesse momento ela torna-se um território de religiosidade, um lugar de fé, uma paisagem devocional.

Em uma busca incessante, peregrinos se encontram e reencontram a si mesmos. A transposição de barreiras e o cansaço causado pela romaria colocam seus corpos num outro estado. Suor e lágrimas são a sublimação de seus limites. Calos, arranhões, úlceras, queimaduras, punições corporais que fazem da viagem um genuíno caminho da cruz. Uma condição frágil e receptiva que transforma o tronco humano num sismógrafo hipersensível⁴³⁵.

Com os peregrinos compartilhamos muitos dos desafios, porém baseados em propósitos diferentes. Durante a procissão do encontro, na Praça São Francisco, vislumbramos uma transcendência que impulsiona o ser para além dos limites da experiência. Reunindo sagrado e profano, divino e mundano. A interação desses elementos transforma a Praça em mediadora.

Nos afastamos da São Francisco com o sentimento de paredes, por isso procuramos ser árvore. Incorporamos essa atitude e pegamos carona para o nosso próximo destino que está a 6 quilômetros de distância, sendo boa parte destes composta por estrada de chão batido. Nos esgueiramos entre o Museu Histórico de Sergipe e o Sobrado do Iphan, seguindo até o final da Rua Prof. Leão Magno.

À direita, descemos pela Ladeira São Gonçalo até chegar à estrada de chão. Nela, seguimos no caminho para o Povoado de Pedreiras. O terreno encharcado não facilita o deslocamento da caminhonete carregada. A trancos e solavancos eis que surge um sinal indicando que estamos no local correto. Descemos pela via íngreme na calçada de pedra e ao fundo já vislumbramos a silhueta de um rio. O automóvel venceu a trilha e cá estamos no Bar Porto do Dedé.

Do porto, caímos num braço de maré do Rio Vaza-Barris. Por meio de uma embarcação de pequeno porte movida a motor (Foto 48), avançamos para os confins de São Cristóvão. No barco, vemos os dois lados da margem de um território que não tem limites. Dos interflúvios presentes na área, escoo sancristovidade em direção ao leito fluvial, atingindo a Ilha Grande. Aqui ele não é só um divisor de

⁴³⁴ JASPERS, Karl. **Introducción a la Filosofía**. Trad. Miguel Turón Stein. Barcelona: Círculo de Lectores, 1989.

⁴³⁵ ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem**: poética da geografia. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009, p. 45.

bacias, é também a conjugação dos modos de existência⁴³⁶ desse povo. Sancristovidade derramada no Vaza-barris que rompe barragens.

Figura 48 – Rio Vaza-Barris.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2017.

Seguimos para o último ponto de nosso itinerário numa jornada que compartilha segredos com a demiurgia⁴³⁷. O silêncio carrega-nos pela travessia de poucos minutos que duram séculos. Cortando o rio ao meio, somos atraídos para

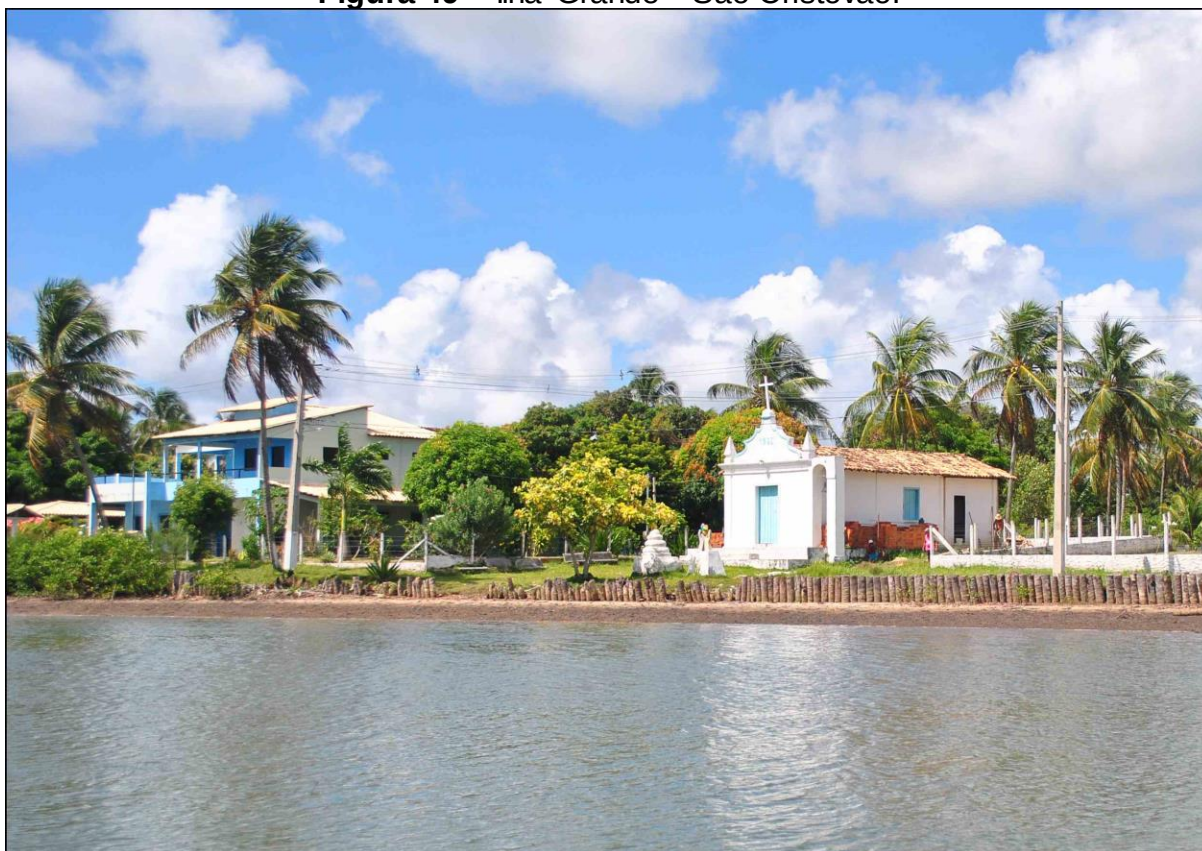
⁴³⁶ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

⁴³⁷ ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem**: poética da geografia. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

estibordo. Adentramos um canal estreito que atravessa a Ilha. Em meio aos coqueiros avistamos um sobrado e uma capela (Figura 49), que viríamos descobrir ser uma homenagem à Santa Cruz.

Embasbacados, desembarcamos num cais improvisado pelos moradores locais. Foi ali que, pela primeira e última vez, nos banhamos no rio, tomando cuidado com os crustáceos afiados encobertos pela lama. Ao adentrar as águas, desviamos o curso do rio para lavar nossas próprias angústias e apreender a farsa das formas⁴³⁸.

Figura 49 – Ilha Grande - São Cristóvão.



Fonte: TEIXEIRA DA SILVA, 2014.

Amontoados pelas correntes do rio, ouvimos a felicidade verbal do âmago da Ilha. A Ilha Grande possui vozes sem boca. Fala por si só, mas em São Cristóvão poucos a querem escutar. Uma voz esverdeada, temperada com sal e areia. Se para outros ela é intangível, a nós ela se agarra. Conta-nos onde se encerram suas forças ambíguas.

⁴³⁸ DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Depois de imaginar e experimentar limites e conexões encontrados em instalações de embarque e desembarque, em meios de transporte coletivos, nas artes plásticas e musicais, na fé e nas fronteiras do corpo, nossa atitude primordial agora é a inércia. Em águas profundas, tal conduta é um clamor ao óbito, à desintegração de nossos itinerários. Onde mais eles poderiam terminar?

As águas do rio são convite a uma morte sonhadora, tranquila, bela e fiel. Morte que nos permite adentrar refúgios materiais elementares, num ausentar-se com feições maternais⁴³⁹. Se todo partir é morrer um pouco, partimos uma última vez em São Cristóvão. Para aqueles que assumem o devaneio como caminho, esta não é a última viagem. É, talvez, um último itinerário possível, que morre aberto em nós.

⁴³⁹ BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaios sobre a imaginação da matéria. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013b.

ONTOLOGIA POÉTICA DO PATRIMÔNIO

Compreensões de mundo e de patrimônio petrificadas, não se desfazem durante uma noite, muito menos no decurso do dia. Mas sofrem o intemperismo ao longo de décadas, vão se desgastando e desmanchando. Esperamos que a partir desses resíduos seja possível formar outras compreensões do patrimônio. Tentamos explorar uma dessas vias. A busca pela essência do patrimônio na cidade de São Cristóvão revelou-se para nós um itinerário geográfico e poético.

Em cada esquina que viramos, em cada ladeira que subimos, ao nos aconchegarmos em cantos de praças, ao atravessar paisagens que resistiam e se abriam a nossas ações, ao incorporar territórios que inicialmente não nos pertenciam, o patrimônio sussurrou em nossos ouvidos segredos íntimos.

Se escrever é agradar a poucos, esperamos que a segunda leitura dos descontentes lhes diga mais que a inaugural. Ela pode oferecer maior sentido a nossas intenções do que aos nossos equívocos. Afinal, não há verdade primeira, somente erros primeiros.

Pudemos assumir que no entremear da razão e da imaginação existem reverberações raras e frutíferas para buscar compreender a essência do patrimônio. Atentamos, em particular, para o modo como o debate sobre as abordagens geográficas anglófonas e francófonas do patrimônio e a análise da configuração territorial de São Cristóvão foram imprescindíveis para a apreensão poética do patrimônio. Poderíamos suprimir ou camuflar essas componentes preliminares, mas estaríamos ludibriando os leitores.

Tal ambiguidade ajudou-nos a absorver os ritmos do patrimônio, a pensar uma poética patrimonial que não oferece todo seu arrebatamento quando nos circunscrevemos a defini-lo. Foi necessário senti-lo, declamá-lo, imaginá-lo. Assim, verificamos que era o próprio patrimônio que falava e nós éramos apenas seu locutor. Contribuímos puramente com nossos sotaques, pois a linguagem patrimonial tem acentuações próprias. Acentos que suscitaram rumores encobertos nas profundidades de nosso ser. Sentindo e imaginando São Cristóvão, sem racionalizá-la mentalmente, deixando patrimônios sucederem patrimônios ao longo de nossos itinerários.

Vivemos a superposição de conhecimentos e das diversas formas de expressão do patrimônio. Apossamos-nos do que foi por nós percebido como um estado lírico: apropriadamente poético, oportunamente racional. Assim, nossos

itinerários foram abrigados, preenchidos por condicionantes de sancristovidade e de valorizações.

A associação desses elementos encaminhou-se para dissociar o estabelecimento de categorias prévias, buscando novas possibilidades nas valorizações espaciais. *Anima* e *animus* se entretiveram ao indeferir adesões sedentárias, imutáveis, obsoletas. Descobriram no prazer poético o desfalecer do patrimônio institucional e a elaboração do patrimônio sonhado, patrimônio dos devaneios, que se refugia nos verões sancristovenses, no mundo da Praça da Matriz e da São Francisco, nos encantos criativos do escultor e do caranguejo.

Em São Cristóvão, patrimônios foram revelados enquanto descendentes da vontade e rebentos da imaginação. Imaginação e vontade são interdependentes na criação de patrimônios, assegurando-lhes suas bases e sua sobrevivência. Poesias e prédios, comidas e pinturas, praças e instrumentos, por meio da criação os sancristovenses encontram formas de libertação. Criaturas terrestres que entreveem o interior de outros seres e sonham. O que não sabem fazer realizam pela imaginação.

Se não é possível afirmar que apreendemos a essência do patrimônio, podemos dizer que ela pode ser buscada pela linguagem poética, subjetiva, profunda. Encontrando-se velada entre a vontade e a imaginação, que estão aliadas às fontes da imortalidade humana. Se o ser humano não nasce para morrer, mas para começar, a fonte do patrimônio reside em sua capacidade inexaurível de pensar e agir. Ele é também uma forma de imortalidade que não se interrompe pelas características básicas do ciclo da vida – nascer, crescer, reproduzir e morrer. Ao transcender e liberar o que estava aprisionado, o patrimônio é abertura ao mundo.

Visando a invenção, a criação, o patrimônio manifesta-se como um anseio da condição humana. Em São Cristóvão, o patrimônio não se satisfaz somente com ser, se expressa como uma necessidade do sancristovense em ultrapassar-se. Para além da memória ou do passado, os sancristovenses depositam suas esperanças nas possibilidades futuras, nos elementos que ainda estão por ser criados. Dessa forma, os patrimônios por eles concebidos são excessos de uma fundação vigorosa que transborda para o mundo. Verdadeiras afirmações da existência, da capacidade criadora.

Um patrimônio forjado entre elementos fundamentais: o poeta, a vontade, a imaginação e a matéria; que resultam em obras e ações que permanecem pela

tentativa de revivê-los. Antes de ser uma definição, o patrimônio é uma relação, ou melhor, um conjunto de relações. Ocorre numa localidade específica e carrega consigo todas estas características. Ele ainda pressupõe alguma forma de técnica, ou conjunto de técnicas, que carecem de ser aplicadas e modificadas, seja nos modos de dançar, de esculpir, de pintar, de escrever ou de viver.

Filhos do desejo, apadrinhados por angústias e prazeres, os patrimônios descobertos em São Cristóvão possuem uma áurea epicurista. A partir dessa dialética da criação, na origem, o patrimônio é uma libertação. A cada surgimento, fomos enlevados novamente à vida e aos pensamentos ritmados pelas vozes do chão. Aqui, encontramos meios para suplantar o aparato regulador, normalizador e fiscalizador das instituições responsáveis pelo patrimônio “oficial”.

Tombamentos e registros foram os meios encontrados ao longo das últimas décadas para resguardar estes patrimônios. Mas tal engessamento retirou deles um de seus principais elementos, seu caráter dinâmico. Se no momento da institucionalização existia verdade no patrimônio protegido, os impedimentos impostos pela inscrição nas escalas municipais, estaduais, federal ou internacional, acabam por obscurecer o patrimônio em sua essência. Assim como uma folha seca é verdade no outono e mentira na primavera.

Por isso buscamos pelos outonos do patrimônio. Se também caminhassem nesse sentido, as instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio poderiam direcionar suas ações para auxiliar as pessoas a alcançarem patrimônios próprios, inerentes às suas vidas cotidianas. Converter patrimônios ancestrais em nossos é uma tarefa árdua e descabida. Como reproduzir seus sentidos, seus usos, os sentimentos e devaneios a eles atrelados? Eles são, sem dúvida, grandes referências para as quais podemos sempre nos voltar. Mas se impedem o surgimento de novos patrimônios, qual a sua serventia? Entendidos de modo engessado, não estariam indo contra sua própria natureza?

Ao buscar pela essência do patrimônio, talvez a principal contribuição da Tese seja a de incitar novas reflexões sobre o tema em questão. À medida que cada um consegue responder a uma série de questionamentos simples, porém perspicazes, a poética do patrimônio pode aflorar em qualquer pessoa, quase como uma espécie de maiêutica patrimonial.

Assim, nosso trabalho não teve a intenção de conquistar à força uma nova compreensão do patrimônio. Teve, ao perguntar pelo seu ser, o propósito de indicar

um projeto. Não queremos dominar as diferentes correntes de pensamento sobre o patrimônio, mas conviver com elas, fazê-las dialogar por meio de uma poética patrimonial.

Ao percorrer espaços de São Cristóvão, nossos itinerários se mostraram qualificadores do mundo. Por meio deles apreendemos distâncias, posições, direções, declividades, que se resumidas aos livros acadêmicos não fariam sentido. Do texto ao itinerário, do eu ao nós, do *cogito* ao *cogitamos*. Participamos de uma vida na Terra de modo recíproco. Pelos itinerários geográficos nos ocorre que o ser humano se realiza como tal no contato com o mundo, ao habitá-lo e ao torná-lo habitável. Um diálogo que confronta espíritos e revela dimensões desses guardiões telúricos.

Se a quintessência patrimonial funda-se na imaginação e na vontade, o que proporcionou tal abertura e liberdade foram nossos itinerários geográficos. Trajetos, categorias e conceitos não foram pré-definidos e acolhidos de modo inquestionado. O itinerário geográfico, enquanto orientação, não é um procedimento de verificação, mas uma astúcia de aquisição, um expediente renovado que se interpõe na fronteira entre a experiência e o devaneio.

Nossos itinerários foram colocados antes do método e depois da doutrina. Podem ser adaptados para outras buscas que necessitam ser vivenciadas no movimento, na travessia. Porém não possui uma universalidade ou estabilidade aplicável a qualquer temática. Acreditamos que cada trabalho deva desenvolver seus próprios critérios, seus procedimentos peculiares. Apesar de frutíferos, não confiamos nos itinerários geográficos enquanto prontuário de regras para a solução de obstáculos. A cada relação, a cada situação, a cada região, devem ser elaboradas estratégias heurísticas *sui generis*.

Assim, nossos itinerários são poéticas do instante. Revivendo, aumentando, abrindo novos horizontes antes inimagináveis. Momentos sem antes nem depois, em que tudo no universo expandia. Se o patrimônio realmente possui valores excepcionais universais, para verdadeiramente compreendê-lo, precisamos agregar o extraordinário ao excepcional. Por isso, caminhamos no limite entre a sensação e o devaneio, numa autêntica *philopsychia*⁴⁴⁰, reunindo a beleza da vida

⁴⁴⁰ Amor à vida (ARENDT, 2016, p. 44)

sancristovense traduzida em cores, sons e palavras. Uma força poética que dá unidade ao patrimônio.

Ao alcançar o seu fim, uma questão que fica por ser respondida é sobre a importância de nosso trabalho para a cidade e as pessoas que nela residem. Apesar das inúmeras tentativas de retribuir as experiências e os conhecimentos conosco compartilhados, as barreiras do meio acadêmico e a falta de recursos se interpuseram e impediram a elaboração de outros conteúdos que não um texto acadêmico. Esperamos que nossas colaborações ambíguas sobre a formação territorial de São Cristóvão e, principalmente, sobre as alegorias poéticas de seu patrimônio, tragam à tona maravilhamentos obscurecidos.

Caro leitor, independente de sua naturalidade, agora podes dizer que carrega uma colmeia patrimonial de São Cristóvão consigo. Depois de percorrer por densos caminhos, essa cidade ressoa em ti, e tuas emoções nela são refletidas. Tendo ou não residido em São Cristóvão, o patrimônio dessa cidade sergipana, a partir de agora, reside em vós.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Benedetti. 6ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- ADAMS, Joy. **Going Deutsch**: Heritage Tourism and Identity in German Texas. 2006. 294 f. Tese (doutorado) University of Texas at Austin, Faculty of the Graduate School, Austin. 2006.
- AMADO, Jorge. **Cacau**. São Paulo: Martins, 1934.
- ANDRADE, Carlos Drummond. Tempo-Arte do Brasil. In: TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil**. 3ª edição. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008.
- ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes de. São Cristóvão: Aspectos Culturais. In: GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra- Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2006, p. 123-139.
- ALVES, Francisco José. **Fontes para história de Sergipe Colonial: Séculos XVI – XVIII**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.
- ALVES FILHO, Ivan. **História dos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.
- ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos**: autonomia, poder e cultura política na construção do império brasileiro. Sergipe (1750-1831). 373 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103096>>. Acesso em: 25 de março de 2015.
- ARAGÃO. Raimundo. **A cidade como evento-espetáculo**: reflexões sobre turismo e patrimônio nos festejos de centenário de Juazeiro do Norte/Ceará. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2012.
- ARANOVICH, Carmen. Notas sobre urbanización colonial en la América portuguesa. In: SOLANO, Francisco (coord.). **Estudios Sobre La Ciudad Iberoamericana**. 2ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 383-398.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 12ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Sentir para agir: avaliando uma proposta de educação patrimonial**. 114 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2013.

ASHWORTH, Gregory. From History to Heritage - From Heritage to Identity. In: ASHWORTH, Gregory e LARKHAM, Peter. (eds.) **Building a new heritage** – Tourism, culture and identity in the new Europe. Londres: Routledge, 1994.

ASHWORTH, Gregory. Do tourists destroy the heritage they have come to experience? **Tourism Recreation Research**. V. 34, N. 1, p. 79-83, 2009.

ASHWORTH, Gregory; GRAHAM, Brian; TUNBRIDGE, John. **Pluralising Pasts** – Heritage, Identity and Place in Multicultural Societies. Londres: Pluto Press, 2007.

ASHWORTH, Gregory e LARKHAM, Peter. (eds.) **Building a new heritage** – Tourism, culture and identity in the new Europe. Londres: Routledge, 1994.

ASHWORTH, Gregory e TUNBRIDGE, John. **The touristic-historic city**: retrospect and prospect of managing the heritage city. Londres: Routledge, 2000.

ATKINSON, David. Heritage. In: ATKINSON, D.; JACKSON, P.; SIBLEY, D. e WASHBOURNE, N. **Cultural Geography**: A Critical Dictionary of Key Concepts. Londres: I.B. Tauris, p. 141-150, 2005.

ATKINSON, David. Pensar los espacios de la memoria y la identidad. **Patrimonio y Territorio**. Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Santiago de Chile, 12-25, 2014.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Tomo I (09). São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, p. 147-162, 1957.

BACHELARD, Gaston. **A Filosofia do não**. Trad. Joaquim José A. Motta Pessanha. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lucia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel. São Paulo: DIFEL, 1985.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Remberto F. Kuhnen, Antônio da Costa e Lúcia V. S. Leal. São Paulo: Nova Cultura, 1988a.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Trad. Remberto F. Kuhnen, Antônio da Costa e Lúcia V. S. Leal. São Paulo: Nova Cultura, 1988b.

BACHELARD, Gaston. **A chama de uma vela**. Trad. Glória de Carvalho Lins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BACHELARD, Gaston. **Fragmentos de uma poética do fogo**. Trad. Norma Telles. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990a.

BACHELARD, Gaston. **O materialismo racional**. Lisboa: Edições 70, 1990b.

BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaio sobre as imagens da intimidade. Trad. Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Trad. Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa-PT: Edições 70, 2006.

BACHELARD, Gaston. **A psicanálise do fogo**. Trad. Paulo Neves. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio Danesi. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A terras e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Trad. Maria E. A. P. Galvão. 4ª ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013a.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaios sobre a imaginação da matéria. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013b.

BAINBRIDGE, William. **Heritage in the Clouds**: Englishness in the Dolomites. 2014. 574 f. Tese (doutorado) Durham University, Department of Geography, Durham. 2014.

BARBOSA, Elyana e BULCÃO, Marly. **Bachelard**: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau**. Rio de Janeiro: Edição do Ministério da Educação, 1940.

BARROS, Manoel de. **Meu quintal é maior do que o mundo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BARROS, Manoel de. **Arranjos para o assobio**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016a.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre o nada**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016b.

BASTIDE, Roger. A propósito da poesia como método sociológico. [1946] In: QUEIROZ, M. I. P. (org). **Roger Bastide**. São Paulo: Ática, 1983.

BESSE, Jean-Marc. Geografia e Existência a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Trad. Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2014a.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014b.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. IN: CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

BOXER, Charles Ralph. **Os Holandeses no Brasil (1624-164)**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961.

BRUNET, R. (ed.) **Les mots de la géographie**. Paris: Reclus-La Documentation française, 1992.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-Colônia. Introdução. **Anais do Museu Paulista** (Impresso), v. 20, p. 11-40, 2012.

BUVE, Raymond. Mapas neerlandeses do Brasil conquistado 1624-1654 do Arquivo Nacional, da Biblioteca Real e da Universidade de Leiden. In: **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 2011, p. 1-34.

CAPEL, Horacio. **Patrimonio: la construcción del pasado y del futuro**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2014.

CAQUARD, Sébastien. Cartography I. **Progress in Human Geography**, v. 37, n. 1, p. 135–144, 2013.

CARDOSO, Amâncio. Sergipe no Tempo das Ferrovias: notas históricas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 01, p. 375-391, 2011.

CARVALHO, Eliane Maria Silveira. **Museu de Arte Sacra de Sergipe**. Aracaju: Fundação Banco do Brasil/Editora J. Andrade, 1991.

CASCUDO. Luís Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. São Paulo: Editora Global, 2002.

CAUQUELIN, Anne. **Teorias da Arte**. Trad. Rejane Janowitzer. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

CAVALCANTE, Tiago Vieira. **Geografia Literária em Rachel de Queiroz**. 2016. 176 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 2016

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CESÁREO DURO, Fernandez. **Arca de Noé**. Madri, 1881, p. 465-473. Disponível em:< <http://www.liburuklik.euskadi.net/handle/10771/25956>> . Acesso em: 27 de abril de 2016.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP/Estação da Liberdade, 2001.

CRANG, Michael. **The production of spaces for the past: a cultural geography of the heritage industry in England**. 1995. 402 f. Tese (doutorado) University of Bristol, Faculty of Social Sciences, Bristol. 1995.

CREVEL, René. **Mon corps et moi**. Paris: Éditions du Sagittaire, 1925.

CRUZ, Alda. **São Cristóvão que vi e vivi**. Literatura de cordel. Folheto Nº 100. São Cristóvão, 2015.

DAMERY, Claire. **Espace public, patrimoine et milieu affectif: exemples du Marais d'Orx et du Domaine d'Abbadia**. 2008. 501 f. Tese (doutorado) de l'Université de Pau et des Pays de l'Adour Mention géographie (option aménagement). Institut de Recherche sur les Sociétés et 222 l'aménagement. École Doctorale Sciences Sociales et Humanités. Société, Environnement et Territoire. França, 2008.

DAMICO, Rodrigo Villa Lobos. **Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Festejos Populares do Município de São Cristóvão**. 2014. 42 p. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2014.

DANTAS, Beatriz Góis. A Missão Indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n.28. 1979-1982, p.65-87;

DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana Maria faro Leal. (coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/Banese, 1991.

DANTAS, Beatriz Góis. **A Taieira de Sergipe: uma dança folclórica**. 2 ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Trad. Fernando V. Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DI MÉO, Guy. Patrimoine et territoire: une parenté conceptuelle. **Espaces et Sociétés**, nº78, p. 15-34, 1995.

DI MÉO, Guy. Processus de patrimonialisation et construction des territoires. **Regards sur le patrimoine industriel, Actes du colloque de Poitiers** "Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes : connaître pour valoriser", Poitiers-Châtelleraut, Geste éditions, p. 87-109, 2008.

DOWLING, Robyn; LLOYD, Kate; SUCHET-PEARSON, Sandra. Qualitative methods 1: Enriching the interview. **Progress in Human Geography**, 2016, V. 40, N. 5, p. 679-686.

DOWLING, Robyn; LLOYD, Kate; SUCHET-PEARSON, Sandra. Qualitative methods II: "More- than-human" methodologies and / in praxis. **Progress in Human Geography**, Agosto 2016, p. 1-9.

DURÁN ROCCA, Luisa. **A CIDADE COLONIAL IBERO-AMERICANA**: A Malha Urbana. 2002. 280 p. Dissertação (Mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DURÁN ROCCA, Luisa. La malla urbana en la ciudad colonial. **Apuntes** (Pontificia Universidad Javeriana), v. 19, p. 114-127, 2006.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1962.

FALCÃO, Joaquim. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. IN: MICELLI, Sergio. (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984, p. 24-55.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: **Cultura e Memória**: Perspectivas da Administração Pública Brasileira Hoje. Brasília: Cadernos ENAP, vol. 1, n. 2, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Lourdes. **O patrimônio em processo**: trajetória política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN-MINC, 1997.

FRAGATA, Thiago. Memória da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE. **Revista do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe**, n. 1, p. 1-19, 2011.

FRAGATA, Thiago. **CRONOS ONLINE** – Catálogo Digital da Campanha da Praça São Francisco, de São Cristóvão, a Patrimônio Mundial da Humanidade (2005/2010). São Cristóvão, 2014, CD-ROM.

FRAGATA, Thiago. **São Cristóvão: poética e xilogravada**. Ilustrações Nivaldo Oliveira. Aracaju: Página 5, 2015.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GALVÃO JUNIOR, José Lima. Análise da Evolução Morfológica do Espaço Urbano. In: GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra- Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2006, p. 77-91.

GODOY, Paulo R. T. A cidade no Brasil – período colonial. **Caminhos da Geografia**. v. 12, n. 38, p. 8-15, 2011.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae**, v.3, p. 27-46, 2012.

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Gregory; TUNBRIDGE, John. **A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy**. Londres: Arnold, 2000.

GRATÃO, Lúcia Helena Batista. **A poética d'"O Rio" - ARAGUAIA! De Cheias...e... Vazantes...(À) Luz da Imaginação!**. 2002. 354 f. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GRATÃO, Lúcia Helena Batista. Sabor e paisagem – o que revela o pequi nesta imbricação de ser e essência cultural. **Geograficidade**. V. 4, p. 4-15, 2014. Disponível em: <http://www.uff.br/posarg/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view/162>>. Acesso em: 15 de julho 2017

GRATÃO, Lúcia Helena Batista. O direito de sonhar em geografia: projeção bachelardiana. **Revista Abordagem Gestáltica – Phenomenologica Studies**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 148-155, dez. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672016000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 de julho de 2017.

GRAVARI-BARBAS, Maria. "Le "sang" et le "sol". Le patrimoine, facteur d'appartenance à un territoire urbain". **Géographie et Cultures**, n. 20, p. 55-67, 1996.

GRAVAI-BARBAS, Maria. Politiques patrimoniales locales : quelle marge de manœuvre pour une gouvernance patrimoniale? Le cas d'Angers et du Havre. **Pouvoirs Locaux**, Les nouveaux espaces du patrimoine, n. 63, p. 84-93, 2004.

HARDY, Dennis. Historical Geography and Heritage Studies. **The Royal Geographical Society**. V. 20, N. 4. p. 333-338, 1988.

HARDOY, Jorge E. La cartografía urbana en América Latina durante el periodo colonial. Un análisis de fuentes. In: HARDOY, J.; MORSE, R.; SCHAEDEL, R. (orgs.) **Ensayos histórico-sociales sobre la urbanización en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1968, p. 19-58.

HARDOY, Jorge E. Sistemas sociopolíticos y urbanización. Una selección de ejemplos históricos y contemporáneos. In: HARDOY, J e SCHAEDEL, R (orgs.) **Las ciudades de América Latina y sus áreas de influencia a través de la historia**. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1975, p. 79-112.

HARDOY, Jorge E. La Forma de Las Ciudades Coloniales en La América Española. In: SOLANO, Francisco (coord.). **Estudios Sobre La Ciudad Iberoamericana**. 2ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 9-53.

HARVEY, David C. Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. **International Journal of Heritage Studies**. Vol. 7, N. 4, p. 319-338, 2001.

HARVEY, David C. A history of heritage. In GRAHAM, B.J. e HOWARD. P. (eds.) **The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity**. Aldershot: Ashgate Publishing, p. 28-56, 2008.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HEIN, Jane; EVANS, James e JONES, Phil. Mobile Methodologies: Theory, Technology and Practice. **Geography Compass**, V. 2, N. 5, 2008, p.1266–1285.

HERTZOG, Anne. Les géographies et le patrimoine. **EchoGeo**, N. 18, p. 2-7, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (1936).

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista – sua Trajetória de 1950 a 1990**. 1992, 550 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

HOLZER, Werther. O Lugar na Geografia Humanista. **Território**, Rio de Janeiro, n.7, p. 67-78, 1999.

HOLZER, Werther. Sobre Territórios e Lugaridades. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 10, p. 18-29, 2013.

HOWARD, Peter e PINDER, David. Cultural heritage and sustainability in the coastal zone: experiences in south west England. **Journal of Cultural Heritage**. V. 4, p. 57-68, 2003.

JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1965.

JASPERS, Karl. **Introducción a la Filosofía**. Trad. Miguel Turón Stein. Barcelona: Círculo de Lectores, 1989.

JOSÉ DE CARVALHO, Marcelo. Por uma Ética das Emoções. In: SANT'ANNA, Catarina. (Org.). **Gaston Bachelard**: mestre na arte de criar, pensar, viver. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 105-128.

KAMEL, Ehab. **Decoding Cultural Landscapes**: guiding principles for the management of interpretation in cultural world heritage sites. 2011. 320 f. Tese (doutorado) University of Nottingham, Nottingham. 2011.

KOEFOED, Lasse; CHRISTENSEN, Mathilde; SIMONSEN, Kirsten. Mobile encounters: bus 5A as a cross-cultural meeting place. **Mobilities**, v. 101, June, p. 1–14, 13 jun. 2016.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª Ed. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.

LOPEZ, Lucrezia. **La imagen de Santiago de Compostela y del camino en Italia**. Una aproximación desde la geografía cultural. 2012. 630 f. Tese (doutorado) Universidade de Santiago. Facultade de Xeografía e Historia. Departamento de Xeografía. 2012.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. IN: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-141.

LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country - revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARANDOLA JR., Eduardo; PAULA, Fernanda Cristina de; FERNANDEZ, Pablo Sebastian Moreira. A experiência do caminhar e do olhar: três percursos na Ponte Preta. **RUA**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 61-78, 2007.

MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 227-247.

MARANDOLA JR., Eduardo. Geografias do porvir. A fenomenologia como abertura do fazer geográfico. IN: SPOSITO, Eliseu *et al.* **A diversidade da geografia brasileira** : escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016, p. 451-466.

MARANDOLA JR., Eduardo. Natureza e sociedade: em busca de uma geografia romântica. **Revista Terceiro Incluído**, v. 7, p. 11-21, 2017.

MEDEIROS, Ana Paula G. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. **Revista Urutágua** (Online), v. 21, p. 57-71, 2010.

MENEZES, A. V. C. **O estado e a organização do espaço semi-árido sergipano: o projeto sertanejo**. Tese de doutorado em Geografia na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês (1630-1654)**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial**, v.1 – Do Descobrimento a Expansão Territorial. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1972, p. 235-253.

MINDLIN, Henrique. **Modern Architecture in Brazil**. Nova Iorque: Reinhold Publisher, 1956.

MITCHELL, Don. **Cultural Geography: a critical introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**, n. 24, p. 220-228, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annabule, 2005. 154 p.

MORSE, Richard. Introducción a La Historia Urbana de Hispanoamerica. In: SOLANO, Francisco (coord.). **Estudios Sobre La Ciudad Iberoamericana**. 2ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 9-53.

MOTA, Carlos Guilherme. Da cidade ibero-americana: temas, problemas, historiografia. **Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP**, v. 18, p. 1-5, 2005.

MOTT, Luís. **Sergipe Del Rey. População, Economia e sociedade**. Aracaju: Secretaria de Estado da educação e cultura, 1986.

NEVE, Mario. Learning from places: steps to a geography of cultural heritage. IN: **Creative Cities and Sustainability**. Szombathely: Savaria University Press, p. 31-57. 2014.

NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Trilce, 2008.

NOVOA, Andre. Mobile ethnography: emergence, techniques and its importance to geography. **Human Geographies**, 9(1), 2015, p. 97-107.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006, 350 p.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II: (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

OLIVA, Terezinha Alves. Estruturas de Poder. In: DINIZ, Diana Maria faro Leal. (coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/Banese, 1991.

OLIVEIRA, Livia. O Sentido de Lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 3-16.

ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem**: poética da geografia. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

PAVA, Rita de Cássia Souza. **Gaston Bachelard**: a imaginação na ciência, na poética e na sociologia. São Paulo: Annabule, 2005.

PATERSON, Mhairi. **'Set in Stone?' Building a New Geography of the Dry-Stone Wall**. 2015. 287 f. Tese (doutorado) University of Glasgow, School of Geographical and Earth Sciences, Glasgow. 2015.

PERON, Françoise (Org.). **Le patrimoine maritime**. Construire, transmettre, utiliser, symboliser. Les héritages maritimes européens. Rennes: PUR, 2002.

POSSATO, Flávia e CASTRIOTA, Leonardo e O itinerário enquanto instrumento de preservação do patrimônio cultural: O caso da Estrada Real. **Fórum Patrimônio : Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG)**, v. 5, p. 1-16, 2012.

POTTIER, Aude. **La forêt des Landes de Gascogne comme patrimoine naturel? Echelles, enjeux, valeurs**. Tese (doutorado) de l'Université de Pau et des Pays de l'Adour. França, 2012.

PRATS FERRET, M.; BAYLINA, M.; ORTIZ GUITART, A. Los lugares de la amistad y la vida cotidiana de chicas y chicos adolescentes en un barrio de Barcelona. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 116-124, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2000a.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre o livro “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial”. **Anais do Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**, v. 6, n. 3. 2000b.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Org.) **Qual o espaço do lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.17-32.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Honório e RIBEIRO, Joaquim. **Civilização Holandesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940, 168 p.

SACRAMENTO, José. **O campo da fábrica nova**. 1980. Disponível em: <http://museuhsergipe.blogspot.com.br/2014/06/futebol-foi-tema-de-roda-de-leitura.html>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

SANTANA, Marcos Antônio de Azevedo. **São Cristóvão e o Grande Rosa Elze: o desafio da governança de duas cidades num só município**. São Cristóvão, 2 de maio de 2012. Disponível em: <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2012/05/sao-cristovao-e-o-grande-rosa-elze-o.html>>. Acesso em: 29 de junho de 2016.

SANTIAGO, Serafim. **Anuario Christovense ou Cidade de São Christovão**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

SANTOS, Ricardo Evaristo. **El Brasil Filipino: 60 años de presencia española en Brasil – 1580-1640**. Madri: Editora MAPFRE, 1993.

SANTOS, Lenalda Andrade e OLIVA, Terezinha Alves. **Para conhecer a História de Sergipe**. Aracaju: Opção Gráfica e Editora Ltda., 1998.

SCHMIDT, Anders Jensen; BEMVENUTI, Carlos; DIELE, Karen. SOBRE A DEFINIÇÃO DA ZONA DE APICUM E SUA IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA PARA POPULAÇÕES DE CARANGUEJO-UCÁ *Ucides cordatus* (LINNAEUS, 1763). **Boletim Técnico Científico do CEPENE**, v. 19, p. 9-25, 2013.

SCHMITT, Thomas. Global cultural governance: decision-making concerning world heritage between politics and science. **Erdkunde**. V. 63, N. 2, p. 103-121, 2009.

SERRES, Michel. **Atlas**. Trad. João Paz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SERRES, Michel. **O terceiro Instruído**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SERRES, Michel. **Os cinco sentidos**. Filosofia dos corpos misturados. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SHELLER, Mimi. e URRY, John. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning**, v. 38, n. 2, 2006, p. 207–226.

SILVA, José Calasans Brandão. Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe. In: **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: Governo de Sergipe, FUNDESC, 1992.

SILVA, Cleverton Costa. **Rio Paramopama: história, problemas e soluções**. 2009. Disponível em: <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2009/11/rio-paramopama-historia-problemas-e.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

SILVA, José Lucio Batista. **Trabalho (Política) e Diversão nas Fábricas Têxteis de São Cristóvão** (1911-1980). 2009. Disponível em: <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2009/04/projeto-sao-cristovao-conhecendo-nossa.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

SILVA, Andrea Costa Romão. O Processo de Formação das Cidades Históricas: o Caso do Centro Histórico de São Cristóvão (SE). In: XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - XI SHCU, 2010, Vitória. **Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Vitória, 2010.

SILVEIRA, Luís. **Ensaio de iconografia das cidades portuguesas ultramar**. 4 v. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1951.

SILVEIRA, Junot. **Ontem e Hoje** (Zeca Tenisson). 1988. Disponível em: <http://museuhsergipe.blogspot.com.br/2014/06/futebol-foi-tema-de-roda-de-leitura.html>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

SILVERMAN, Helaine. What's in a name? "A Geography of Heritage" Revisited. **International Journal of Heritage Studies**. Vol. 19, N. 4, p. 388-294, 2013.

SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol. I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980.

SINGER, Paul. Campo y ciudad en el contexto histórico iberoamericano. In: HARDOY, Jorge e SCHAEDEL, Richard (org.). **Las ciudades de América Latina y sus áreas de influencia a través de la historia**. Buenos Aires: SIAP, 1975, p. 201-223.

SMITH, Robert C. The arts in Brazil: baroque architecture. In: LVERMORE, H. V. (ed.). **Portugal and Brazil: an introduction**. Oxford: Clarendon Press, 1953, p. 359-384.

SMITH, Robert C. Colonial towns of Spanish and Portuguese America. **Journal of the Society of Architectural Historians**. Volume XIV, Nº 4, 1956.

SEBRÃO, Sobrinho. **Fragmentos da História de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1972.

SOLANO, Francisco. **NORMAS Y LEYES DE LA CIUDAD HISPANOAMERICANA** (1492-1600). Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996, p. 211-212.

SOUZA, Josefa; SANTOS, Patrícia; LIMA, Ana Paula; SILVA, Nailson. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: de Faculdades isoladas a expansão (1948-2008). In: **VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - VI CBHE**, 2011, Espírito Santo. VI Congresso Brasileiro de História da Educação - Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação, 2011. p. 1-14.

TEIXEIRA, Manoel C. Os modelos urbanos das cidades portuguesas. In: PESSOTTI, Luciene e RIBEIRO, Nelson (orgs.). **A Construção da Cidade Portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD, 2011.

TEIXEIRA DA SILVA, Rafael H. A temática do patrimônio nos periódicos eletrônicos de geografia do Brasil. **Ar@cne**. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales. [En línea. Acceso libre]. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 199, 1 de agosto de 2015. <<http://www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-199.pdf>>.

TELLES, Augusto Silva. São Cristóvão: Urbanismo e Arquitetura. In: GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra- Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2006, p. 93-105.

THRIFT, Nigel. **Spatial Formations**. Londres: Sage, 1996.

THRIFT, Nigel. The still point: resistance, expressive embodiment and dance. IN: PILE, S. e KEITH, M. (eds.) **Geographies of Resistance**. Londres: Routledge, p. 124-151, 1997.

THRIFT, Nigel. **Non-representational Theory: Space, Politics, Affect**. Londres: Routledge, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE. **Exposição - Paisagens de Vesta Viana**. [Folheto]. Aracaju: Cerimonial TCE, 2015.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 143-164.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Humanist Geography: An individual's search for meaning**. Virginia: George F. Thompson Publishing, 2012.

TUNBRIDGE, John e ASHWORTH, Gregory. **Dissonant Heritage: The management of the Past as a Resource in Conflict**. Chichester: Wiley, 1996.

TUNBRIDGE, John; ASHWORTH, Gregory; GRAHAM, Brian. Comments on Comments. **International Journal of Heritage Studies**. V. 19, N. 4, p. 14-16, 2012.

TURK, Catherine. **Managing the Meaning of Tongariro World Heritage Site: Conservation, Culture and Government**. 2005. 156 f. Tese (dissertação de mestrado) University of Edinburgh, Edinburgh. 2005.

UNIVERSIDADE Federal de Sergipe: Uma experiência em marcha de reforma e integração universitária. **Revista Brasil Universitário**: Anais Científicos, São Paulo, ano 27, n. 84, 1972.

VAN MANEN, Max. **Researching Lived Experience**: Human Science for an Action Sensitive Pedagogy. Londres: Althouse Press, 1990.

VAN MANEN, Max. Writing Qualitatively, or the Demands of Writing. **Qualitative Health Research**, v. 16, n. 5, p. 713–722, maio, 2006.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. **A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento – Sertão Sergipano do São Francisco**. Tese de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 1988.

VARNHAGEN, Francisco. **História Geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal. São Paulo: Melhoramentos, v.1, 1927, p.236.

VESCHAMBRE, Vincent. Patrimoine: Un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales. **Annales de géographie**, nº 656, p. 361-381, 2007/4.

VESCHAMBRE, Vincent. **Traces et mémoires urbaines, enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008.

VILHENA, Luís dos Santos. **Pensamentos políticos sobre a colônia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Ministério da Justiça, 1987.

WHITEHAND, Jeremy. e GU, Kai. Conserving urban landscape heritage: a geographical approach. **Procedia - Social and Behavioural Sciences**. V. 2, N. 5, p. 6948-6953, 2010.

WRIGHT, John K. Terrae incognitae: the place of the imagination in geography. **Annals of the Association of American Geographers**. 37 (1), p. 1-15, 1947.

WRIGHT, Antônia Fernanda P. de A. e MELLO, Astrogildo Rodrigues de. O Brasil no período dos Filipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial**, v.1 – Do Descobrimento a Expansão Territorial. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. p.176-189, 1972.

WYLIE, J. Smoothlands: fragments/landscapes/fragments. **Cultural Geographies**. V. 13, N. 3, 2006, p. 458–465.

DOCUMENTOS

IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. Ed. Rio de Janeiro, 2003.

GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Anexo I e II. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra- Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2006.

GOVERNO DE SERGIPE. **Proposal for the inscription of São Francisco Square in São Cristóvão/SE, Brazil, in the world heritage list: the establishment of Franciscan monasteries in the Spanish America and Brazil's northeast – comparative analysis**. Anexo III. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra- Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2008.

GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial: Formulário UNESCO**. Aracaju: IPHAN, 2009.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume I. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico: Sergipe** / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

IPHAN. **Patrimônio naval brasileiro**. Brasília: IPHAN, 2012.

IPHAN. **Educação Patrimonial – Histórico, Conceitos e Processos**. Brasília: IPHAN, 2014.

IPHAN. **Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento**, 2016. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_atualizada_11_05_2016.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

UNESCO. **Examination of nomination of natural, mixed and cultural properties to the World Heritage List - São Francisco Square in São Cristóvão (BRAZIL)**, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/decisions/4026>>. Acesso em: 7 de maio de 2016.

UNESCO. **CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD CULTURAL AND NATURAL HERITAGE - Report of the decisions adopted by the World Heritage Committee at its 34th session (Brasília, 2010)**. 3 de Setembro, 2010. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/2010/whc10-34com-20e.pdf>>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

SITES CONSULTADOS

<http://whc.unesco.org> – (site consultado ao longo de toda a pesquisa).

<http://www.iphan.org> – (site consultado ao longo de toda a pesquisa).
<http://www.ibge.gov.br> – (site consultado ao longo de toda a pesquisa).
<http://www.cidades.ibge.gov.br> – (site consultado ao longo de toda a pesquisa).
<https://cristoredentoroficial.com.br> (site consultado durante o mês de julho de 2016).
<http://thiagofragata.blogspot.com.br> – (site consultado ao longo de toda a pesquisa).
<http://coisasdesaocristovao.blogspot.com.br> – (site consultado ao longo de toda a pesquisa).